

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA
PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

CHRISTIANE LOUISE LIMA SILVA

**O CAPITAL SOCIAL NO SEMIÁRIDO DO ESTADO DE ALAGOAS:
A EXPERIÊNCIA DO FUNDAF**

Recife

2013

CHRISTIANE LOUISE LIMA SILVA

**O CAPITAL SOCIAL NO SEMIÁRIDO DO ESTADO DE ALAGOAS:
A EXPERIÊNCIA DO FUNDAF**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco como requisito à obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Almeida
Medeiros

Recife
2013

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S586c Silva, Christiane Louise Lima
O capital social no semiárido do estado de Alagoas: a experiência do
FUNDAF / Christiane Louise Lima Silva. - Recife: O Autor, 2013.
122 folhas : il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA.
Gestão Pública, 2013.
Inclui bibliografia, apêndices e anexo.

1. Capital social. 2. Agricultura familiar. 3. Microfinanças. I.
Medeiros, Marcelo de Almeida (Orientador). II. Título.

351 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2013 – 070)

CHRISTIANE LOUISE LIMA SILVA

**O CAPITAL SOCIAL NO SEMIÁRIDO DO ESTADO DE ALAGOAS:
A EXPERIÊNCIA DO FUNDAF**

Dissertação de Mestrado apresentada por **Christiane Louise Lima Silva** ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título: **O Capital Social no semiárido do Estado de Alagoas: a experiência do FUNDAF**, orientada pelo Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros e aprovada pela Banca Examinadora formada por professores doutores.

Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros
Presidente

Prof. Dra. Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura
Examinadora Interna

Prof. Dr. José Alexandre Ferreira Filho
Examinador Externo

Prof. Dra. Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura
Coordenadora

Dedico este trabalho aos meus filhos, o pequeno grande guerreiro César Luiz e a adorável Juliana Louise.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela inspiração e força.

Ao meu orientador e amigo Professor Marcelo de Almeida Medeiros pela excelente competência e apoio incondicional na realização deste trabalho.

Ao meu pai, Luiz Vieira, pelos ensinamentos e estímulos constantes.

Ao meu esposo, Júlio César, pela compreensão e amizade durante esses 18 anos de convivência.

Aos meus familiares, irmãos, tios, avós, que, mesmo estando a distância em muitos momentos, sempre me apoiaram na trajetória de estudos.

Ao grande amigo Márcio Melânia pela boa parceria e privilégio de estudarmos juntos e compartilharmos vários momentos de angústias e alegrias.

Aos professores do Mestrado Profissional em Gestão Pública pelo conhecimento técnico e reflexões teóricas apreendidas no decorrer do curso.

Aos professores membros da banca examinadora pela participação e contribuições oferecidas.

Às organizações de agricultores (FUNDAF, COCREAL, NUDEC e AAGRA) que disponibilizaram os seus documentos e aos seus dirigentes que nos concederam entrevistas.

Um agradecimento especial à SEPLANDE-AL pelo apoio e incentivo à participação neste mestrado.

A força do grupo compensa a fraqueza do indivíduo.

(Dalmo Dallari)

RESUMO

A investigação empreendida neste estudo teve como objetivo identificar quais os elementos determinantes, presentes no FUNDAF - Fundo para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar, que contribuem para a criação de capital social, junto aos agricultores familiares do semiárido alagoano. Para tanto, foi importante sinalizar que as organizações sociais e instituições que têm suas relações sustentadas em bases solidárias e de cooperação têm evoluído nos últimos anos, posto que, diante de tantos problemas atuais, como pobreza, violência, desemprego e desigualdade de renda, fortalecer relações de confiança e fomentar o capital social em comunidades têm se tornado instrumentos de promoção ao desenvolvimento. Nesse sentido, apontaram-se algumas ações de cooperação mútua como reuniões regulares entre gestores e parceiros do FUNDAF, além de participação de agricultores em eventos culturais nas comunidades, melhorando o nível de informação e conhecimento, reforçando os laços de confiança e principalmente gerando elementos importantes para fortalecimento e fomento do capital social. Por fim, observou-se, ainda, que os agricultores vinculados a essa instituição apresentam níveis de renda similares e interesses afins, e buscam suprir, por meio do FUNDAF, uma lacuna existente no campo das microfinanças rurais, porém com a utilização de capital social.

Palavras-Chave:

Capital Social - Agricultura Familiar - Microfinanças.

ABSTRACT

The research undertaken in this study aimed to identify which elements, present in FUNDAF-Fund for the development of family farming, contributing to the creation of social capital, next to family farmers from the semi-arid region of Alagoas. It was important to signal that the social organizations and institutions that have their sustained relationships in solidarity and cooperation bases have been evolved through the last years, since before many current problems, such as poverty, violence, unemployment and income inequality, strengthen mutual trust and foster social capital in communities have become instruments for promoting development. In this sense, pointed out some actions of mutual cooperation, like regular meetings between managers and partners of FUNDAF, besides the participation of farmers in cultural events in communities, improving the level of information and knowledge, strengthening the bonds of trust and especially creating important elements for the strengthening and fostering of the social capital. Finally, it was also observed that farmers linked to this institution have similar income levels and related interests; they seek to remedy by the means of FUNDAF, a gap in the field of rural microfinance, but with the use of social capital.

Keywords:

Social Capital - Microfinance - Familiar Agriculture.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Unidades Locais, Pessoal Ocupado Total e Assalariado em 31.12-2010, Salários e Outras Remunerações, Salário Médio e Número de Empresas Atuantes - Pão de Açúcar	27
Tabela 2 - Produto Interno Bruto a Preços Correntes e Produto Interno Bruto Per Capita Segundo o Município de Pão de Açúcar (2006-2010)	28
Tabela 3 - Programas de Reembolso do FUNDAF em Diferentes Modalidades.....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais Regras dos Empréstimos do FUNDAF	63
Quadro 2: Comparação entre Políticas de Depreciação Adotadas	72
Quadro 3: Fontes das Atividades Geradoras de Renda	77
Quadro 4: Períodos das Maiores Despesas	78
Quadro 5: Demanda de Crédito por Área	80
Quadro 6: Média de Empréstimo por Atividade	85

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto de Pão de Açúcar	24
Figura 2 – Paisagem da Caatinga no Município de Pão de Açúcar – 2010	25
Figura 3 – Valor Adicionado do PIB de Pão de Açúcar	29

LISTA DE SIGLAS

AAGRA – Associação dos Agricultores Alternativos do Agreste Alagoano
ANCOSOL – Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária
ASA – Articulação do Semiárido
ASSOCENE – Associação de Orientação às Cooperativas do NE
BB – Banco do Brasil
BNB – Banco do Nordeste
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)
CETRA – Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
CEAPE – Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor
CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco S.A.
CIAT – Comissão de Instalação das Ações Territoriais
CIRJ – Centro Industrial do Rio de Janeiro
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
COCREAL – Cooperativa de Crédito Rural do Sertão Alagoano
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPCRAL - Cooperativa de Crédito Rural do Agreste Central Alagoano
COOPEC – Cooperativa de Crédito Rural de Poço Verde
COOPERAGRE – Cooperativa de Crédito Rural do Agreste Alagoano
CREATIVA – Cooperativa de Crédito Rural de Simão Dias
CUT – Central Única de trabalhadores
FACOMIG – Federação das Associações Comunitárias de Igaci
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FASPA – Federação das Associações Comunitárias de Pão de Açúcar
FBB – Fundação Banco do Brasil
FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FUNDAF – Fundo para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEL – Instituto Euvaldo Lodi
IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
NUDEC – Núcleo de Desenvolvimento Comunitário
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONGs – Organizações Não Governamentais
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB – Produto Interno Bruto
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PRONAF – Programa Nacional de Agricultura familiar
SPC – Serviço de Proteção ao Crédito
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRI – Secretaria de Agricultura de Alagoas
SESI – Serviço Social da Indústria
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLANDE – Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico de Alagoas
SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SPC – Serviço de Proteção ao crédito
UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
VM – Visão Mundial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 BREVE CARATERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PÃO DE AÇÚCAR	24
1.1 CARACTERÍSTICAS GEOAMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICAS	24
1.2 CONTEXTUALIZANDO AS ONGS LOCAIS	31
1.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	37
2 UM ESTUDO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E CAPITAL SOCIAL	43
2.1 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR	43
2.2 REFLEXÕES ACERCA DO CAPITAL SOCIAL	46
3 FUNDAF: FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	55
3.1 ANTECEDENTES	55
3.2 CENÁRIO ATUAL	61
4 INVESTIGAÇÃO DOS ELEMENTOS MAIS RELEVANTES NOS PROCESSOS PRODUTIVOS DE CAPITAL SOCIAL NO SEMIÁRIDO ALAGOANO, NO ÂMBITO DO FUNDAF/ALAGOAS	76
4.1 FUNDAF: VISIBILIDADE E IDENTIDADE	76
4.2 A IMPORTÂNCIA DE CONSELHOS E LIDERANÇAS	87
4.3 PONDERAÇÕES INTRÍNSECAS AOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICES	109
ANEXO	111

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, observa-se a influência da globalização nos processos econômicos de expansão de mercados e acumulação de capital. Nesse contexto, as transformações relevantes na sociedade, concernentes aos avanços de tecnologia da informação, assim como da comunicação, possibilitaram a integração de culturas e economias.

Essas mudanças provocaram uma revolução de conceitos intrínsecos à nação, território e mercado, visto que os fluxos de informação, bens e serviços acontecem de forma tão rápida, perpassando por várias regiões, como se fossem uma sociedade única.

De acordo com Amartya Sen (1981), o desenvolvimento constitui uma série de ações que permitem a maximização de possibilidades para efetivação de atividades escolhidas de forma livre, sendo, estas, resultados que não estão automaticamente ligados ao crescimento econômico.

Assim, um crescimento do Produto Interno Bruto – PIB não significa necessariamente uma melhor qualidade de vida, em termos de saúde, educação, habitação ou segurança. O ritmo acelerado imposto pela acumulação de capital não considera seus efeitos negativos e devastadores à população, como o desemprego estrutural e tecnológico, a desigualdade de renda, a migração e, principalmente, a desarticulação das relações sociais.

Todos esses fatos têm sido uma das preocupações constantes nos últimos anos por parte de pesquisadores de diversas áreas, assim como por cientistas sociais e políticos. Nesse contexto, identificamos a temática “Capital Social”, cujo conceito tem progredido nos debates acerca de desenvolvimento e democratização das relações humanas.

O capital social constitui um componente inovador, que, segundo Putnam (2000), repercute nas práticas associativistas e revela-se no nível de confiança entre os atores sociais.

Para Fukuyama (2000), o capital social é definido como um conjunto de valores ou normas informais, comuns aos atores sociais de um determinado grupo, que possibilitam a cooperação mútua entre estes.

Na visão de A. Hirschman (1986), ele caracteriza-se por não se desgastar com sua utilização, ou seja, ele não se esgota, mas pode ser destruído ou reduzido, aumentando a vulnerabilidade dos mais pobres e mais fracos.

Foi, nesse sentido, visando ao desenvolvimento local, que vários atores sociais do município de Pão de Açúcar, como organizações da sociedade civil, órgãos públicos e sindicatos conceberam o Fundo para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar – FUNDAAF, como um aporte com vistas à mobilização democrática e produtiva de grande relevância para a solução dos entraves sociais e financeiros comuns ao meio rural.

A escassez de políticas regionais promotoras de desenvolvimento rural no Estado de Alagoas, aliadas a problemas estruturais como a pobreza, desemprego, escassez ou ineficiência de políticas públicas estimulou a criação dessa organização formada por agricultores familiares. Estes se organizaram e fortaleceram suas relações de confiança e cooperação, buscando, por meio de ações coletivas, benefícios comuns.

O FUNDAAF atualmente é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), que surgiu informalmente em 1996, no semiárido alagoano, notadamente no município de Pão de Açúcar. Suas raízes são originárias de movimentos de organização social, baseados em uma rede de associações comunitárias que visam suprir uma lacuna no segmento de microfinanças rurais.

Segundo seu Regimento Interno, no Art. 1º, o FUNDAAF foi criado com a finalidade de possibilitar aos pequenos e microempresários rurais, individuais ou associados, dos setores formais ou informais, residentes nas áreas rurais, o acesso a financiamento, capacitação e assistência técnica, através de linha especial de microcrédito, voltada para as atividades relacionadas à agroindústria, comércio, serviços e agropecuária, visando à promoção de modelos alternativos de geração de renda para as famílias economicamente limitadas, pelo fortalecimento dos microempreendimentos produtivos.

É importante frisar que o FUNDAAF tem em suas bases amplas relações de confiança e apoio mútuo entre centenas de agricultores familiares, que se utilizam do microcrédito como instrumento de desenvolvimento local, possibilitando-lhes redução nos custos de transação financeira e otimização dos fluxos de informação e inovação.

O aumento da capacidade de alavancagem do grupo por capital econômico exige, por sua vez, a produção do capital social. Ressalta-se, nesse sentido, que o processo de microcrédito operado pelo FUNDAF ocorre quase que de forma massiva na comunidade.

Assim, o processo de estruturação do FUNDAF numa determinada comunidade não começa pela liberação dos empréstimos, mas pela formação do capital social, que por sua vez vai dar a medida da quantidade de capital econômico a ser disponibilizado para o grupo, determinando assim sua capacidade de endividamento. É, nesse aspecto, que todo o trabalho prévio (antecedente ao empréstimo), que pode durar até dois meses, encontra justificativa. Sem ele, não há produção de capital social e sem o capital social não há como gerar o capital econômico, e, sem este, as pessoas manter-se-ão na exclusão.

Dessa forma, as redes de cooperação e solidariedade entre os agricultores familiares são fortalecidas, visto que se utilizam de garantias solidárias para avalizar o capital financeiro disponibilizado pela OSCIP.

É interessante destacar que a magnitude dessa rede social fundamenta-se nas relações entre indivíduos e organizações que buscam atender às demandas sociais e econômicas, essenciais ao bem estar do indivíduo, aliadas à sustentabilidade de um sistema de microfinanças solidárias.

Isso se torna necessário, tendo em vista que, ao se analisar as causas da dinâmica de expansão do sistema capitalista, nas últimas décadas, observa-se que esta se preocupa muito mais com o capital humano, desenvolvimento tecnológico, o aumento da produtividade e o próprio crescimento econômico.

É com base nessa afirmativa que se reconhece na metodologia FUNDAF uma ferramenta privilegiada de produção e acumulação de capital social.

Sabe-se que as abordagens mais atualizadas sobre desenvolvimento micro e macroeconômico apontam o capital social como elemento que antecede a produção de capital econômico. Ou seja, a produção de capital econômico é o resultado da quantidade acumulada de capital social, e este é melhor e mais rapidamente produzido a partir da utilização daquele.

A forma mais clara de se identificar concretamente a existência e a necessidade do capital social como pré-requisito para o desenvolvimento é na prática do microcrédito, que disponibiliza capital econômico, aceitando como garantia as relações de solidariedade, cooperação e confiança de um determinado

grupo. Este se utiliza da informação como matéria-prima básica para sua própria constituição e fortalecimento. Assim, quanto maior o nível de informação, maior o grau de confiabilidade e cooperação, e também maior o poder de alavancagem de capital econômico do referido grupo, sem que para isso se necessite oferecer garantias reais.

Vale aqui salientar que a informação, embora seja o principal elemento, por si só não produz capital social. Mas ela, como elemento principal, garante o acesso aos demais requisitos necessários (autoestima, técnica etc.), para que um indivíduo ou grupo eleve seu valor social e em consequência seu valor econômico. Por isso, o simples fato de se deter a informação não gera capital social, posto que, para tanto, depende-se da vontade/escolha do indivíduo em querer ou não fazê-lo (o capital social) crescer. Pode se ter bastante informação, sem, no entanto, haver intenção para produzir capital social.

Mesmo que na maioria das vezes não se perceba, as relações macroeconômicas também se baseiam no volume de capital social acumulado, embora se utilizem até garantias reais. Os grandes desequilíbrios econômicos estão diretamente vinculados ao grau de confiabilidade que este ou aquele país inspira para possíveis investimentos. E a moeda, que não só estabelece, mas também é uma relação social, oscila na proporção que oscilam os níveis de capital social, o qual, por sua vez, está vinculado à educação básica (informação), à confiabilidade e à cooperação.

Outro aspecto importante nessa discussão é que, certamente, o ponto de encontro e entrelaçamento entre as estratégias de desenvolvimento econômico e os programas de desenvolvimento sociais está na necessidade de se produzir capital social como pré-requisito. Nesse momento, para que ambos se viabilizem, é necessário que essas duas vertentes convertam-se em uma estratégia única de desenvolvimento.

É interessante destacar, neste estudo, que a mobilização das culturas tradicionais de agricultores familiares, por meio do fortalecimento do capital social no FUNDAF, pode exercer um papel importante no debate de políticas públicas e projetos de desenvolvimento que visem à superação do estado de pobreza no Estado de Alagoas. Além disso, essas ações podem contribuir para a promoção e integração de populações vulneráveis e excluídas, inserindo-as em processos de reconstrução da identidade coletiva e solidária.

Assim, o FUNDAF, desenvolvendo uma variedade de atividades relacionadas a crédito produtivo, atende a centenas de agricultores familiares, em diversas comunidades do semiárido alagoano.

O acesso a esse crédito solidário reforça a integração social entre os membros da Oscip, visto que é necessária a aprovação desses créditos pelo conselho do FUNDAF, de acordo com as relações de confiança dadas pelos comunitários associados a cada agricultor atendido.

Essas ações desenvolvidas afetam os padrões culturais locais, geram valores sociais e de cooperação mútua, favorecem o empreendedorismo coletivo e promovem relações mais equitativas e de justiça social.

Ademais, a atuação de Organizações Não Governamentais, como o FUNDAF, em regiões menos desenvolvidas e com estreita e incipiente colaboração dos poderes públicos, estimula a consciência cívica fundamental perante a sociedade civil, responsabilizando-a também pelas ações promotoras de desenvolvimento socioeconômico.

Assim, este estudo tratou de identificar elementos presentes no FUNDAF que mais contribuem para a formação do capital social no meio rural, no campo da agricultura familiar.

Nesta pesquisa, a partir de uma breve caracterização socioeconômica e uma contextualização das organizações de microfinanças rurais voltadas para a agricultura familiar no município de Pão de Açúcar (AL), buscar-se-á compreender de forma sintética a dinâmica e contexto local, além de peculiaridades intrínsecas ao funcionamento do FUNDAF e da agricultura familiar, sob o prisma do capital social.

No intuito de se alcançar esse objetivo geral, destacam-se outros de cunho mais específico: 1) sob o prisma da teoria recente do capital social, buscar-se-á identificar ações de cooperação mútua, que podem ser encontradas no FUNDAF, relevantes no processo de fortalecimento e formação do capital social; 2) a pesquisa analisará a gestão do FUNDAF, sob a ótica do capital social, buscando evidências da relação desta com níveis de renda dos agricultores familiares;

O foco da pesquisa é compreender as relações sociais, sob a luz da teoria de capital social, estabelecidas entre os agricultores familiares associados à organização não governamental (FUNDAF), do município de Pão de Açúcar – Alagoas. A partir dessa perspectiva, buscar-se-á identificar elementos e processos

no âmbito do FUNDAF que potencializem a formação de capital social no semiárido alagoano.

Algumas limitações podem ser observadas, neste estudo, devido à impossibilidade, por questões de custos operacionais, de se pesquisar o universo total, visto que, atualmente, o FUNDAF agrega várias instituições formais, beneficiando mais de 2.000 (dois mil) agricultores familiares, distribuídos em onze municípios alagoanos, das regiões do agreste e sertão.

Devido às variações ocorridas na gestão e constituição dos membros que fazem parte dessa Instituição, ao longo da história de sua formação, não há meios de se analisar, de forma linear, mutações nos processos de formação de capital social desde sua origem, sobretudo acerca de seus componentes e variáveis mais marcantes.

Isso se deve à dificuldade para obtenção de dados pretéritos referentes às ações desenvolvidas. Logo, para investigar os elementos e processos de formação de capital social, serão usados os dados institucionais mais recentes, dos anos de 2008-2010, a serem disponibilizados pelos gestores.

Ressalta-se que o tema capital social, mesmo tendo crescido e recebido destaque nos últimos anos por estudiosos e pesquisadores, ainda não está consolidado, tanto do ponto de vista conceitual, quanto na sua análise empírica, no que diz respeito aos seus efeitos e resultados, nos diferentes contextos (urbano e rural) e considerando-se os variados públicos-alvo.

As organizações sociais e instituições que têm suas relações sustentadas em bases solidárias e de cooperação têm evoluído nos últimos anos. Este fato tem levado pesquisadores a investigarem os fatores de sucesso de tais instituições e, sobretudo, seus efeitos teórico-práticos para a sociedade moderna. Afinal, diante de tantos problemas atuais, como pobreza, violência, desemprego e desigualdade de renda, fortalecer relações de confiança e fomentar o capital social têm se tornado instrumentos de promoção do desenvolvimento.

De acordo com um dos mais importantes teóricos do tema, Putnam (2000), o capital social constitui esse tipo de rede de conexões horizontais, que leva a responsabilidade e confiança mútua, possibilitando que as pessoas e as suas instituições funcionem de forma eficaz. Assim, para se ter sucesso, existe uma necessidade de fortalecimento desse tipo de capital.

Nessa perspectiva, ao se promover parcerias e redes de cooperação, estas podem constituir componentes relevantes, para superação de desafios e solução de problemas, por meio de uma ação coletiva que vise benefícios comuns. Assim, confrontarmos perspectivas do desenvolvimento local sustentável e práticas de capital social em organizações sociais pode constituir uma estratégia de gestão tanto para o setor público, quanto para o setor privado.

Investigar e se aprofundar acerca da composição, formação, conceitos, impactos e elementos do capital social, ajudará a compreender e a constatar sua influência e relevância para a sociedade. Esta tem sido, inclusive, uma das ações adotadas pelo Banco Mundial, que tem se dedicado a atuar nesta área, avaliando os impactos que possam fortalecer e fomentar o capital social, porquanto instrumento de desenvolvimento socioeconômico (BANCO MUNDIAL, 2011).

Logo, a análise da experiência empírica do FUNDAF, remeterá a reflexões teóricas e práticas substanciais, que nos possibilitem compreender as relações sociais entre os agricultores familiares, à luz do capital social.

O FUNDAF localiza-se em Pão de Açúcar, município do semiárido alagoano. Distante 239,2 km da capital Maceió, situa-se às margens do Rio São Francisco, na fronteira com o estado de Sergipe.

Segundo o IBGE (2011), Pão de Açúcar possui 23.811 habitantes; destes, 13.042 vivem no meio rural. É interessante destacar que, embora margeado pelo "Velho Chico", a maioria de sua população rural ainda sofre com longos períodos de estiagens, nos quais o abastecimento de água potável ocorre através de carros-pipa.

Apesar de ser uma região com várias organizações não governamentais que buscam reivindicar direitos de várias categorias, como assentados, agricultores familiares e pescadores, ainda é um território marcado pela carência de políticas públicas estaduais e municipais voltados à promoção da agricultura familiar. Os agricultores, dispendo de pouca terra e de poucos recursos monetários, ficam limitados ao restrito dinamismo socioeconômico em que vivem.

Logo, alicerçados pelo capital social acumulado, e com o apoio do NUDEC – Núcleo de Desenvolvimento Comunitário, VM – Visão Mundial e outras instituições parceiras, esses agricultores resolvem implantar um programa de microcrédito rural inovador, por meio do FUNDAF, o qual foi elaborado a partir da ampliação de fundos rotativos já existentes e sustentados pelas redes sociais locais.

Ao se investigar o tema capital social, observa-se que este é um tema relativamente novo do ponto de vista acadêmico, principalmente no campo das ciências sociais e políticas, notadamente no tocante a sua análise no meio rural.

A escolha do tema voltado à área rural surge a partir da perspectiva de este estudo ser de grande relevância social, tendo em vista que para muitos o termo “rural” constitui ainda uma ideia de atraso e de escassez de fatores de produção. Na pesquisa, buscar-se-á mostrar, de forma breve, um diagnóstico da realidade local do município de Pão de Açúcar e do FUNDAF. Depois, o estudo deverá focar o levantamento de possibilidades de maximização de resultados positivos que possam ser identificados na experiência empírica, no que diz respeito à análise das relações de confiança e sua transformação em capital social. Esses aspectos visam à compreensão desse capital social como elemento fomentador do capital econômico e social.

No âmbito do FUNDAF, o processo metodológico é marcado pela participação efetiva dos seus associados (tomadores de crédito) na sua gestão; estes, por intermédio de suas associações comunitárias controlam todo o fluxo de operacionalização institucional.

Por não utilizar nenhum tipo de garantia real para evitar/combater a inadimplência, dado ao baixo poder aquisitivo de seu público-alvo, o programa recorreu a mecanismos e ferramentas que reforçavam o envolvimento, a cumplicidade, o compromisso, a confiança, a solidariedade e o sentimento de propriedade por parte dos usuários, em relação aos recursos que o FUNDAF faz circular em todas as comunidades.

Por fim, vale salientar que este trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro, analisa-se e caracteriza-se o município de Pão de Açúcar, do ponto de vista geoambiental e socioeconômico. Apresentam-se, de forma breve, as organizações sociais locais, intimamente ligadas à agricultura familiar e ao FUNDAF, objeto deste estudo e se levantam algumas questões metodológicas. No Capítulo 2, busca-se discutir pontos relevantes, pertinentes à temática: Capital Social e Agricultura Familiar. Nessa análise, consideram-se autores com maior destaque como Putnam e Bourdieu (capital social), além de Gilson Bittencourt (no âmbito rural). No terceiro capítulo, procura-se abordar, de forma mais específica, o FUNDAF e suas inter-relações com o capital social. Dentro desse processo, busca-se conhecer o seu funcionamento operacional e organizacional, assim como as origens

e transformações ocorridas nos últimos anos. No capítulo 4, analisa-se com maior ênfase o resultado da pesquisa, buscando compreender e identificar os determinantes, presentes no FUNDAF, que contribuem para a criação de capital social, junto aos agricultores familiares do semiárido alagoano. Nas considerações finais, procura-se destacar alguns pontos que podem favorecer ou, ao contrário, representar entraves para a implementação da metodologia do FUNDAF em outras áreas, assim como destaca-se o papel do capital social no âmbito desse processo.

Logo, a relevância desta pesquisa contribui para os estudos acerca de capital social, conectando teorias recentes às experiências práticas, a partir da identificação de elementos presentes na metodologia do FUNDAF, que corroborem para a formação do capital social e consequente aumento do engajamento cívico institucional, visando ao desenvolvimento local e sustentável da região.

Ademais, a análise do FUNDAF facilitará sua consolidação e expansão para outros agricultores familiares, por meio da sistematização de elementos importantes no seu contexto, constante na pesquisa, que podem contribuir para a expansão de sua rede de relações de confiança, reafirmações de compromisso e responsabilidade social mútua entre seus membros.

Porém, relacionar capital social ao tema desenvolvimento local sustentável ampliará a discussão interdisciplinar da temática, e, certamente, irá sugerir um maior tempo e custo para investigação. Além disso, abrem-se espaços para reflexões mais avançadas no que concerne às redes sociais, gestão do conhecimento e controle social. No entanto, é importante destacar que esse estudo não se propõe a adentrar nessas temáticas.

Compreende-se que essas áreas podem constituir objetos de futuras pesquisas, contribuindo, assim, para análises mais complexas que envolvam e conectem o capital social, no tocante aos seus impactos, efeitos e riscos, junto a processos de desenvolvimento regional sustentável.

Por fim, vale salientar que outros itens relacionados não serão tratados neste trabalho, como mensuração do capital social ou políticas públicas mantenedoras ou destruidoras deste.

1 BREVE CARATERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PÃO DE AÇÚCAR

Este trabalho apresenta como eixo central o estudo do capital social, no âmbito institucional do FUNDAF, considerando os agricultores familiares de Pão de Açúcar.

No tocante aos aspectos históricos, Pão de Açúcar é um município que teve seu povoamento iniciado aproximadamente no século XVII, com a presença marcante de brancos e índios (IBGE, 2013). Estes deram à cidade o nome de Jaciobá, que na língua tupi-guarani significa “espelho da lua”, devido situar-se às margens do rio São Francisco. Nesse período, ainda era considerado Vila, elevando-se à condição de cidade apenas no século XIX, com a passagem de D. Pedro II pela localidade. Atualmente, o prédio onde o imperador se instalou, segundo informações dos moradores, foi tombado pelo Patrimônio Histórico.

1.1 CARACTERÍSTICAS GEOAMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICAS

Localizado no Estado de Alagoas, na microrregião de Santana do Ipanema, Pão de Açúcar está a 240 km da capital Maceió. Em termos de área, possui 682,92 km² correspondendo a 2,46% da área estadual. Seu acesso a partir da capital se dá através das rodovias pavimentadas BR-316, BR-101, AL- 220 e AL-130.

Figura 1 – Foto de Pão de Açúcar



Fonte: Autora.

Encravado no semiárido, faz fronteira ao norte com os municípios de São José da Tapera e Monteirópolis, a leste com Palestina e Belo Monte, a sul com o Rio São Francisco (AL/SE) e a Oeste com Piranhas. Sua faixa ao longo do Rio permite atrair atividades agropecuárias e as relacionadas ao setor de Serviços de um modo geral. A presença desse rio na região é de grande importância, não apenas pelo volume de água transportada numa região semiárida, mas, principalmente, pela sua contribuição histórica e econômica na fixação das comunidades ribeirinhas, e pelo seu potencial hídrico, passível de aproveitamento em atividades de pesca e de irrigação dos excelentes solos situados a sua margem. Seu potencial energético também é explorado pela Usina CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco que abastece o Estado de Alagoas e circunvizinhos.

Com um clima quente e seco, Pão de Açúcar registra temperaturas superiores a 40 graus Celsius, nos períodos de verão, apresentando baixos índices pluviométricos anuais.

A vegetação predominante é a caatinga, cujos solos férteis estimulam as atividades do setor primário, como produção de caprinos, bovinos e galináceos, plantações de feijão e milho, assim como a produção de mel de abelhas. Porém, nas comunidades mais distantes do rio São Francisco, existem ainda muitas áreas com deficiências hídricas e de solo, no que diz respeito à pedregosidade.

Figura 2 – Paisagem da Caatinga no Município de Pão de Açúcar – 2010



Fonte: Autora.

Em termos demográficos, Pão de Açúcar possui uma população estimada pelo IBGE para o ano de 2012 de 23.651 habitantes; aproximadamente 55% são residentes no meio rural, e, do total, 51% são mulheres. A população desse município representa 0,75% da população estadual, com um grau de urbanização de 49,84%. Sua densidade demográfica registrou números na ordem de 34,86 hab./km², bem abaixo do estimado para o Brasil de 112,33 hab/km².

Um dado interessante, também, é que, em 2009, 3.997 benefícios do INSS geraram um valor de R\$ 22,476 milhões na economia, que foram destinadas para a população oriunda da zona rural.

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), calculado pelo Sistema FIRJAN (SESI, SENAI, IEL, CIRJ E FIRJAN), que mensura o nível de desenvolvimento da região a partir de indicadores como Educação, Saúde e Emprego e Renda, apresentou resultados em 2012, ano base 2010, para Pão de Açúcar de 0,5143, o que caracteriza um desenvolvimento regular, porém ainda muito abaixo do estimado para o Brasil (0,7478). Este indicador quanto mais próximo de 1 revela que o Município está cada vez mais desenvolvido.

No tocante aos aspectos socioeconômicos de Pão de Açúcar, construímos um cenário atual sob as dimensões econômicas, sociais e de desenvolvimento rural, utilizando indicadores estimados por diversas fontes secundárias oficiais de diversas Instituições de pesquisa do país.

Segundo os dados do SNIS (2013), o município contou com um consumo de água tratada da ordem de 768 mil m³ durante o ano de 2009. Este valor atendeu a 5.386 ligações ativas. Nos dados preliminares do Censo demográfico de 2010 (IBGE, 2013), não foram encontrados registros de informações sobre manejo de resíduos sólidos ou de águas pluviais.

Em relação à variável Educação, um dos indicadores relevantes para se ter uma ideia do nível educacional da população é o tamanho da população matriculada com mais de 5 anos em instituições de ensino. Em 2009, havia 7.812 alunos matriculados na rede de educação básica, ensino médio e em creches e pré-escolas. Porém, a taxa de analfabetismo ainda é alta (39,9%), demonstrando, com isso, a necessidade de superação de muitos desafios neste segmento.

Nesse mesmo período, analisando o segmento Saúde, de acordo com os dados do IBGE (2013), observou-se a presença de dezesseis (16) estabelecimentos de saúde e a oferta de 2.174 leitos de internação hospitalar. Esse número ainda é

deficiente, considerando-se que o município possui um grande hospital regional que foi municipalizado, embora se encontre em processo de sucateamento. Esse hospital regional, há uns 20 anos, atendia a toda a população local e municípios circunvizinhos, porém hoje as pessoas, em casos mais graves, têm que se deslocar para a capital ou para algumas cidades polos regionais, distantes pelo menos 130 km.

Pão de Açúcar ainda é uma cidade com taxas de pobreza expressivas; os índices acerca dos níveis de pobreza e desigualdade são de 55,64%.

Considerando agora os indicadores de Trabalho e Renda, pode-se visualizar, na tabela 1, as variáveis de pessoal ocupado disseminado pelo IBGE (2013) .

Tabela 1 - Unidades locais, pessoal ocupado total e assalariado em 31.12.2010, salários e outras remunerações, salário médio e número de empresas atuantes - Pão de Açúcar

Município	Nº de unidades locais	Pessoal ocupado em 31.12.2010		Salários e outras remunerações (1.000 R\$)	Salário médio Mensal (salários mínimos)	Nº de empresas atuantes
		Total	Assalariado			
Pão de Açúcar	189	1.090	919	8.114	1,3	189

Fonte: Elaborada pela autora com base em IBGE (2013).

Na pesquisa, identificamos que valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação de domicílio, na área rural, foi de R\$ 654,51 (IBGE, 2013).

Analisando os dados de participação política da população no sistema democrático das eleições, o município objeto de estudo contou em 2009 com 17.268 eleitores.

Em Pão de Açúcar, o setor energético local possui infraestrutura compatível com o porte do município. Observando a variável consumo de energia elétrica (mwh), em 2010, esta subdivide-se em diversas classes, por ordem de importância; as mais significativas foram o consumo de energia residencial (4.836 mwh) e serviços públicos (22.316 mwh). O consumo total do município foi de 30.054 mwh.

Visando à análise do desempenho dos Indicadores econômicos de Pão de Açúcar, serão estudadas as variáveis Produto Interno Bruto Municipal e PIB *per capita*.

O PIB municipal estimado para Pão de Açúcar no ano de 2010 foi de R\$ 93,549 milhões (tabela 2). Este montante representa 0,38% do mensurado para o Estado e abrange 0,79% da população estadual. Em relação ao período 2006-2010, nota-se evolução deste valor em termos nominais na ordem de 41,55 %.

Tabela 2 - Produto Interno Bruto a preços correntes e Produto Interno Bruto *per capita* segundo o Município de Pão de Açúcar - 2006-2010

Município	Produto Interno Bruto					
	A preços correntes (1.000 R\$)					<i>Per capita</i> (R\$) 2010
	2006	2007	2008	2009	2010	
Pão de Açúcar	66.088	68.704	78.200	85.410	93.549	3.929,16

Fonte: Elaborada pela autora com base em IBGE (2012).

Analisando a composição do PIB, verifica-se, na figura 3, que o setor agropecuário tem uma participação mínima, representando 15% do valor adicionado total das atividades econômicas do município. Sua produção está baseada principalmente no cultivo de cereais em grãos como o milho e feijão (agricultura de subsistência). Na pecuária, destaca-se o seu efetivo de bovinos e caprinos.

Considerando os dados fiscais das empresas locais, fornecidos pela Secretaria da Fazenda Estadual, verifica-se que o setor industrial destaca-se principalmente na produção de produtos alimentícios.

Figura 3 – Valor Adicionado PIB de Pão de Açúcar

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2013).

Ao se estudar a economia de Pão de Açúcar, pode-se afirmar categoricamente que o setor Serviços é o principal setor da economia, representando 73% de tudo o que foi gerado na economia pão-de-açucareense em 2010. Os subsetores de Administração Pública e Comércio foram os mais representativos dentro desse segmento.

Em relação ao setor financeiro, o município estudado possui apenas duas agências bancárias: uma do Banco do Brasil e outra da Caixa Econômica Federal, além dos serviços oferecidos por uma casa lotérica e um posto de atendimento da CEF em um supermercado, e mais uma agência dos Correios (como correspondente bancário do Bradesco) e uma Cooperativa de Crédito de Agricultores Familiares (COCREAL).

Porém, vale frisar que os serviços financeiros oferecidos à agricultura familiar, como papel intermediário entre oferta e demanda de capitais financeiros, ainda acontece de forma incipiente e com um custo alto. Com isso, além da busca de crédito através da Cooperativa de Crédito Local (COCREAL), muitos agricultores buscam estes serviços no Banco do Nordeste que está localizado em municípios como Batalha e Santana do Ipanema, ambos distantes 70km e 50km, respectivamente, de Pão de Açúcar.

Programas governamentais como o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos (CONAB), ou aquisição para merenda escolar, também estão presentes

no município e constituem importantes fontes de consumo e renda, suprindo a demanda ofertada pela produção dos agricultores familiares da região. Importante registrar, também, o mercado local e regional, que, embora mais complexo, pelas dificuldades inerentes à comercialização e problemas climáticos, permanece como uma alternativa a ser acessada.

Atualmente, existe dentro do FUNDAP e nas Cooperativas de crédito uma visão social para um consumo responsável e para a produção e comercialização de produtos cuja origem tenha componentes ligados à justiça, conservação ambiental e a não exploração. Isso pode ser observado na entrevista com a Sra. Carina Dias (Assessora Contábil do FUNDAP), a qual frisou que, nas reuniões de aprovação de crédito, não são liberados financiamentos que estimulem o trabalho infantil ou atividades ilícitas (por exemplo, plantações de ervas consideradas como “drogas”).

No entanto, observam-se carências relativas à operação desses processos e à gestão técnica como um todo que deverão ser adquiridas mediante qualificação contínua de usuários e gestores. Técnicas de manejo integrado de culturas, possibilitando a inserção dos agricultores no mercado consumidor também são substanciais para o desenvolvimento das comunidades rurais.

Vale destacar que o meio rural, mesmo concentrando áreas com baixos indicadores sociais, possui um potencial produtivo importante. Situações encontradas, muitas vezes, de extrema pobreza ou precariedade, na sua maioria, contribuem para limitar a constituição de uma categoria de agricultores centrados no trabalho familiar que pudessem fazer um contrapeso socioeconômico e político aos grandes proprietários e suas organizações. Nesse sentido, além de os agricultores de base familiar terem sido desprivilegiados no que concerne ao acesso à terra, ao crédito público e às técnicas modernas, também têm, no geral, grandes dificuldades para construir forças políticas autônomas que pudessem desafiar os grandes proprietários e o modelo de agricultura dominante.

Na pesquisa de campo, constata-se nas comunidades rurais de atuação do FUNDAP a presença forte de atividades culturais e religiosas, assim como a existência de vínculos sociais e familiares construídos há décadas, norteando as transações financeiras comunitárias (Bancos comunitários, fundos rotativos etc.). Estas, na realidade, são construídas a partir das relações de coesão e confiança preestabelecidas e ratificadas pelos demais membros das comunidades.

No âmbito do contexto sociopolítico do município, a partir de informações de moradores nativos, observou-se que, durante 45 anos, apenas um grupo político se revezava no poder executivo local, utilizando-se da truculência baseada pelo modelo coronelista de gestão, que durou até o fim da década de 1980. Contrapondo-se a este poder coronelista local, destaca-se no município a atuação do Sindicato de trabalhadores rurais, criação de dezenas de associações de moradores de comunidades locais, nos últimos 10 anos, além da presença marcante da ONG “Visão Mundial”, uma instituição cristã, de caráter internacional, que desenvolve um trabalho de apoio a comunidades carentes, ainda que de forma indireta. A Visão Mundial (VM) faz convênio com organizações locais que executam atividades de suporte ao desenvolvimento socioeconômico, fornecendo apoio financeiro e técnico mediante a apresentação de um planejamento elaborado pela organização local.

Por fim, cabe destacar que esta visão geral de Pão de Açúcar faz-se necessária para entendermos o território, como um recorte espacial, podendo ser considerado, de acordo com Santos (1985, p. 21), um mosaico de elementos distintos, no qual, de um lado, mostra a evolução da sociedade e, de outro, visualizam-se as variações dispostas na atualidade.

Segundo Santos (1985, p. 22), espaço e território estão contidos um no outro, num movimento dialético, podendo apresentar variações de acordo com os movimentos históricos, visto que a noção de espaço é inseparável da ideia de tempo, ou seja, o espaço é o resultado da produção da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade. Compõe-se, assim, um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações.

1.2 CONTEXTUALIZANDO AS ONGs LOCAIS

Durante a década de 1990, a Economia Solidária surge no Brasil como uma alternativa de desenvolvimento socioeconômico frente à busca de superação de dificuldades como desemprego, relações econômicas informais, precárias e marcadas por exclusão social. Esse movimento foi tomando proporções maiores e, em 2003, institucionalizado pelo governo federal. Ao tratar de iniciativas de organizações coletivas e solidárias para superar dificuldades estruturais locais, incorporam-se elementos importantes como solidariedade e confiança nas relações entre os indivíduos e as instituições.

Segundo França Filho (2002), a Economia Solidária pode ser compreendida como um movimento de renovação e atualização histórica da Economia Social. Nesse campo, identificamos o segmento das microfinanças solidárias, caracterizadas por cooperativas de crédito, Oscips e associações comunitárias gerenciadoras de fundos rotativos.

Conforme Dallari (1984, p. 46), para haver uma mudança social é indispensável a construção de um trabalho organizado, sistemático e constante, além de uma mudança na consciência de cada indivíduo. Sua abordagem enfoca a natureza associativa do homem; ele pontua que “mesmo as pessoas mais pobres, desprovidas de poder econômico, político ou militar, com pequeno preparo intelectual e exercendo as profissões mais humildes, podem conseguir um poder de pressão se são ouvidas quando agem em grupo”. Essas questões citadas por este autor reforça a importância de as pessoas se unirem visando à satisfação de objetivos comuns.

Essas finanças solidárias, há alguns anos, vêm se expandindo, principalmente após a estabilização da moeda no país e implantação do plano real em 1994. Porém, no meio rural, ainda existe um relativo déficit operacional, sobretudo por empresas privadas. O governo federal por meio de seus programas de desenvolvimento rural tem estimulado crédito rural através do PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar. No entanto, muitos entrevistados relatam ter dificuldade de acessá-lo, devido a entraves burocráticos, como a necessidade de se ter comprovantes de renda e residência, dentre outros.

No âmbito das microfinanças, o microcrédito está voltado principalmente para pequenos empreendimentos. Apesar da potencial demanda por instituições que prestem serviços financeiros na zona rural, fatores como localização geográfica desfavorável, pouco dinamismo econômico, predominância de agropecuária de subsistência, além de outras dificuldades relacionadas a créditos subsidiados pelo governo dificultam o desenvolvimento do setor microfinanceiro, tornando o ambiente menos atraente para a criação de instituições financeiras.

Velhos hábitos dificilmente acabam e o governo brasileiro continua canalizando crédito barato através dos bancos oficiais e bancos comerciais privados ao setor rural. Nas décadas de 1960 e 1970, o crédito rural subsidiado chegou a alcançar U\$ 24 bilhões por ano para apoiar a modernização do setor, agendando na história o movimento que ficou conhecido como “Revolução Verde”. Nesse período,

a taxa de juros para financiar a agricultura chegou a corresponder a 10% da taxa real de inflação e só foi interrompida no fim da década de 1970, quando os juros dos empréstimos internacionais triplicaram, haja vista que a maior parte dos recursos advinha dos países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos da América. Na década de 1980, houve menor destinação de recursos para o crédito rural e, por consequência, menor subsídio.

Quintella e Arruda (2003) destacam que a noção de solidariedade surge na história econômica como uma reação à cultura do individualismo e da competição, podendo ser algo intrínseco à natureza humana ou algo construído de forma consciente, tornando-se algo cultural.

Ressalta-se, nesse sentido, que o FUNDAP desempenha papel relevante no campo das microfinanças rurais no sertão alagoano. Para Alves e Soares (2006), as organizações de Microfinanças são:

[...] aquelas especializadas em prestar esses serviços, constituídas na forma de ONGs, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), cooperativas de crédito de pequeno porte, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), bancos comerciais públicos e privados (principalmente através de correspondentes bancários e carteiras especializadas) e fundos institucionais (ALVES; SOARES, 2006, p. 28).

Estima-se que, atualmente, 22% dos empreendimentos rurais brasileiros têm acesso ao crédito rural subsidiado do governo. No Nordeste, essa média cai para menos de 10%. Levando esse fator em conta, o FUNDAP está empreendendo um relevante esforço para prover empréstimos sem subsídios em áreas rurais.

O PRONAF, mesmo sendo um programa oficial do Governo Federal, criado, especialmente, com a finalidade de disponibilizar crédito para os agricultores familiares com taxas de juros subsidiadas, não conta com uma metodologia que estimule as relações de participação, solidariedade e controle social, como mecanismos de garantia. Os mecanismos convencionais, como SPC, hipoteca ou penhor, mais afastam os agricultores familiares do que atraem.

Como fim de mudar esse cenário, é que a vida microfinanceira do setor rural de Pão de Açúcar, sobretudo, apresenta experiências comunitárias e informais de microcrédito, como é o caso dos consórcios locais, principalmente entre mulheres, dos fundos rotativos comunitários, e, em menor escala, das cooperativas de crédito rural. Com exceção da agiotagem, todas as outras modalidades descritas

necessitam de fortes doses de participação, capital social, de organicidade e controle social para que essas experiências se viabilizem na prática, sem que necessitem recorrer aos mecanismos convencionais de garantias.

Nessa linha de participação comunitária aliada a microfinanças, um dos exemplos interessantes é o FUNDAP, criado em 1996, a partir da fusão de dois fundos rotativos gerenciados por duas ONGs locais (AAGRA e NUDEC), agregando mais tarde, em 1998, a Visão Mundial e a Prefeitura do Município de Pão de Açúcar à parceria. Posteriormente, estas duas últimas instituições saíram da gestão e passaram a ser apenas parceiras na execução de certas atividades concernentes à articulação e aos debates acerca de temas transversais ligados à educação financeira, ao cooperativismo e à agricultura familiar.

O grande diferencial da experiência do FUNDAP de todas as outras que se baseiam na participação e controle social é a metodologia utilizada. Esta é marcada pela participação efetiva dos tomadores de crédito que, através de suas associações comunitárias, controlam desde o contato inicial do futuro cliente até a aprovação e a liberação do recurso.

Por não utilizar nenhum tipo de garantia real para evitar/combater a inadimplência, dado ao baixo poder aquisitivo de seu público-alvo, o programa recorre a mecanismos e ferramentas que reforçam o envolvimento, a cumplicidade, o compromisso e o sentimento de propriedade por parte dos usuários dos recursos que o FUNDAP faz circular em todas as comunidades.

Toda a operacionalização do fluxo de concessão de crédito se processa através das associações comunitárias locais, em que o interessado busca as informações iniciais e faz seu primeiro cadastro. Seu nome é, em seguida, submetido à apreciação em assembleia geral da associação a que pertence, através das reuniões regulares e periódicas que acontecem anualmente. Depois desse processo, ocorre a visita do agente de crédito à residência ou empreendimento do interessado para encaminhamento da sua proposta de financiamento junto ao comitê de crédito do FUNDAP; este Fundo também possui representantes de tais comunidades. Por fim, o projeto é avalizado formalmente pela Diretoria da Associação Comunitária a qual pertence o tomador, passando pelo aval solidário de um grupo de pelo menos três pessoas, também membros da referida associação, antes de ser liberado.

Em razão de um controle e gestão social, o índice histórico de inadimplência do programa sempre esteve abaixo dos cinco (5) pontos percentuais. Fatores como a burocracia excessiva, dificuldade para abrir e fechar empresas e falta de acesso ao crédito são motivos que afastam os investidores e deixam de fora do mercado formal muitos empreendedores. Com o objetivo de resolver esses entraves, governos e organizações vêm trabalhando em conjunto, resultando o microcrédito uma dessas iniciativas.

Após a institucionalização em OSCIP, o FUNDAF se constituiu uma organização de suporte às cooperativas de crédito rural e associações comunitárias formadas por agricultores familiares, por meio de capacitações, orientação, financiamento, parcerias, elaboração de projetos, apoio à gestão social e à produção e comercialização dos produtos locais.

No campo do microcrédito, observa-se uma maior repercussão após o economista Muhammad Yunus, Prêmio Nobel da Paz em 2006, iniciar um movimento para disponibilizar recursos financeiros aos pobres em Bangladesh, um dos países mais desfavorecidos da Ásia, com a criação do Banco Grameen. Essa iniciativa era voltada a atender aos que, à primeira vista, não ofereciam nenhuma garantia de recuperação dos empréstimos e, por isso, eram rejeitados pelas instituições financeiras tradicionais. Nesse processo, destaca-se a importância do capital social como instrumento catalisador do capital econômico.

Junqueira e Abramovay (2005) comentam que diversos termos são empregados para definir iniciativas que oferecem serviços financeiros a populações pobres, cujo objetivo principal é alcançar aqueles que não interessam ao sistema financeiro tradicional.

Alguns autores como Alves e Soares (2006) também associam o Microcrédito ao empreendedorismo e destacam a metodologia utilizada, marcada pela utilização de agente de crédito, garantia solidária, prazos curtos e valores crescentes. Tais autores compreendem o microcrédito como sendo uma atividade que, no contexto das microfinanças, dedica-se a prestar esses serviços exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte, diferenciando-se dos demais tipos de atividade microfinanceira, essencialmente, pela metodologia utilizada bastante diferente daquela adotada pelas operações de crédito tradicionais. Ela é comumente entendida como principal atividade do setor de microfinanças pela

importância que tem nas políticas públicas de superação da miséria pela geração de trabalho e renda (ALVES; SOARES, 2006, p. 28).

A literatura aponta que o microcrédito passou a ser implantado no Brasil nos anos 1980; há, hoje, uma variedade de técnicas e metodologias. Dentre as experiências brasileiras mais conhecidas, estão: Programa CrediAmigo do Banco do Nordeste (BNB), o Crédito Produtivo Popular do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor (CEAPE), Banco da Mulher, Vivacred (Viva Rio), Caixa Econômica Federal e Banco do Povo (estaduais).

Em Pão de Açúcar, identificaram-se, no universo pesquisado, algumas instituições parceiras do FUNDAF na luta pelos direitos dos agricultores familiares. No geral, elas se encontram no ambiente externo do FUNDAF. Periodicamente, representantes dessas instituições se encontram em reuniões e eventos locais, que envolvem discussões acerca do desenvolvimento territorial e agricultura familiar. Elas também são parceiras, sobretudo, na execução de ações que exigem articulação e mobilização comunitárias.

Na pesquisa de campo, foram as seguintes instituições identificadas:

- Associação de Agricultores Alternativos – AAGRA;
- Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária – ANCOSOL;
- Associação de Orientação as Cooperativas do NE – ASSOCENE;
- Cooperativa de Crédito Rural do Agreste Alagoano – COOPERAGRE;
- Cooperativa de Crédito Rural do Agreste Central Alagoano – COOPCRAL;
- Cooperativa de Crédito Rural de Poço Verde – COOPEC;
- Cooperativa de Crédito Rural do Sertão Alagoano – COCREAL;
- Cooperativa de Crédito Rural de Simão Dias – CREATIVA;
- Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA;
- Federação das Associações Comunitárias de Igaci – FACOMIG;
- Federação das Associações Comunitárias de Pão de Açúcar – FASPA;
- Fórum Deliberativo das Cooperativas de Crédito Rural Solidárias de AL/SE;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;

- Núcleo de Desenvolvimento Comunitário – NUDEC;
- Prefeitura Municipal de Igaci;
- Prefeitura Municipal de Pão de Açúcar;
- Prefeitura Municipal de São José da Tapera;
- Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT;
- Sistema INTEGRAR;
- União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES;
- Visão Mundial.

É interessante destacar que o surgimento dessas instituições e de programas multissetoriais corrobora para a construção de mudanças significativas e sustentáveis nas dimensões econômica e social das comunidades. Há uma forte ênfase no fortalecimento das relações sociais e nos vínculos entre comunidades e no desenvolvimento de autodeterminação através de parcerias com organizações da sociedade civil, principalmente por meio de aval solidário.

Diante desse contexto e analisando a dinâmica e complexidade da temática de capital social, foi que se propôs a realização deste estudo, cuja metodologia e aplicações práticas da pesquisa de campo vêm descritas a seguir.

1.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Analisando a abordagem de Demo (1996, p. 34), esta atividade de pesquisa surge como algo muito real e baseada em experiências práticas e cotidianas, ou seja, trata-se de um “questionamento sistemático, crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”.

Barros e Lehfel'd (1990) também apontam que o conhecimento científico deve realmente contribuir para soluções dos nossos problemas cotidianos, ou seja, este deve ser produzido por meio de observações, devendo ter caráter verificável, sistematizável e explicativo.

Dentro dessa perspectiva, pela observação minuciosa de fenômenos naturais e sociais, buscar-se-á encontrar explicações para as ocorrências e questões mais instigantes, intrínsecas ao processo de formação de capital social.

Num caráter pragmático e adotando um processo metodológico para construção do conhecimento científico, detalhar-se-ão, em seguida, todos os passos utilizados na confecção da pesquisa realizada.

Neste estudo, buscou-se uma investigação científica delineada a partir dos objetivos gerais e específicos, baseada na taxionomia abordada por Vergara (2010, p. 41), que classifica a pesquisa quanto aos fins e quanto aos meios de investigação. Quanto aos fins, esta pesquisa teve características explicativas e, quanto aos meios, pôde ser considerada bibliográfica, documental e de campo.

A investigação em sua fase inicial perseguiu o objetivo precípua de esclarecer, desenvolver conceitos e ideias relevantes ligadas à temática a ser estudada. Nesse contexto, estariam incluídas as pesquisas bibliográficas e documentais e entrevistas não estruturadas.

Essa etapa foi fundamental para a consolidação da revisão da literatura acerca de capital social e da caracterização do município e da agricultura familiar de Pão de Açúcar – AL. Ademais contribuiu para a compreensão e a contextualização do FUNDAF no campo das microfinanças rurais.

A partir de uma perspectiva inovadora, inferiu-se ainda um caráter descritivo na pesquisa, pois, no decorrer do trabalho, foi apresentada uma análise descritiva de características da população e do fenômeno pesquisado, usando-se as técnicas padronizadas de coleta de dados. Estes resultados estarão registrados em narrativas e ilustrados com fotos, entrevistas e relatos.

Moreira (2006, p. 70) aborda que o valor de uma pesquisa descritiva, “baseia-se na premissa de que os problemas podem ser resolvidos e as práticas melhoradas por meio da observação objetiva e minuciosa, da análise e da descrição”.

Dessa forma, numa abordagem qualitativa, a pesquisa investigou os principais fatores que contribuem para o fomento de processos produtivos de capital social no semiárido alagoano, junto aos agricultores familiares associados ao FUNDAF, no município de Pão de Açúcar – AL, tendo em vista que este fato deverá constituir um grande avanço para a expansão do capital social e de serviços financeiros produzidos pela instituição para as demais comunidades circunvizinhas.

A abordagem qualitativa constituiu um subsídio importante para a análise de dados, principalmente a partir das informações oriundas de entrevistas e técnicas de observação participante.

Durante a pesquisa, foram entrevistados os representantes legais das Instituições de agricultura familiar associadas ao Fundaf, além da contadora responsável pelas demonstrações contábeis. Algumas reuniões com grupos foram realizadas com as lideranças locais, usuárias e parceiras das ações executadas pelo FUNDAAF, utilizando a metodologia de grupos focais. Esse processo teve como objetivo compreender um pouco mais como acontecem os processos inerentes ao capital social no meio rural dentro das comunidades, assim como conhecer quais os elementos relevantes a este processo, que devem ser selecionados e melhor investigados.

No desenvolvimento do estudo, identificou-se que as normas e funcionamento do FUNDAAF e Cooperativas já estão internalizadas pelos sócios e comunidades, presentes em dois Estados: Alagoas e Sergipe. Em Alagoas, além de Pão de Açúcar, foram identificados mais onze (11) municípios que estão na área de abrangência do FUNDAAF: Monteirópolis, São José da Tapera, Palestina, Senador Rui Palmeira, Igaci, Palmeira dos Índios, Craíbas, Arapiraca, Estrela de Alagoas e Coité do Nóia.

Para isso, foram envolvidos onze (11) grupos focais divididos entre não clientes e clientes. A atividade principal dos clientes foi a agropecuária, depois a de comércio, distribuídas nas comunidades (povoados) de Baxio, Caraibinhas e coité das Pinhas (Município de Igaci – agreste do estado), e Soares, Impoeiras, Japão e Lagoa de Pedra (município de Pão de Açúcar – Sertão de Alagoas).

A conversa com esses grupos focais foi dirigida com apoio técnico de Júlio César Dias, assessor da Visão Mundial, mediante a utilização das ferramentas próprias da metodologia de grupos focais e de acordo com os objetivos previamente estabelecidos. As seguintes áreas foram discutidas: satisfação com produtos oferecidos pelo FUNDAAF; atuação e expansão dos serviços financeiros; participação e controle social.

Neste estudo, os gestores dos órgãos parceiros do FUNDAAF, realmente, foram o foco. Para isso, utilizou-se uma amostra não probabilística intencional, selecionaram-se os indivíduos da população que se acreditou serem os maiores

provedores de informações essenciais, ou seja, líderes comunitários ou membros dos conselhos e associações de agricultores familiares.

Na seleção, observamos algumas evidências concernentes à disponibilidade de tempo e acessibilidade dos entrevistados, assim como a facilidade de comunicação e diálogo destes, com o objetivo de se ter uma maior segurança na coleta (descrição e ratificação) da informação. No entanto, outros critérios de seleção foram considerados como a participação de pelo menos um representante de cada parceiro atual do FUNDAF na entrevista. Quanto aos usuários, estes deveriam estar vinculados há pelo menos dois (2) anos a esta instituição.

A partir desta técnica, foi possível identificar o perfil socioeconômico dos usuários do FUNDAF e visualizar os fatores mais importantes que permitem o fomento do capital social junto aos agricultores familiares do semiárido alagoano.

A amostragem não probabilística, apesar de trazer a impossibilidade de generalização de resultados, foi de grande utilidade no desenvolvimento dessa pesquisa devido às dificuldades operacionais no que se refere ao tempo disponível pelo pesquisador para investigação, além das limitações de recursos financeiros, materiais e humanos necessários para a realização de uma pesquisa com amostragem probabilística.

As técnicas aplicadas de coletas de dados concernentes às entrevistas foram aplicadas num período aproximado de dois (2) meses em horários e locais pré-definidos de acordo com a disponibilidade dos respondentes.

Com relação à pesquisa de campo, esta compreendeu:

Pesquisa documental: foram efetivamente verificadas as fontes primárias, ou seja, os documentos internos oriundos do FUNDAF, que não estão disponíveis para consultas públicas, desde que sejam devidamente autorizadas pelos respectivos responsáveis. Dentre esses documentos internos, destacou-se a importância de se visualizar as atas, balancetes, fotografias e listas de participação de reuniões ordinárias e extraordinárias, além da análise de relatórios técnicos, estatuto e regimento interno do FUNDAF.

Pesquisa bibliográfica: realizaram-se várias consultas em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, assim como artigos, teses e dissertações científicas de referência que investigam as temáticas relacionadas aos temas: capital social, agricultura familiar e microfinanças rurais.

Pesquisa de Campo: foi empreendida nas reuniões ordinárias e extraordinárias institucionais, assim como em visita às sedes dos parceiros do FUNDAF, com aplicação de entrevista semiestruturada, observação participante e grupos focais. Quanto às entrevistas, algumas foram feitas pessoalmente, por meio de grupos focais e outras por mídia interativa.

Dias (2000) enfoca que a metodologia de grupo focal consiste numa técnica de coleta de dados qualitativa realizada por meio de entrevistas com grupos de indivíduos já existentes, relacionados ao tema da investigação.

Nesse contexto, buscou-se compreender o perfil dos usuários associados ao FUNDAF, bem como foi feita inferência de como acontecem as relações de confiança, e, conseqüentemente, como ocorre na prática o processo de capital social existente.

Na pesquisa de campo, destacaram-se vários contextos:

a) identificação do perfil do agricultor familiar ligado ao FUNDAF, no que diz respeito ao nível de renda;

b) visão geral da atuação dos conselhos e lideranças nas reuniões ordinárias do FUNDAF ;

c) acesso às informações sobre políticas públicas de microfinanças rurais pelos agricultores familiares;

d) análise sucinta das redes sociais e interação do FUNDAF com outras instituições voltadas à agricultura familiar;

e) análise de elementos essenciais para a produção de capital social no meio rural, junto ao público-alvo a ser estudado;

É interessante destacar que a pesquisa documental e a bibliográfica, aliadas à pesquisa de campo vieram a contribuir para uma melhor percepção do universo a ser pesquisado, consolidando a análise qualitativa dos fenômenos sociais a serem observados.

Portanto, a partir da metodologia utilizada e do referencial teórico proposto, a pesquisa apresentou um caráter empírico, visto ser desenvolvida fundamentalmente no campo, utilizando-se das várias técnicas citadas, inclusive por meio de observação das atividades existentes no interior do FUNDAF.

Essas informações foram fundamentais para confrontação e análise crítica dos dados coletados nas diversas técnicas adotadas.

Por fim, a utilização dessas abordagens qualitativas e quantitativas adentraram na complexidade do tema, facilitando e ampliando as possibilidades de percepção e análise do universo a ser estudado.

Numa perspectiva holística, compreendeu-se a realidade dos fenômenos, a partir de uma visão sistêmica destes e da população pesquisada. Para isso, a análise dos dados coletados recebeu um tratamento qualitativo, sem uso de processos estatísticos mais apurados.

As fases da pesquisa contemplaram:

- a. definição dos parceiros do FUNDAF a serem pesquisados, estabelecida mediante contatos previamente instituídos com a gestão do órgão;
- b. definição dos questionários com respostas subjetivas e/ou objetivas;
- c. definição das perguntas básicas para realização das entrevistas semiestruturadas;
- d. realização da entrevista por meio da técnica de grupos focais;
- e. categorização dos dados;
- f. análise interpretativa, para identificar padrões e relações nas informações coletadas.

Devido à impossibilidade de coletar dados de uma amostra maior junto às centenas de agricultores familiares associados ao FUNDAF, a pesquisa foi realizada apenas com os parceiros desse Fundo (cinco organizações não governamentais). Resultados e aplicações práticas foram apresentados no capítulo 4 deste estudo.

Assim, acredita-se que, mesmo diante de tal limitação, em termos de amplitude social, o trabalho permitiu identificar e compreender o processo de produção de capital na área rural e possíveis elementos indispensáveis a sua formação e expansão para outras áreas rurais.

2 UM ESTUDO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E CAPITAL SOCIAL

A agricultura familiar possui grande relevância no processo de desenvolvimento das sociedades contemporâneas, principalmente como elemento chave para sustentabilidade e no tocante à segurança alimentar e nutricional.

De acordo com a definição do IBGE (2013), a agricultura familiar é aquela praticada em pequena escala, em estabelecimento familiar, tendo como recurso a mão de obra do núcleo familiar e não ultrapassando uma determinada área de exploração. Nesse contexto, apresentar-se-ão, nesta seção, pontos relevantes acerca não somente da agricultura familiar, mas também com foco em conceitos de capital social encontrados na literatura recente.

2.1 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Com origens diversas nas várias regiões brasileiras, a agricultura familiar em Alagoas contempla personagens e situações sócio-históricas, baseados na luta pela sobrevivência, principalmente no sertão do Estado, onde encontramos o FUNDAF.

Esse ambiente rural é marcado por uma forte concentração de renda, exclusão social e baixos salários. Apesar disso, o agricultor familiar é um ator social relevante para a economia regional, com uma importante contribuição para a estabilidade dos governos, tendo em vista que sua fixação no campo reflete diretamente nos fluxos migratórios, no planejamento e no direcionamento de políticas públicas. Essa situação também interfere diretamente na política de preços, níveis de renda e abastecimento de alimentos, assim como garante impactos relevantes, no que concerne à segurança alimentar e nutricional.

Todos esses fatores resultam numa ação estatal mais especializada para esse segmento. Com o governo do Estado de Alagoas, isso tem acontecido por meio de ações conjuntas com o governo federal, através de programas como “Mais Alimentos”, PRONAF, Assistência Técnica e Extensão Rural, dentre outros.

A prefeitura de Pão de Açúcar desenvolve também outras ações como consórcio com os demais poderes (estadual e federal) para execução de programas voltados à agricultura familiar como o “garantia safra” que assegura renda mínima para esse público nos períodos de estiagem, além de apoio na distribuição de carros

-pipa, e no Programa de distribuição de sementes para plantio da safra anual de milho e feijão, dentre outras ações.

Ao mesmo tempo em que vai se consolidando a agricultura familiar na região, torna-se necessário o sentimento de identificação entre vários atores sociais que são traduzidos por meio da institucionalização de outras instâncias como FETAG – Federação de Trabalhadores na Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pão de Açúcar, Federação de associações, Cooperativas Associações comunitárias e ONGs locais.

Ações e projetos ligados ao sindicalismo e a políticas públicas que fomentem esse segmento constituem papel relevante para a agricultura familiar no município.

Os trabalhos de cooperação técnica entre os governos, a exemplo do FAO/INCRA, foram grandes impulsionadores de uma nova forma de olhar para um segmento subalterno de agricultores e para a definição de políticas públicas para este público. Ademais, a atuação das organizações sindicais de representação dos agricultores de base familiar ganhou força, visto que suas proposições acerca de projetos e ideias alternativas de desenvolvimento rural são baseadas em princípios ambientais e ecologicamente sustentáveis.

Consoante aos aspectos conceituais, são considerados agricultores familiares os estabelecimentos que atendam simultaneamente às seguintes condições: a direção dos trabalhos executada pelo produtor não pode ter mais de um empregado e sua propriedade não pode exceder o limite de quinze (15) módulos fiscais, de acordo com o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64).

Dependendo da região, este segmento é resultado de trajetórias individuais diferentes, mas que possuem interesses coletivos semelhantes e buscam ser reconhecidos socialmente.

Porém, considerando a importância da agricultura familiar no contexto local da pesquisa, ainda existe uma necessidade de debates que levem ao aperfeiçoamento das ações no campo para a melhoria da rentabilidade, a maximização do aproveitamento dos recursos produtivos disponíveis e o fomento do desenvolvimento sustentável.

Cabe destacar, todavia, que avanços vêm acontecendo nos últimos anos, principalmente, no que diz respeito aos aspectos intrínsecos a reconhecimento e identificação de política desse segmento, assim como a criação de instituições de apoio à agricultura familiar.

Em Alagoas, a Secretaria Estadual de Agricultura, assim como a Secretaria Municipal de Pão de Açúcar têm desenvolvido atividades voltadas a este setor (agricultura familiar), com o fim de contribuir para mudança de conceitos que estão atrelados ao meio rural, como ambiente atrasado e ineficiente.

A formalização de instituições voltadas à agricultura familiar como o FUNDAF e seus parceiros tem levantado questões e introduzido temáticas em que o meio rural passa a ter uma visão mais positiva tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista sociopolítico. Dessa forma, a agricultura passa a ser considerada uma fonte importante de produção de alimentos, garantindo segurança alimentar e nutricional, como também pode estar associada a processos associativos e solidários concatenados a um capital social construído entre as populações envolvidas.

Porém, para que a dinamização da agricultura familiar aconteça de forma eficiente e eficaz, é de suma relevância essa valorização e ações de suporte e estímulo à fixação do homem no campo, evitando situações de extrema pobreza ou miséria e garantindo ocupação e renda aos trabalhadores rurais. Esse fato sugere um novo modelo de desenvolvimento sustentável, visto que, segundo Prezotto (2005, p. 31):

Esse modelo atual de desenvolvimento rural, do qual a agroindustrialização convencional (grande escala) [faz parte], tem como eixo central o crescimento econômico. Isso implica problemas sociais e ambientais, como a falta de oportunidades de trabalho, a concentração de renda e aumento da pobreza, a migração desordenada da população, em geral para os centros urbanos, o desequilíbrio ambiental, o crescimento da violência e a diminuição da qualidade de vida da população rural, e também, urbana.

Nessa perspectiva, não se propôs, nesta pesquisa, demonstrar modelos fechados de dinamização da agricultura familiar, mas é interessante se discutir estratégias pertinentes como a sua organização em associações ou cooperativas, visando compatibilizar processos e interesses coletivos como aqueles ligados à produção, à comercialização e ao crédito.

O FUNDAF e suas instituições parceiras como as cooperativas de crédito rural – COOPERAGRE e COCREAL trazem uma necessidade de formação de capital social previamente ao acesso ao crédito. A atuação nesse Fundo transcende o crédito e perpassa por ações de solidariedade e cooperação, elementos estes que

constituem uma vantagem competitiva no mercado, como são demonstrados no capítulo 4, quando serão apresentados os resultados deste estudo.

É de se registrar, no entanto, que ainda há muitos desafios para a agricultura familiar, principalmente o acesso a outros serviços financeiros, como poupança, conta corrente, talão de cheques, que hoje os agricultores conseguem via cooperativa de crédito rural. Não se deve perder de vista, principalmente, a necessidade da manutenção do capital social obtido a partir das relações de confiança já conquistadas, corroborando, assim, para a união e a solidariedade entre os grupos produtivos e entre os novos sócios do FUNDAF.

É relevante suscitar que a agricultura familiar deve estar direcionada à superação dos padrões de eficácia e qualidade, deixando de ser uma atividade subsidiária para passar a ser, principalmente, estratégica, com vistas ao bom funcionamento da economia local.

2.2 REFLEXÕES ACERCA DO CAPITAL SOCIAL

Este trabalho apresenta como eixo central o estudo do capital social entre agricultores familiares do município de Pão de Açúcar, sob o prisma do Banco Mundial. Serão utilizados, nesse intento, vários referenciais teóricos, mesclando-se conceitos. Assim, para o alcance dos objetivos propostos, foi imprescindível a realização de uma pesquisa bibliográfica que possibilitou estabelecer uma relação entre o referencial teórico e o detalhamento das principais ideias e das contribuições mais atuais acerca das temáticas.

A expressão capital social tem sido bastante discutida e analisada nos últimos anos por pesquisadores e estudiosos, como elemento fomentador do desenvolvimento social e econômico, principalmente no campo das Ciências Sociais.

Porém seu conceito ainda não está consolidado na literatura, havendo divergências no tocante à abordagem autoral, considerando-se as diversas áreas de estudo (economia, sociologia, antropologia, dentre outras áreas do conhecimento). Ademais, existem vários debates acerca de suas características, impactos e resultados nos processos de democratização e evolução socioeconômica.

Nesse sentido, o conceito de capital social vem expandindo seus debates e enfoques, principalmente no que se refere a avanços e reformulação de práticas de

desenvolvimento, de modo que possa fortalecer a capacidade de empoderamento da sociedade através das suas relações e interações sociais que envolvam confiança e cooperação. Essa perspectiva tem sido bastante utilizada por organismos internacionais como Banco Mundial e FAO.

Considerando-se a importância do estudo proposto, apresentaram-se as reflexões teóricas mais relevantes da temática, sob a visão dos principais pensadores, a partir da década de 1980. Estes, em suas pesquisas e estudos, buscam disseminar suas definições ou explicações conceituais acerca de “capital social”.

O sociólogo francês Bourdieu (1980) conceitua o capital social como um conjunto de recursos potenciais que estão intrínsecos à participação em uma rede durável de relações, que envolvem a institucionalização de ações de conhecimento e reconhecimento mútuo.

Para esse autor, essas relações, que permitem a coesão e união entre as pessoas, não se referem apenas àquelas relacionadas à proximidade física, geográfica, econômica ou social, mas àquelas que permitam aos indivíduos se ligarem devido ao sentimento de identidade e pertencimento ao grupo.

Nessa perspectiva teórica, verifica-se, por meio das técnicas de observação, que os grupos sociais que estão intrínsecos ao FUNDAP têm esses sentimentos de união. Ademais, eles contemplam na base de suas relações de confiança fatores relevantes como territorialidade, dimensão sociocultural e, principalmente, o desenvolvimento da consciência crítica e política concernente à necessidade de cooperação como estratégia de desenvolvimento local e de superação de problemas ligados ao crédito produtivo para a agricultura familiar.

Dallari (1984, p. 35), ressalta que:

[...] qualquer pessoa consciente, que se disponha a participar ativamente, pode, com relativa facilidade, obter informações necessárias para decidir sobre a orientação básica em relação aos grandes problemas. Isso pode ser conseguido pela leitura constante de jornais, pelo acompanhamento de noticiários de rádio e televisão, pela leitura de livros e revistas, pela troca de ideias e informações com outras pessoas interessadas, bem como pelo acompanhamento de conferências e debates públicos sobre assuntos de interesse geral.

Nas pesquisas de campo desenvolvidas neste estudo, identificar-se-ão elementos norteadores que contribuem para o fomento de capital social junto aos

seus usuários e parceiros. Nessa perspectiva, é possível inferir, numa averiguação preliminar, articulações político-institucionais dessa Oscip no âmbito municipal e estadual. Com isso, geram-se capacidades locais desses agricultores, no que tange à consciência crítica e organizacional, assim como uma preocupação com a sustentabilidade dessas relações de confiança e principalmente ampliação destas para outras localidades vizinhas.

Assim, a asserção central da teoria do capital social está fundamentada na rede de relacionamentos como elemento importante na formação de um capital coletivo próprio, sendo a participação individual relevante nesse processo. Dessa forma, o capital individual irá mobilizar e fortalecer essa rede de confiança do grupo a que pertencem, com a limitação apenas dos fatores referentes à durabilidade e tamanho das relações.

Para Bourdieu (1980), a formação da rede de relações pode surgir de forma consciente ou inconsciente, tornando-se necessárias ações que promovam sua manutenção de forma duradoura e proveitosa, gerando benefícios aos agentes envolvidos, a fim de estes serem utilizados para prover poder ou *status* social.

Bourdieu (1980) enfoca ainda que os grupos devem evitar a concentração de poder em apenas um indivíduo, para que não se comprometa a produção de capital social e se ponha em risco a existência do coletivo, ou seja, cada membro deve participar deste capital coletivo numa proporção direta à sua cooperação. Assim, impede-se a individualização e o desvio de finalidade no seu uso.

O sociólogo James Coleman (1988) foi um dos importantes estudiosos da temática capital social. Para ele, seu conceito envolve sentimentos e atitudes relativas à lealdade, fidelidade, reciprocidade, compromisso e outros elementos decorrentes das relações sociais de um grupo. Em seus estudos, analisou a influência e as relações entre capital social e o capital humano, numa visão racional, procurando medir de forma quantitativa esses efeitos.

Ademais, esse autor procurou distinguir os diversos tipos de capital: físico (material), humano (conhecimento e habilidades) e social (reciprocidade, confiança e lealdade). Em seus estudos, ele considera a existência de três formas de capital social. A primeira pondera as obrigações, confiança e expectativa nas relações, ou seja, à medida que um indivíduo ajuda outro, há uma expectativa de reciprocidade. Assim, gera-se um processo de troca e compromisso. Esse tipo de relação é bastante comum em grupos familiares, de amigos e comunidades. A segunda forma

de capital social constitui aquela oriunda do compartilhamento de informações entre grupos sociais, fortalecendo a homogeneidade, proximidade e lealdade entre os membros. O terceiro tipo de capital social apontado por Coleman (1988) considera que as normas e sanções efetivas: normas, explícitas ou implícitas, regem o relacionamento dos grupos sociais, vinculando-os, estimulando ou inibindo aspectos positivos ou negativos comportamentais.

Esse autor avalia que o capital social está intimamente ligado à estrutura de relações sociais, sendo definido pela sua função. Nesse contexto, ele constata que o tipo de estrutura social que une os grupos pode contribuir para a formação de uma maior ou menor quantidade de capital social. A estabilidade nas relações também constitui fator essencial para sua origem e continuidade, ou seja, a sua interrupção pode ser altamente destrutiva.

Essa abordagem de Coleman (1988) foi bastante pertinente, quando se iniciou a pesquisa documental, obtida no FUNDAF. As fontes primárias do estudo revelaram a obrigatoriedade de reuniões sistemáticas com diretores e sócios visando à responsabilidade no compartilhamento de informações e decisões. Além disso, seus parceiros consideraram relevante a abertura de debates internos que propiciassem a elevação de capacidades técnicas, gerenciais e de manutenção de normas.

Todos esses fatores destacados concorrem para a retroalimentação do capital social, visto que envolvem preceitos e valores sociais que irão estar em constantes processos de integração e compatibilização.

Coleman (1988) aborda a relevância dos capitais físicos e financeiros nesse contexto, porém enfatiza a importância das relações sociais na família e na comunidade como formadoras de capital social e a influência deste na ampliação do capital humano do indivíduo.

É considerada a dimensão relacional do capital social um contexto de desenvolvimento local, sendo este tipo de capital caracterizado a partir de uma visão racional, como instrumento de eficiência da sociedade, vinculado a aspectos intrínsecos a redes, confiança e normas.

Robert Putnam (2000) também apresenta fundamentações teóricas imprescindíveis à apropriação da essência do capital social. Para ele, a formação de capital social relaciona-se à confiança existente nas relações sociais, fundamentadas em regras de reciprocidade e nos sistemas de participação cívica.

Sua pesquisa, realizada na Itália, iniciada nos anos 1970 e concluída mais de 20 anos depois, buscava compreender as instituições democráticas de 20 regiões daquele país, em relação às práticas democráticas, num contexto social, cultural e econômico.

Nesse trabalho, ele introduz o conceito de “comunidade cívica” e apresenta algumas de suas características como: prática de solidariedade social, confiança, tolerância, além de existência de associações e importância da participação cívica da população.

Vale ressaltar que essa “comunidade cívica” pontuada por ele não está livre de conflitos, pois os membros desta podem divergir, porém são mais tolerantes.

Putnam (2000) enfoca ainda que as relações de confiança existentes numa comunidade cívica possibilitam a superação de comportamentos e atitudes individualizadas ou mesmo oportunistas. Nas entidades associativas, são observados hábitos de cooperação, associação e união de interesses comuns, que mantêm os associados unidos por relações de dependência e reciprocidade.

Numa perspectiva histórica, constata-se, nos estudos de Putnam (2000), que as origens da comunidade cívica surgem desde a Idade Média, com as sociedades de mútua assistência, as quais tinham o objetivo de auxiliar nas dificuldades sociais e econômicas de alguns grupos sociais. No fim do século XIX, observam-se ainda inúmeras formas de cooperativas agropecuárias, de trabalho e de crédito.

Inspirado em práticas associativas, Putnam (2000) resolve adentrar no conceito de capital social, relacionando-o ao desempenho das instituições e à existência de sistemas de participação cívica. Para ele, a solução de problemas sociais, por meio da ação coletiva, tem mais chances de sucesso, principalmente se tiver um bom estoque de capital social, ou seja, haja relações de confiança mútua e reciprocidade (PUTNAM, 2000). Putnam enfoca que:

A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria operação gera confiança. A progressiva acumulação de capital social é uma das principais responsáveis pelos círculos virtuosos da Itália cívica. [...] A confiança necessária para fomentar a cooperação não é uma confiança cega. A confiança implica uma previsão do comportamento de um ator independente. [...] a confiança social pode manar de duas fontes: as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica.

Putnam (2000) reforça que as regras de solidariedade e reciprocidade, ainda que implícitas, reduzem custos e promovem a cooperação e o benefício mútuo. Já os sistemas de participação cívica (associações comunitárias) fomentam o capital social, pois reforçam o associativismo.

Em seu estudo do capital social, ele afirma que um indivíduo com conexões sociais pobremente conectadas não é muito produtivo, visto que a participação cívica e o capital social geram uma obrigação mútua e uma responsabilidade voltada ao bem comum.

Nas suas pesquisas, ele também procurou causas possíveis de diminuição de estoque de capital social, como necessidades familiares, entretenimentos e mudanças comportamentais das futuras gerações, que, em geral, possuem menor engajamento cívico.

Esse autor também apresenta fundamentações imprescindíveis à apropriação da essência do capital social.

Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse [...]. Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança [...]. Numa comunidade rural [...] onde um agricultor ajuda o outro a enfardar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamento (PUTNAM, 2000, p. 177).

Ao se analisar a metodologia de microcrédito trabalhada pelo FUNDAF, nota-se que esta se constitui em ferramenta privilegiada na produção do capital social e fundamenta-se nesses princípios traçados por Robert Putnam (2000).

Esse capital social produzido fomenta a capacidade do grupo para demandar mais capital econômico, que, por sua vez, exige o aumento do capital social. O processo ocorre de forma muito rápida, atendendo quase que de forma massiva a comunidade, conseguindo fazer que o crescimento econômico e a distribuição de renda andem juntos. E é assim que a agricultura familiar vem resistindo às transformações econômicas e sociais, por intermédio de práticas de microcrédito, embora, muitas vezes mascaradas em iniciativas comunitárias que não são comumente visíveis, como é o caso de consórcios ou de fundos rotativos comunitários, em geral, praticados entre mulheres.

Dessas experiências embrionárias, nascem programas importantes como o FUNDAF, que chega a manejar atualmente mais de um milhão de reais de créditos disponibilizados e que se converteu em uma instituição financeira oficial, reconhecida pelo sistema financeiro nacional como cooperativa de crédito. Esta instituição financeira oferece, além de crédito, produtos e serviços financeiros iguais aos oferecidos pelos bancos oficiais, destinados à agricultura familiar, culminando, enfim, numa revolução que transformam excluídos financeiros em empreendedores sociais, levando-os a alcançar dignidade e cidadania.

A forma de gestão que ocorre no FUNDAF é a materialização do processo de gestão social, baseado no controle social. O programa, sem maiores apoios externos, recorre à possibilidade de gestão que lhe é acessível: a ação de cada participante na fiscalização e observação do desempenho do programa, convertendo-se numa ação coletiva de controle social.

Analisando a abordagem de Baquero, verifica-se que controle social é:

[...] processo e resultado, [e] pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social, no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder (BAQUERO, 2005, p. 76).

Por fim, vale frisar que o presente estudo não pretende ser conclusivo, uma vez que muitos outros pontos podem ser objeto de estudo de outras pesquisas, contribuindo assim para a complementação e enriquecimento desta.

O Banco Mundial (2011) assim como outros organismos internacionais: FAO, OCDE e CEPAL têm se dedicado nos últimos anos ao financiamento de estudos sobre a temática, visando principalmente ao desenvolvimento socioeconômico de países com níveis de pobreza extrema e em desenvolvimento.

O Banco Mundial (2011) considera que:

Capital social refere-se às instituições, relações e normas que moldam a qualidade e a quantidade das interações sociais de uma sociedade. Crescente evidência mostra que a coesão social é fundamental para que as sociedades prosperem economicamente e para que o desenvolvimento seja sustentável. O capital social não é apenas a soma das instituições que sustentam uma sociedade - é a cola que as mantém juntas (traduzido pela autora).

Segundo esse organismo internacional, as diversas pesquisas já realizadas têm contribuído substancialmente com informações relevantes acerca do capital social, no tocante a sua dimensão, efeitos e mensuração. Porém, esse mesmo órgão também reconhece a importância de se aprofundar ainda mais acerca do tema, assim como aponta dificuldades na identificação de propriedades e de elementos intrínsecos ao seu conceito e de entraves nas suas formas de mensuração. Isso se deve, principalmente, pela pouca quantidade de pesquisas de longo prazo acerca do assunto.

Vale ressaltar que, em seu *site*, o Banco Mundial disponibiliza e relaciona essa série de estudos, que, em muitos casos, utiliza-se de junção de diferentes contextos e metodologias de pesquisa, embora não haja uma definição conceitual exata sobre o que realmente contemple e defina o capital social. O Banco Mundial considera possibilidades de oscilações na sua forma de mensuração, pois esta pode ser perfeitamente modificada, à medida que se modifiquem suas variáveis e conceitos.

Além disso, alguns elementos poderão ser mais apropriados do que outros. Isso pode ser observado na experiência de Putnam (2000), quanto ao número de leitores de jornais utilizado por ele como indicador do engajamento cívico na Itália. Se essa situação ocorresse na Índia, onde as taxas de analfabetismo da população são altas, ou em outra região qualquer, provavelmente, este não seria um indicador mais apropriado.

Os estudos apoiados pelo Banco Mundial disponíveis em seu *site* surgem com discussões extremamente ricas e contemporâneas. Ademais, contribuem para debates importantes em relação ao fomento do desenvolvimento econômico local, elaboração de estratégias de combate à pobreza e minimização de desigualdades sociais e econômicas.

Ressalta-se a importância desses estudos para a compreensão da dinâmica que envolve a densidade das redes sociais, instituições, interações interpessoais e relação destes com programas de desenvolvimento. De acordo com o Banco Mundial (2011), inclusive, já existem vários países que têm investido em pesquisas que apoiam as operações de promoção e fortalecimento de capital social.

Logo, entender e identificar os elementos do capital social, que é o objetivo desta pesquisa, certamente consiste num importante passo nesse debate,

principalmente, pela combinação dos pressupostos teóricos, enriquecidos com a pesquisa empírica no FUNDAF.

Uma instituição relevante, a FAO (2011), define o capital social como:

as características do governo e da sociedade que facilitam a ação coletiva para benefício mútuo de um grupo (família /nação). A ideia central do capital social é que as redes e normas associadas de reciprocidade, tais como confiança, têm valor para as pessoas, facilitando os participantes em conjunto alcançarem objetivos comuns. Assim, os relacionamentos e as redes sociais são um ativo importante para os indivíduos, que podem ser utilizados em situações críticas (Traduzido pela autora).

Para esse organismo internacional, as comunidades que detêm capital social acumulado possuem uma capacidade maior de enfrentar situações de pobreza e conseguem, conseqüentemente, aproveitar com mais eficiência novas oportunidades de desenvolvimento.

Porém, é necessário destacar que a FAO considera que as regras que permeiam o capital social são informais, não decorrem, ou mesmo, são impostas por níveis superiores institucionais. Contudo, são originadas e regulamentadas pelas expectativas da compreensão comum de regras e penalidades pelos descumprimentos destas.

O conceito da FAO e do Banco Mundial demonstra a importância de se aprofundar na temática capital social. Certamente, à medida que se conhece e se internaliza este conceito, pode-se compreender a magnitude das relações sociais e seus potenciais processos que concorram para a autonomia e o fortalecimento de comunidades empobrecidas.

A união entre agricultores familiares no sertão alagoano, formando uma cooperativa de crédito para a categoria, assim como a constituição do FUNDAF (Oscip) são acontecimentos marcantes no semiárido alagoano e que merecem ser aprofundados, posto que estas visam ao fomento de contribuições e estudos técnicos que aprimorem e debatam o conceito de capital social, a partir de ação concreta desse FUNDAF e de sua rede de instituições parceiras.

3 FUNDAF: FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O FUNDAF é um programa de financiamento rural voltado a atender, principalmente, os agricultores pobres do semiárido alagoano. Estes, através de suas associações, administram os recursos destinados a financiamentos da produção agropecuária, melhoramento tecnológico, ampliação de mercados e introdução de novas culturas agrícolas.

3.1 ANTECEDENTES

O embrião do programa foi gestado no âmbito da atuação das associações comunitárias locais, que, desde 1993, criavam fundos rotativos com a intenção de financiar animais de menor porte para as famílias de pequenos trabalhadores e produtores rurais.

Porém, sua criação oficial aconteceu em 1996, numa parceria entre três instituições: Visão Mundial; NUDEC – Núcleo de Desenvolvimento Comunitário, situada em Pão de Açúcar e AAGRA – Associação dos Agricultores Alternativos, situada no município de Igaci.

A Visão Mundial é uma organização não governamental cristã, brasileira, de desenvolvimento, promoção de justiça e assistência, que, combatendo as causas da pobreza, trabalha com crianças, famílias e comunidades para alcançarem seu potencial pleno. Dedicar-se a trabalhar lado a lado com as populações mais vulneráveis e a servir a todas as pessoas, sem distinção de religião, raça, etnia ou gênero. O NUDEC constitui uma federação de Associações comunitárias localizadas na zona rural do município de Pão de Açúcar e a AAGRA – Associação de Agricultores Alternativos reúne os vários agricultores da zona da mata do Estado.

A formação dessa parceria surgiu a partir da evolução dos fundos rotativos; com isso, logo formalizaram um acordo de cooperação em forma de consórcio, visando gerenciarem o programa FUNDAF de forma profissional, observando indicadores gerais de programas de microfinanças nacionais.

Em 1998, a Prefeitura Municipal de Pão de Açúcar, satisfeita com os resultados do programa, passa a integrar a parceria, contribuindo com uma quantia fixa de recursos a cada mês e exigindo que o programa ampliasse a área de

atuação, não se restringindo aos dois PDAs – Programas de Desenvolvimento de Área, e passasse a atuar em toda a zona rural do município. Assim, a Prefeitura inicia sua participação no programa após dois anos de sua constituição.

A carteira inicial do FUNDAP, em 1996, era de apenas R\$ 35.000,00 e seu único produto era o crédito para pequenos animais. A partir de então, novas linhas de crédito foram introduzidas, contemplando o setor agrícola, industrial e de comércio rural, além de serviços.

O FUNDAP chegou a possuir dezesseis (16) pessoas na equipe, distribuídas nas diversas unidades, desde gerente, assessor técnico e agente de crédito.

O processo metodológico foi se moldando a partir da experiência de gestão dos parceiros envolvidos e culminou numa metodologia flexível, descentralizada que permite o desenvolvimento de um processo de gestão compartilhado, o qual considera o tomador de crédito também como proprietário/gestor do programa e não unicamente como cliente, possibilitando, inclusive, que ele tenha assento nos órgãos de deliberação do FUNDAP, controlando conta corrente e assinando cheques.

No que se refere aos indicadores, o FUNDAP aparece como uma das poucas experiências de crédito rural do Brasil, o que dificulta a comparação e atribuição de parâmetros de aferição, posto que tais indicadores são típicos de programas urbanos que não servem para avaliar o desempenho de um programa tipicamente rural. Mesmo assim, durante todo esse período, o programa manteve sua inadimplência controlada em Alagoas (abaixo de 3%), com um índice de recuperação de 97%, de todos os valores dados como perdidos. Os objetivos do FUNDAP consistem em estar contribuindo de forma significativa para a melhoria da qualidade e aumento da produtividade agropecuária, em suas áreas de atuação. Além disso, corrobora para o fortalecimento do nível organizacional de associações de produtores rurais, em função de sua metodologia participativa e descentralizada.

Por meio do crédito rural e da capacitação em gerenciamento de unidades produtivas, o FUNDAP tem como objetivos principais a fixação do homem e da mulher no campo com "condições dignas de vida", fomentando o desenvolvimento econômico, social e ambiental das comunidades rurais, o que inclui a estruturação de cadeias produtivas dos bens produzidos. Esses objetivos passam pela estruturação e fortalecimento das organizações dos produtores rurais de modo a que desfrutem de maior poder de reivindicação e de barganha na defesa de seus interesses. Os objetivos não se esgotam nesse conjunto, mas compreendem

também a criação de uma atuação proativa no mercado de produção, comercialização e consumo, resgatando os agricultores da situação de passividade e baixo autoestima comum nesses casos.

O microcrédito rural, no âmbito do FUNDAF, foi por alguns anos dirigido pela Visão Mundial e parceiros (NUDEC, AAGRA e associações comunitárias); inicialmente, o objetivo era o financiamento de projetos de agricultura orgânica, além da criação de galinha caipira, caprinos, suínos e ovinos. A unidade de trabalho é a família, e esta deveria estar vinculada a alguma associação local, ou seja, o crédito só seria fornecido se o requerente pertencesse a uma associação há pelo menos seis meses; esse é o primeiro filtro. Além disso, alguns outros requisitos são necessários tais como: a associação estar em dia com seus livros de atas, para forçar a participação de todos e a boa condução dos trabalhos associativos, bem como a ausência de inadimplência. Para fomentar a força da associação, se um membro estiver em débito com a entidade, não pode pleitear empréstimos. Isso faz que haja um controle social entre os membros da associação, ao tempo em que se estabelecem laços de solidariedade, no sentido de ajudar aqueles em dificuldades a honrarem os pagamentos de empréstimos realizados e cujos tomadores estejam enfrentando dificuldades financeiras.

Por não utilizar nenhum tipo de garantia real para evitar/combater a inadimplência, dado ao baixo poder aquisitivo de seu público-alvo, o programa recorre a mecanismos e ferramentas que reforçam o envolvimento, a cumplicidade, o compromisso e o sentimento de propriedade por parte dos usuários dos recursos que o FUNDAF faz circular em todas as comunidades rurais do município. Assim, os mecanismos utilizados são baseados no controle social e na pressão popular entre as diversas associações participantes. Em razão dessa prática metodológica, o FUNDAF tem propiciado, além de resultados econômicos, o fortalecimento do processo organizacional das associações locais, bem como o aumento da autoestima e empoderamento dos comunitários envolvidos, que passam a se ver como proprietários/gerentes do Programa.

Como o programa nasce num contexto comunitário, com forte influência das associações comunitárias em sua concepção, toda a sua gestão se dá de forma partilhada e participativa com as comunidades, as quais têm assento que lhes dá direito à voz e a voto no Conselho de Administração do Programa e Comitê de Crédito, as duas principais instâncias decisórias do Programa.

Para atender de forma qualitativa e integrada as principais demandas dos agricultores familiares, além do crédito, o FUNDAF passa a trabalhar também com outros produtos que são decisivos para viabilizar a produção agropecuária familiar: o Banco de Sementes, para evitar que o agricultor tenha sua safra comprometida por não ter disponível a semente; e o Banco de Ferramentas, para garantir que o agricultor disponha, na época do plantio, das ferramentas básicas necessárias ao preparo do solo e manutenção da lavoura. Esses dois produtos têm um papel muito importante no fortalecimento da metodologia solidária do FUNDAF, posto que vinculam/condicionam o acesso a uma dessas ferramentas, desde que o postulante ou a associação esteja com sua situação regularizada com qualquer outra; ou seja, para ter acesso ao crédito, é preciso ter devolvido no prazo correto a ferramenta sacada do banco, o que estimula os laços de cumplicidade, comprometimento e solidariedade entre os que utilizam e gerenciam o FUNDAF.

A operacionalização conjunta desses três produtos se reveste de uma importância ainda maior para o fortalecimento da agricultura familiar, especialmente, o fortalecimento político das comunidades rurais e a elevação da autoestima dos agricultores, já que, com acesso a crédito, sementes e a ferramentas de trabalho, o agricultor reduz a dependência de grupos políticos locais que, historicamente, têm se aproveitado desse momento para atrelar a ajuda que a família precisa à obtenção de votos necessários à perpetuação desses grupos políticos conservadores no poder. Ressalta-se que, se as condições que garantem a safra não forem disponibilizadas na época correta (período de chuvas), toda a família terá um ano inteiro de dificuldades econômicas que impactam inclusive no acesso à alimentação básica.

Analisando as linhas de crédito, verifica-se que estas estão distribuídas entre pecuária, que possui prazo máximo de dezoito (18) meses e taxa de juros mensal de 2%; agricultura, com o mesmo prazo máximo e taxa mensal; comércio e serviço, com taxa de 3% a.m. e prazo máximo de doze (12) meses; e indústria, também com prazo máximo de doze (12) meses e 3% de taxa mensal. Os bancos de sementes e de ferramentas funcionam da seguinte forma: o banco de sementes fica sob a guarda da associação comunitária local; o agricultor interessado solicita a quantidade de sementes que vai utilizar no plantio e, após colhida a safra, devolve ao banco a quantidade sacada acrescida de 20%, ou seja, se sacou dez (10) quilos, devolve doze (12) quilos de sementes, selecionados entre as melhores sementes

colhidas, com o objetivo de melhorar ou, pelo menos, preservar sua qualidade genética. No banco de ferramentas, que também fica sob o controle da associação comunitária, o agricultor saca as ferramentas de que irá precisar para o cultivo da lavoura, devolvendo ferramentas similares, novas, após colher e comercializar a safra. Para ter acesso a qualquer um dos produtos (banco de sementes, ferramentas e crédito), o agricultor precisa estar isento de qualquer pendência com a associação da qual faz parte.

Entre as principais ações e características do FUNDAF, destacam-se:

- ✓ Microcrédito e capacitação técnico-gerencial para população de baixa renda da zona rural;
- ✓ Disponibilização de bancos de sementes e de ferramentas para os agricultores;
- ✓ Fortalecimento econômico e social da população;
- ✓ Melhores condições de vida para os trabalhadores rurais e seus familiares;
- ✓ Autonomia empreendedora;
- ✓ Desenvolvimento da capacidade de gestão;
- ✓ Aumento da capacidade econômica dos empreendedores rurais;
- ✓ Elevação do capital social e das capacidades empreendedoras locais;
- ✓ Não utilização do SPC ou qualquer sistema cadastral oficial para definir a concessão ou não do crédito;
- ✓ Todo o processo de análise e aprovação é coletivo e participativo, cabendo a decisão, em última instância, aos próprios agricultores que através de suas associações decidem quem terá direito ou não ao crédito e aos demais benefícios oferecidos pelo FUNDAF.

Alguns anos após o início de suas operações junto aos agricultores familiares da região de Pão de açúcar, inicia-se uma discussão sobre a necessidade de ampliação de seus serviços financeiros. Para isso, o FUNDAF, que antes era um programa, deveria ser institucionalizado do ponto de vista formal. Dessa forma, poderia prestar melhores serviços a seus beneficiários e sócios e ainda enquadrar-se totalmente à legislação vigente. Esse debate surgiu a partir de reflexões entre seus gestores, usuários e parceiros.

Em 2005, acontece a institucionalização do FUNDAF em uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e seus clientes foram

organizados em uma Cooperativa de Crédito Rural, a COCREAL (Cooperativa de Crédito do Sertão Alagoano). Atualmente, o Fundo já opera em três municípios e atende a 1.051 agricultores que integram o quadro de associados/cooperados. A cooperativa também passou a operar linhas de financiamento, mediante convênio firmado com o Banco do Nordeste.

A formalização dessas instituições permitiu o estabelecimento de convênios e acordos de cooperação técnica com outros organismos oficiais como o MDA, Associação Nacional de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária – ANCOSOL, Banco do Brasil e Banco do Nordeste, dentre outros.

No Estado de Alagoas, para cobrir uma área de atuação maior, o FUNDAF também estruturou mais uma cooperativa de crédito no agreste alagoano.

Outros benefícios que virão com a cooperativização do FUNDAF estão relacionados à diversidade de produtos e serviços que a cooperativa pode oferecer, legalmente, tais como poupança, cheque, conta corrente, aplicações, além de crédito. Isso sem falar no processo de autonomização dos agricultores, que passarão a gerenciar uma instituição em que tanto o controle de fato quanto o de direito estarão sob sua responsabilidade. E mais, tudo isso funcionando sob uma metodologia inovadora, que é a metodologia que nasceu com o FUNDAF.

O FUNDAF, como Fundo, porquanto possui recursos aportados por vários parceiros, inclusive o poder público, será preservado como o grande fomentador do funcionamento das cooperativas, já que é uma experiência metodológica mais antiga, de eficiência comprovada por instituições como Fundação Banco do Brasil e Fundação Getúlio Vargas, das quais recebeu prêmio de Tecnologia Social Inovadora.

O FUNDAF como OSCIP seguirá buscando captar recursos governamentais e privados, os quais continuarão a ser canalizados para as cooperativas, com juros moderados. Será mantido um corpo técnico mínimo no FUNDAF, para monitorar a aplicação dos recursos nas cooperativas, o cumprimento da metodologia e também dar suporte técnico a essas instituições.

3.2 CENÁRIO ATUAL

Atualmente, o FUNDAF opera microcrédito nos municípios de Pão de Açúcar, Palestina, São José da Tapera, Igaci, Craíbas e Palmeira dos Índios através das cooperativas de crédito a ele filiadas (crédito cooperativo). E atende diretamente aos municípios de Pão de Açúcar, Palestina, Piranhas, Maravilha e Taquarana (crédito Banco Comunitário).

O produto básico do FUNDAF, além de apoio técnico, contábil e metodológico, é uma linha de crédito de curto e médio prazo concedida para as cooperativas de crédito de agricultores familiares, associações ou crédito individual para integrantes de associações de comunidades rurais que não são alcançados pelas cooperativas, ou através de Bancos Comunitários.

A metodologia de Banco Comunitário compreende a modalidade de financiamento concedida a um grupo de pessoas (10 a 20 empreendedores), organizado em grupos solidários de 3 a 5 pessoas, com escasso ou nenhum acesso a atividades produtivas e de crédito, que geram renda, que praticam poupança coletiva e empréstimo interno, para atender a necessidades básicas de suas famílias. Com o crédito de instituições financeiras como alternativa para desenvolver os seus empreendimentos, as modalidades de crédito empregadas poderão ser voltadas aos segmentos de:

- Pecuária – produto voltado para a compra de animais de pequeno, médio e grande porte para reprodução, engorda, ou para serem usados em serviços no empreendimento;
- Agricultura – produto voltado para a compra de insumos, ferramentas, preparo do solo, plantio e tratos culturais (custeio);
- Comércio – produto voltado para a compra de mercadorias, móveis e reforma do empreendimento;
- Indústria – produto voltado para a compra de matéria-prima, equipamentos, móveis e reforma do empreendimento;
- Serviço – produto voltado para a contratação de mão de obra dedicada a serviços eventuais para manutenção e desenvolvimento do empreendimento.

As condições do crédito consideram um valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) e valor máximo de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por membro. As taxas de Juros compreendem: Taxa Nominal de 2% a.m., Taxa Efetiva de 1,13% a.m., para

comércio, indústria e serviço; Taxa Nominal de 2,65% a.m., decrescente, de acordo com a forma de pagamento; e Taxa Efetiva de 1,5% a.m., para agropecuária. O prazo para pagamento do Financiamento é de até doze (12) meses, com variados períodos de carência, por exemplo: até dois (2) meses, com pagamento apenas do juro para comércio, indústria e serviço, e até onze (11) meses para agropecuária, com pagamento mensal do juro.

No tocante às garantias, segundo o Presidente do Fundaf, Sr. José Ferreira, os créditos serão liberados para os membros do grupo através de um único contrato (crédito solidário), que oferecerá as garantias que seguem: 1. contrato de financiamento; 2. nota promissória; 3. aval solidário; 4. poupança coletiva do grupo solidário com, no mínimo, 10% do valor aprovado.

No financiamento em que o bem financiado seja durável e de valor relevante, será feita a alienação fiduciária deste, em favor do FUNDRAF. Cada grupo pode ter até dois créditos ativos ao mesmo tempo, sendo considerados os critérios da Metodologia FUNDRAF para essa situação.

Para os empréstimos cooperativos e demais modalidades de financiamento, observa-se que, para ser elegível a um empréstimo, a pessoa deve ter mais de dezoito anos. Eles podem ser usados também nas atividades agropecuárias (plantio, colheita e criatórios, na sua maioria), assim como para atividades com fins comerciais ou industriais. A pessoa tem que ser sócia de uma associação há pelo menos seis (6) meses e ser aceita pelos membros desta associação como uma pessoa “de confiança”. Com essa sociedade “forçada”, o acesso aos empréstimos do FUNDRAF é permitido ou evitado.

Os empréstimos não requerem garantias reais, no entanto, a pressão local entre os tomadores – que são avalistas entre si – as substitui, além da coação da própria associação em si mesma e nos grupos menores de sócios. No caso de inadimplência, nenhum novo desembolso para essa associação é concedido, penalizando-se, assim, a comunidade inteira.

Os empréstimos do FUNDRAF têm regras diferenciadas, de acordo com a atividade a ser financiada, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 1: Principais Regras dos Empréstimos do FUNDAP

	Pecuária	Agricultura	Comércio	Indústria	Projetos Especiais
Taxa de juros (mês)	2%	2%	3%	3%	1%
Prazo de reembolso	18 meses	10 meses	9 meses	12 meses	Negociável
Período de Carência	17 meses	9 meses	Nenhum	3 meses	Negociável
Reembolso mensal	Só juros	Só juros	Juros e amortização do principal	Juros e amortização do principal	Negociável
Finalidades	Bovinos Ovinos Caprinos Suínos Cavalos Galinhas etc.	Custeio das lavouras de Feijão e Milho, entre outras.	Roupas Cosméticos Calçados etc.	Pequenas máquinas Capital de giro etc.	Bens de consumo Reservatórios de água etc.
% da Carteira	81,40%	14,40%	4,10%	0,10%	0%

Fonte: Elaborado pela autora. Pesquisa de Campo.

O valor máximo por empréstimo está fixado atualmente em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) pelo comitê de crédito. Mas, na realidade, nem mesmo um único empréstimo de R\$ 2.000,00 foi concedido, já que a maioria ainda não tem muito tempo no programa, de modo a que os empréstimos com crescimentos gradativos ocorressem. O valor do maior empréstimo vigente é de R\$ 1.500,00. São esperados que os valores dos empréstimos aumentem com o incremento em cada novo ciclo. Tais valores e taxas referem-se a empréstimos individuais, não aplicados aos empréstimos destinados a cooperativas e associações.

O custo de um empréstimo para o tomador é composto de uma cobrança de juros e uma taxa de abertura de crédito. A taxa de juros varia de 2% a 3% ao mês e a taxa de abertura de crédito está fixada em 1,38% do valor principal, e é deduzida diretamente da quantia a ser emprestada. No caso dos pagamentos em atraso, é cobrado juros de inadimplência de 5% ao mês.

Apesar de ser cobrada uma taxa de juros mensal nominal mais alta, os empréstimos comerciais terminam com menores encargos, já que o pagamento mensal dos juros com uma parte do principal conduz, nesses casos, a um

pagamento menor até o fim do período. A frequência de reembolso para os outros tipos também é mensal; mas, como estes empréstimos levam períodos de carência de até dezoito (18) meses sem pagamento do principal, este é levado até a última prestação em efeito “balão”. Isso se traduz em uma taxa de juro efetiva anual mais alta. Então, as taxas de juros não são unificadas e variam entre 22% a 26% ao ano. Para verificar um exemplo de como essas modalidades de reembolso têm diferentes taxas de juros nominais mensais e de como essas taxas influenciam nas taxas efetivas anuais, mantendo todas as outras variáveis constantes, pode-se tomar dois tipos de empréstimo com o mesmo valor de R\$ 500,00, com prazo de pagamento de doze (12) meses e taxa de abertura de crédito de 1,38%. O programa de reembolso sairá como se segue:

Tabela 3: Programas de Reembolso do FUNDAF em diferentes Modalidades

Meses	Empréstimo para agricultura ao custo de 2% ao mês				Empréstimo para o comércio ao custo de 3% ao mês.			
	Saldo	Principal	Juros	Prestação	Saldo	Principal	Juros	Prestação
Empréstimo	500				500			
Desembolso	493,10				493,10			50,23
1	500	0	10	10	500	35,23	15,00	50,23
2	500	0	10	10	464,77	36,29	13,94	50,23
3	500	0	10	10	428,48	37,38	12,85	50,23
4	500	0	10	10	391,10	38,5	11,73	50,23
5	500	0	10	10	352,61	39,65	10,58	50,23
6	500	0	10	10	312,95	40,84	9,39	50,23
7	500	0	10	10	272,11	42,07	8,16	50,23
8	500	0	10	10	230,04	43,33	6,90	50,23
9	500	0	10	10	186,71	44,63	5,60	50,23
10	500	0	10	10	142,08	45,97	4,26	50,23
11	500	0	10	10	96,12	47,35	2,88	50,23
12	500	500	10	510	48,77	48,77	1,46	50,23
Total	-	500	120	620	-	500	102,77	602,77
Taxa de juros efetiva anual:				25,73%	22,24%			

Fonte: Elaborada pela autora. Pesquisa de Campo.

As Associações comunitárias rurais representam o elemento central da metodologia de empréstimo e constituem-se como o grande avanço do programa, em que partes dos custos são rateadas entre estas e o FUNDAF. Apesar de ser

vantajoso trabalhar com uma associação, que por sua vez é filiada a uma das duas grandes federações de associações, NUDEC (no caso de Pão de Açúcar) e AAGRA (no caso de Igaci), associações que não se filiam a uma das organizações “guarda-chuvas” podem também ser consideradas aptas pelo FUNDAP, e, se estiverem situadas na área do programa, podem se tornar elegíveis para cooperação; mas, na realidade, estas são exceções. As associações devem ter vinte sócios pelo menos, um comitê de administração formado e, pelo menos, seis meses de existência. O FUNDAP averigua os indicadores da “saúde” organizacional de uma associação existente ou a existir com um questionário pré-elaborado, antes de aceitá-la como beneficiária.

Há duas formas de acesso de um indivíduo a um empréstimo do FUNDAP por intermédio de uma associação: ou ele precisa ser associado à Associação há, no mínimo, seis meses, ou, caso não seja sócio, tem que, primeiramente, preencher as exigências de entrada na respectiva associação e demonstrar confiabilidade entre os demais sócios e a diretoria, mantendo-se sócio num período mínimo de seis meses, só depois disso é permitida a solicitação de um empréstimo.

Se essa exigência for cumprida, o processo pode levar de um a dois meses. O tomador precavido já chega à associação com o pedido de crédito dele e apresenta à diretoria ou diretamente a todos os sócios em uma das reuniões mensais. O pedido é discutido, e frequentemente, mas não sempre, o candidato tem que apresentar dois outros fiadores que também precisam ser sócios da associação. Se a associação aprovar o pedido, o agente de crédito do FUNDAP é contatado para preencher os dados do empréstimo. Para todos os casos, porém, o comitê de crédito deve analisar os pedidos.

O comitê de crédito é composto teoricamente de dois representantes de cada um dos quatro parceiros do programa: NUDEC (Núcleo de Desenvolvimento Comunitário), AAGRA (Associação de Agricultor /alternativos), FACOMIG (Federação das Associações Comunitárias do Município de Igaci), FASPA (Federação das Associações Comunitárias de Pão de Açúcar), COCREAL, COOPERAGRE e COOPCRAL. O tempo do mandato dos representantes das organizações parceiras é de dois anos, podendo ser renovado para apenas mais um novo período de outros dois anos.

São feitas reuniões mensais em qualquer um dos dois municípios, Pão de Açúcar ou Igaci, e os agentes de crédito têm a oportunidade de apresentar e

defender a aplicação de um empréstimo cadastrado por eles durante o último mês, mas não têm direito a voto.

Outras pessoas da área operacional – por exemplo, o gerente geral do FUNDAF – podem estar presente e interferir, mas também não podem votar. Depois que os agentes de crédito recomendam seus “casos”, o comitê de parceiros aprova, muda parâmetros ou rejeita as propostas. Eles analisam de 20 a 60 propostas por reunião, que dura o dia inteiro. Para as propostas que forem aprovadas, são feitos os cheques que são assinados por dois dos seis membros, para a efetivação dos desembolsos. Nessas reuniões, os agentes de crédito têm também que apresentar suas notas de despesas mensais.

Os agentes de crédito preparam os contratos, ou contatam o presidente da associação ou os sócios e os seus fiadores e organizam uma data do desembolso, em que os candidatos que tiveram suas solicitações aprovadas assinam seu contrato de empréstimo e recebem seus cheques a serem trocados na Cooperativa de Crédito. Se o empréstimo for para criatórios, o cliente informa ao agente de crédito a data prevista para a compra, de forma que ele possa acompanhar e aconselhar o cliente na escolha.

Quando os clientes recebem seus cheques, alguns preferem endossá-los e dar a alguém que vai para a cidade trocá-los, como forma de evitar custo de transporte. Outro “truque” usado tem sido o de, ao receber empréstimos para agricultura, os clientes optarem por fazer o pagamento antecipado das parcelas mensais dos juros, de maneira que eles só terão que voltar ao escritório do FUNDAF quando tiverem que pagar a última prestação (principal) dezessete (17) meses depois. Com isso, economiza-se o custo das viagens à cidade que excede frequentemente a prestação mensal. O FUNDAF também permite que seus clientes reembolsem o principal durante o período de carência, para diminuir o montante do pagamento final, economizando-se ainda no pagamento dos juros.

Os recibos e os pagamentos são entregues para o assistente administrativo do FUNDAF que deposita o dinheiro no banco e concilia os saldos em um livro-caixa de recebimentos. O recibo é emitido em duas vias: uma, para o cliente; outra, para o controle contábil.

Os blocos de recibos são circulados livremente e estão facilmente disponíveis em qualquer papelaria. Eles não são mantidos em um lugar seguro; e,

individualmente, os recibos não são pré-numerados; no entanto, são carimbados pelas pessoas autorizadas a fazerem os recebimentos.

Os agentes de crédito vêm todas as segundas-feiras ao escritório da filial receber os clientes ou pagar os reembolsos coletados durante a última semana, os quais foram realizados ou diretamente ou através dos presidentes das associações. Eles não sabem, precisamente, quem vai aparecer para pagar naquele ou em outro dia, dificultando o estabelecimento programado de um fluxo de caixa, em que os reembolsos e novos desembolsos sejam efetivados, buscando-se a mínima ociosidade dos recursos. Até agora isso não se constituiu em um problema, já que o baixo número de pagadores por agente de crédito permite uma administração não automatizada e individualizada, mas poderá vir a ser um problema se o número de pagantes por dia aumentar.

No caso do não pagamento, desencadeia-se um processo para fazer os clientes atrasados pagarem. Primeiro, a organização parceira responsável e o agente de crédito investigam, com o presidente da associação, a causa da inadimplência. O presidente então procura um contato com o cliente e seus avalistas, se eles estiverem disponíveis. Se não obtiverem êxito, as associações procuram resolver o problema pagando a quantia com seus próprios recursos, advindos, por exemplo, das mensalidades dos seus membros. Se depois o cliente continua inadimplente sem pagar o que deve na associação, o agente de crédito é acionado para comunicar ao FUNDAF do ocorrido, para que o gerente possa acionar judicialmente aquele devedor. Mesmo estando prevista a possibilidade de ação judicial, nenhuma ação legal teve que ser movida contra qualquer cliente negligente, até este momento.

No processo de monitoramento de empréstimos, a ligação principal entre os clientes e o FUNDAF são as cooperativas de crédito, e, ligados a estas, estão os agentes de crédito. A responsabilidade deles está definida nas “Atribuições dos Agentes de Crédito Rural”; eles administram a sua carteira de clientes, mantendo sua saúde financeira (livre de pagamentos em atrasos). Um conjunto de regras de conduta e diretrizes foi esboçado, no manual do FUNDAF, visando orientar os agentes de como devem agir em determinados casos, p. ex.: inspeção de clientes e de associações e tudo o mais que precisa ser executado em cada momento.

Na realidade, o papel do agente de crédito é de facilitar e monitorar o processo, trazendo negócios novos e mantendo os outros já feitos ativos. Os

agentes de crédito disseminam as informações para as associações e encorajam os clientes – sócios das associações – para a tomada do crédito e para que fortaleçam suas organizações. Se houver demanda, as associações procuram os agentes de crédito para que elaborem a proposta, preenchendo a solicitação do empréstimo, a qual será levada para ser apresentada na próxima reunião do Comitê de Crédito. Se aprovado, ele informa ao cliente o dia previsto para o desembolso.

Depois de ter passado um mês do desembolso, o agente de crédito tem que visitar o tomador para conferir a aplicação do dinheiro como declarado na solicitação aprovada. Para isso, este agente de crédito usa uma máquina fotográfica, com o fim de realizar registros das visitas a seus clientes. No geral, são realizadas três visitas de caráter obrigatório durante o período do empréstimo, quando os agentes de crédito acompanham a evolução dos projetos. Na realidade, há mais contatos durante o período que vigora o empréstimo do que as visitas obrigatórias, já que os agentes passam para visitar outros clientes próximos e, frequentemente, visitam rapidamente todos.

Durante o desenvolvimento da pesquisa documental, o FUNDAF mostrou seu manual de operações em que estão definidas as políticas e procedimentos para garantir o bom funcionamento da instituição. Nele, estipulam-se processos administrativos e procedimentos a serem seguidos na concessão dos empréstimos e outras normas e regras a serem obedecidas. Ele serve com diretriz para que as pessoas novas e as existentes possam executar suas tarefas de acordo com um conjunto de regras e regulamentos.

O FUNDAF e as cooperativas de crédito também estão atentos à falta da documentação de processos padronizados e estruturados, zelando por procedimentos administrativos necessários ao bom funcionamento, fazendo disso sempre uma prioridade para o próximo período de planejamento.

Foram definidas algumas estratégias de Administração do risco da carteira ativa. Porém, o FUNDAF e as cooperativas de crédito estão bem conscientes do alto risco que correm com os empréstimos para áreas rurais (especialmente relacionados à agricultura). Normalmente, esse risco precisa ser refletido por uma taxa de juros mais alta, se a eliminação do risco não for possível.

Uma das estratégias redutoras do risco consiste em operar em duas áreas geograficamente diferentes com condições climáticas distintas e, secundariamente,

tentar diversificar a carteira de empréstimos, estendendo as finalidades para propósitos agrícolas e não agrícolas.

Apesar de ambas as áreas estarem no mesmo Estado, as condições para atividades agrícolas variam. O município de Pão de Açúcar está numa região semiárida propensa à seca; Igaci tem chuvas mais regulares durante o ano e não é tão influenciada pela seca. O FUNDAF até agora não passou por qualquer situação de emergência climática, em que a carteira de empréstimo inteira estivesse em jogo.

A segunda forma de reduzir o alto risco é estendendo os empréstimos para o comércio, para os serviços e para a indústria. Como essas atividades ainda acontecem timidamente nos municípios e também, indiretamente, estão relacionadas à agricultura, essa estratégia não pode ser usada em escala maior.

O FUNDAF, para se expandir nas cidades e nas comunidades rurais dos dois municípios, precisa restringir o risco da carteira e continuar atraindo mais clientes dos setores de serviços e comércio. Como as famílias rurais têm uma variedade de fontes de renda, também deveriam ser encorajados os pagamentos intermediários em contraposição aos pagamentos maiores no fim do prazo, criando, assim, mecanismos para incentivar e recompensar pagamentos adiantados. Outra oportunidade é assumir a pequena carteira de empréstimos do NUDEC para bens domésticos, emergências etc., experimentando um produto novo, o que pode mudar a estrutura de risco atual. No entanto, há ainda uma falta de habilidades técnicas em microfinanças para tal ação.

O FUNDAF, ao menos dentro das instâncias superiores de gerenciamento, mostra-se bem montado. A possibilidade de intercambiar experiência com outros órgãos nacionais e internacionais que executam experiências de microfinanças seria bastante interessante. Porém, hoje, sua equipe é muito reduzida, contando com apenas dois (2) funcionários.

No início do programa, recursos humanos eram disponibilizados pelas associações sem custos para o referido programa. Mas, hoje, os agentes de crédito são administrados pelas cooperativas de crédito, sendo recrutados da própria categoria dos clientes, principalmente, jovens do sexo masculino e com ensino médio, no mínimo. No passado, as associações escolhiam os agentes de crédito. Isso ajudou a reduzir as distâncias sociais entre os clientes e o programa, aumentando a circulação de informações. Essa prática, no entanto, não permite a contratação de agentes de crédito mais experientes em fundos de microfinanças.

Além disso, constata-se clara dificuldade em se recrutar esse pessoal em áreas rurais mais isoladas.

A partir de um diagnóstico de observação, percebe-se a necessidade de treinamento mais estruturado e o desenvolvimento de um manual operacional, com o objetivo de ampliar a capacidade das pessoas da linha de frente de atendimento, de um modo eficiente e sistemático, especialmente ao levar em conta os planos de expansão do FUNDAF.

Por outro lado, as descrições de cada cargo para as diferentes posições precisam ser definidas claramente, para que estejam esboçadas no papel as responsabilidades e os deveres de cada um dentro do programa.

No FUNDAF, não há nenhum sistema de pagamento de incentivos baseado no desempenho em cada local, tanto para as pessoas que trabalham no campo, quanto para os que administram e gestionam o programa, o que certamente poderia aumentar a produtividade e o seu desempenho. Como os agentes de crédito não podem influenciar no crescimento da carteira deles, e já que dependem diretamente das decisões das associações e do comitê de crédito, um esforço deveria ser feito para desenvolver um sistema de salários variáveis, baseando-se no desempenho da carteira. Essa prática é muito comum nas instituições microfinanceiras, e é responsável de maneira significativa pelo êxito de muitas experiências. No caso do FUNDAF, isso poderia, inclusive, ajudar no processo gradativo de seleção de novos agentes de crédito com aptidão específica para o trabalho no meio rural, o que requer vivência, facilidade de comunicação e até conhecimento, ainda que de forma simplificada, das atividades rurais.

O sistema de incentivos deveria assegurar para o gerente de filial uma recompensa ou penalização pelo desempenho da sua filial, de acordo com o cumprimento rígido de metas e da qualidade dos serviços a serem verificados facilmente por um conjunto de indicadores dentro de um plano empresarial desenvolvido e dirigido para alcançar a sustentabilidade do programa. Da mesma forma, a diretoria planejaria, de forma distributiva, o alcance de metas com os agentes de crédito, vinculando o cumprimento a ganhos graduais na remuneração.

Considerando-se que a palavra sustentabilidade é mencionada frequentemente – especialmente entre os agentes de crédito –, as implicações dentro do real conceito não são refletidas na tomada de decisões operacionais diárias. A formação educacional e técnica do pessoal que reside, principalmente na

área rural, é indispensável para um programa de finanças rurais, mas não há nenhum deles que já tenha trabalhado previamente em uma instituição financeira ou em negócios do setor privado, o que os coloca com pouca experiência para a função.

Para microfinanças, a pessoa precisa ter tino de comerciante com faro aguçado para os negócios e ter, concomitantemente, responsabilidade social, uma combinação não muito fácil de achar em abundância no mercado de trabalho.

A gestão do FUNDAF, para tomada das principais decisões, tem obtido apoio, de forma participativa, principalmente entre os membros da diretoria. A distância da sede do FUNDAF, que se encontra na zona urbana de Pão de Açúcar, para as comunidades onde se localizam as associações comunitárias, por vezes, prejudica a operacionalização de determinadas medidas necessárias ou decisões intrínsecas ao processo de gestão que, não sendo bem compreendidas, podem causar resistência e falta de motivação.

O FUNDAF desde que começou a operar com microcrédito, e principalmente após sua institucionalização como OSCIP registra com regularidade suas demonstrações financeiras, até porque elas são auditadas pelo Banco Central.

Na pesquisa de campo, percebeu-se a necessidade de capacitação em contabilidade para cooperativas com foco nos diretores, visto a sua importância para compreensão integral das demonstrações financeiras do FUNDAF. .

Uma preocupação adicional que se registra é quando o tomador do empréstimo fica, por exemplo, pagando juros em parcelas mensais e o pagamento do principal é feito integralmente no fim do prazo. Esse é um risco enorme, já que, dentro do prazo, a pessoa não recebe um “sinal” indicando a vontade e a pré-disposição para o reembolso. Em outro ângulo de análise, o setor rural e, especialmente, a agricultura e a pecuária têm anualmente os seus picos de safra nos quais os produtores têm comumente mais recursos obtidos com a colheita e a venda dos animais. Esse fato, se bem combinado com uma política fiscalizatória e de pressão dos grupos locais solidários, terá o sucesso dos reembolsos iminentes.

No tocante aos seus bens, o FUNDAF faz as depreciações no método linear. A vida útil é ilustrada no Quadro abaixo:

Quadro 2: Comparação entre Políticas de Depreciação Adotadas

Descrição	FUNDAF	Brasil
Veículos & Motocicletas	5 anos	5 anos
Computadores & Equipamento	5 anos	5 anos
Equipamentos & máquinas de escritório	10 anos	5 anos

Fonte: Elaborado pela autora. Pesquisa de Campo.

O assunto principal da política de depreciação não é o percentual adotado, pois este está razoavelmente equiparado às principais empresas e organizações microfinanceiras, mas ao fato de que a maioria dos bens atribuíveis ao FUNDAF de plena utilização do programa, sem a devida inclusão, poderia mascarar uma análise mais apurada de rentabilidade.

O FUNDAF desenvolveu um esboço de um plano estratégico para três anos. Este plano está focalizado nas mudanças operacionais, alianças estratégicas, entre outras ações. Há algumas metas de desempenho, desenvolvidas com a coparticipação dos agentes de crédito, mas que não apontam questões relacionadas a um plano empresarial.

Os sistemas de informações administrativas devem preencher duas funções: abastecer a carteira de empréstimos e aprovisionar a contabilidade, de uma maneira oportuna e precisa, de relatórios dos produtos adaptados às necessidades dos usuários. Esses dois sistemas podem ser integrados ou podem ocorrer separados, manualmente ou computadorizado. Todas essas opções trazem vantagens e desvantagens.

O FUNDAF tem sistemas separados: um sistema administrativo da carteira de empréstimos, baseado em Excel; e um sistema de contabilidade baseado em Windows. O assistente administrativo faz a gestão da carteira de empréstimo. Os dados de um empréstimo são introduzidos manualmente na planilha com as informações do agente de crédito. Um plano de reembolso por cliente é então fixado

e atualizado com os reembolsos. Como o processo não está muito automatizado, o trabalho é intensivo e consome muito tempo. Os relatórios não são bem montados e o sistema está propenso a erros. Nenhuma precaução é feita para que as informações estejam armazenadas em um lugar seguro. Nenhum nível de acesso diferenciado está planejado.

Sabendo das fraquezas do sistema atual e seu uso limitado para a expansão, o FUNDAP decidiu instalar um sistema de administração de empréstimo baseado em ACCESS, visando permitir ao FUNDAP a disponibilidade de informações necessárias de uma maneira oportuna e precisa, aliviando o trabalho do assistente administrativo na entrada de dados.

A contadora do FUNDAP e cooperativas, Sra. Carina Dias, informou que estas instituições pensam em introduzir num futuro próximo um sistema informatizado mais profissional para facilitar os planos de expansão da sua carteira de empréstimos.

Diante de todo esse cenário descrito, a pesquisa mostra uma metodologia de crédito desenvolvida pelo FUNDAP que depende necessariamente do fortalecimento do associativismo, e no estabelecimento de relações de confiança e solidez no processo de formação de capital social. A liberação dos créditos solicitados passa por uma discussão entre os associados, e as regras são discutidas pela comunidade que dá sugestões e avalizam ou não o valor solicitado pelo associado. Um desdobramento desse requisito encontra-se na exigência de a associação estar em ordem com seus documentos oficiais, como livro de atas e controles técnico-administrativos, ou seja, não basta participar, essa participação tem que ser regular, efetiva e qualificada.

A existência de uma pressão social endógena vinda da própria comunidade em relação a associados inadimplentes, exercendo controle social nas ações do FUNDAP, também contribui para criação e fortalecimento de laços de solidariedade e cooperação dos demais associados para com o inadimplente, ajudando-o, se for o caso, na resolução de seu problema e conseqüente quitação de seu débito.

A Diretoria aponta como uma vantagem do sistema FUNDAP a busca pela satisfação dos seus sócios, agilização e desburocratização dos processos, no que diz respeito à liberação do empréstimo na hora adequada, buscando sempre coincidir preferencialmente com o momento da plantação, enquanto que nos bancos oficiais esse processo torna-se mais dificultoso, gerando um tempo de espera maior.

Por conseguinte, essa liberação ocorre, via de regra, depois do período de plantação. A regularidade na liberação de empréstimos seria, pois, uma vantagem do sistema do FUNDAF.

Analisando as possibilidades de processo de expansão do FUNDAF, um dos problemas mais centrais consiste em capacitar essas comunidades em conceitos e processos intrínsecos a associativismo, cooperação e capital social, principalmente naquelas que nunca passaram por nenhum processo coletivo de trabalho, e não possuem essa cultura empreendedora ou de colaboração.

Assim, é sugestivo que a agregação de novas associações comunitárias ou novos produtores rurais ao sistema deva ser feita com cautela, principalmente onde não há uma tradição cultural no tocante às relações sociais que envolvam cooperação ou solidariedade.

Considerando o pequeno tamanho da propriedade desses produtores, e, em muitos casos, a inexistência da propriedade (a produção é feita em terras de proprietários maiores), a agregação desses pequenos produtores em associações comunitárias para viabilizar uma escala de produção acaba sendo a única alternativa para enfrentar o mercado e se colocar frente a ele com alguma possibilidade de êxito. A inexistência dessa cultura da produção coletiva faz que o trabalho tenha que ser conduzido mais lentamente. Há toda uma tradição cultural de produção individual, mas as associações e cooperativas locais têm procurado mostrar aos produtores que com a produção isolada não é possível chegar a preços competitivos. Desse modo, não vingando a ideia de produção coletiva, por razões culturais, é necessário investir na agregação de valor das produções individuais para obter preços competitivos, trabalho este que deve ser assessorado pela rede de parceiros internos e externos.

Ainda no terreno cultural, outra dificuldade encontra-se na resistência por parte do agricultor de não diversificar sua produção, limitando-se a culturas tradicionais, notadamente feijão e milho. Essa ação consiste num hábito cultural enraizado historicamente, plenamente compreensível. Assim, a partir de um diagnóstico de observação foi possível identificar que, no geral, os produtores não arriscam, preferem viver no básico, têm medo de pedir empréstimos maiores e não honrar os compromissos e com isso vir a perder a terra, seu bem básico. Um exemplo desse comportamento encontra-se na criação de galinhas, ovinos e caprinos. Os agricultores, em geral, criam esses animais em suas terras ou quintais,

mas apenas para subsistência, não a tendo como uma atividade geradora de renda. As associações comunitárias vêm tentando fazer que eles mudem essa lógica para explorar essa criação de modo comercial, gerando emprego e renda.

Do ponto de vista do FUNDAP, um problema que tem sido apontado pelos usuários reside na acusação de os juros serem elevados. O NUDEC entende que os juros são os mais baixos possíveis e uma indicação de que o sistema estaria sendo acreditado pode ser encontrada no fato de que todo ano a totalidade dos agricultores que já contrataram empréstimos volta a solicitar novos, bem como os valores solicitados são mais altos do que os anteriormente contratados. Estes indicadores mostrariam que eles têm aumentado a confiança no Fundo. Isso demonstra que, mesmo de forma empírica, o agricultor toma essa decisão orientado por um conceito econômico chamado custo de oportunidade, ou seja, mesmo com a linha de crédito oficial com taxas de juros subsidiadas, em razão da dificuldade de acesso, opta por tomar crédito no FUNDAP, com taxas mais elevadas, para não perder a oportunidade de viabilizar um empreendimento rentável ou não desperdiçar uma oportunidade.

Toda essa experiência do FUNDAP em Pão de Açúcar enseja alguns questionamentos teóricos. Esses questionamentos são importantes no sentido de lançar luz sobre a própria experiência, dando-lhe mais consistência e condições de aplicabilidade em outros contextos. O diálogo da experiência prática com a teoria reforça os dois, fortalece a prática e a própria teoria.

4 INVESTIGAÇÃO DOS ELEMENTOS MAIS RELEVANTES PARA FOMENTAR PROCESSOS PRODUTIVOS DE CAPITAL SOCIAL NO SEMIÁRIDO ALAGOANO, NO ÂMBITO DO FUNDAF/ALAGOAS

4.1 FUNDAF: VISIBILIDADE E IDENTIDADE

Esta seção examinará as percepções dos clientes do FUNDAF em termos de satisfação e de como estes visualizam o programa na comunidade.

A visão de que o FUNDAF representa uma instituição financeira é relativamente clara para os clientes entrevistados, embora ainda exista confusão relativa à identidade organizacional, quando relacionadas às cooperativas de crédito.

No que se refere, no entanto, à compreensão da operacionalização do FUNDAF, afirma-se que ela ainda é pequena. Enquanto as pessoas entrevistadas têm um entendimento sólido do processo de empréstimo: como solicitar, procedimentos de aprovação, modalidades de reembolso etc., o nível de conhecimento relativo aos aspectos mais técnicos do produto do empréstimo parece ser incipiente. Questões como o cumprimento do período da carência e seus reflexos no valor das prestações, as opções disponíveis para reembolsar os juros e o capital, as taxas de juros quando os clientes ficam inadimplentes e, até mesmo, informações básicas como valores máximos dos empréstimos são obscuras para quase todos os clientes entrevistados. De um modo geral, o FUNDAF ainda vem buscando a solidez como uma identidade própria de instituição de microfinanças independente.

Para determinar a conveniência do produto financeiro que o FUNDAF está oferecendo atualmente, é importante entender como seus usuários percebem as necessidades financeiras deles. Essas necessidades são baseadas nas variações de renda e despesas dentro da casa e na comunidade. Esta seção apresentará os resultados que, considerando estas variações, focalizam a sazonalidade delas com suas fontes.

O fluxo da renda sazonal é uniforme entre as populações estudadas, a única diferença significativa surge do contexto geográfico. A região do agreste, onde o município de Igaci está situado, desfruta de níveis mais altos de chuva e, assim, apresenta-se com uma variedade mais ampla de cultivos, se comparada à região semiárida onde se localiza o município de Pão de Açúcar.

Quadro 3: Fontes das Atividades Geradoras de Renda

Fontes principais de Renda	Período	
	Semiárido	Agreste
Feijão, milho, mandioca, algodão,	Outubro, novembro, dezembro	Outubro, novembro, dezembro
Gado, ovelha, galinhas, porcos	Janeiro	Janeiro
Caju, manga, pinha, graviola, pitomba	Nenhum	Janeiro Março, abril, maio, junho
Atividades comerciais	Outubro, novembro, dezembro	N/A

Fonte: Elaborado pela autora. Pesquisa de Campo.

As populações estudadas buscam a subsistência quase que exclusivamente nas atividades agrícolas que são também as principais geradoras de renda. Nas áreas do semiárido e do agreste, as famílias vivem do cultivo do feijão, do milho, do algodão e da mandioca, contando com os meses de outubro, novembro e dezembro para obter a maioria da renda anual.

Aqueles que trabalham no comércio, vendendo roupas, redes, produtos alimentícios etc., conseguem um aumento na renda durante o mês de dezembro em função dos festejos de fim de ano, quando, concomitantemente, existe um maior poder de compra da população proporcionada pela renda das colheitas.

A maioria das pessoas entrevistadas também cria gado bovino, ovelhas, galinhas, porcos e cabras. O gado pode ser vendido ao longo do ano, uma atividade que constitui o modo mais comum de mobilizar dinheiro em tempos de emergência (como doença), porém os entrevistados apontam janeiro como o mês mais adequado para vender os animais. Alguns clientes entrevistados fazem o comércio do gado, comprando e vendendo animais ao longo do ano para ter um fluxo de renda mais regular. No entanto, esta atividade é restrita e não é uma opção para toda a comunidade.

Durante os meses de verão seco (dezembro, janeiro, fevereiro e março), é comum para os entrevistados ocuparem-se em atividades econômicas

complementares como fazer carvão, que traz um pequeno adicional de renda (máximo R\$ 30,00/mês). Migrar temporariamente para as regiões de mata para cortar cana-de-açúcar também é frequente durante esses meses.

Quadro 4: Períodos das Maiores Despesas

Fontes de Despesas	Período	
	Semiárido	Agreste
Período de plantio	Abril, maio, junho	Abril, maio, junho
Período de colheita	Agosto, setembro	Agosto, setembro
Natal, Festas	Junho, dezembro	Junho, dezembro
Materiais escolares	Fevereiro	Fevereiro

Fonte: Elaborado pela autora. Pesquisa de Campo

Independente das diferenças geográficas, as despesas para plantar a *roça* (comprar sementes, contratar mão de obra para ajudar a limpar os campos, preparar a terra etc.) parecem ser mais penosas para as pessoas entrevistadas, seguidas dos custos relacionados à colheita (contratar mão de obra, transporte etc.). Como tal, abril, maio e junho são os meses durante o ano em que as despesas são maiores. Para os poucos entrevistados envolvidos em atividades comerciais ou industriais de pequeno porte, o período de maior despesa situa-se nos meses de outubro e novembro, quando a renovação e ampliação dos estoques são necessárias para se prepararem para as festividades de fim de ano.

Enquanto algumas pessoas também citaram o Natal e São João como os períodos do ano em que as despesas são maiores que o normal, é geralmente percebido que a pessoa gastará apenas o que tem. O custo de materiais escolares parece exercer pressão financeira para algumas famílias com muitas crianças, mas a maioria das pessoas discute que a ajuda provida pela associação da comunidade é suficiente para cobrir a maioria dos custos com a compra de livros, cadernos, canetas e roupa.

Além da renda individualmente gerada, as comunidades estudadas recebem recursos significativos de fora. Esse fenômeno é característico da região Nordeste. Um economista demonstrou que os R\$ 6,3 bilhões em transferências diretas de renda são basicamente na forma de benefícios da aposentadoria rural. Na realidade, o Governo Federal está presente em todas as comunidades estudadas com uma variedade de programas envolvendo a transferência direta de renda às famílias. Os recursos chegam mensalmente ao Banco do Brasil local (Pão de Açúcar) ou Caixa Econômica Federal - CEF (Palmeira dos Índios, município vizinho de Igaci), onde os beneficiários acessam o dinheiro com um cartão magnético, geralmente ao redor do 10º dia de cada mês. Os benefícios da aposentadoria representam a fonte mais importante de renda não produtiva nas comunidades estudadas. De acordo com um membro de um grupo, os benefícios da aposentadoria chegam a 90% das casas da comunidade (Lagoa de Pedra).

Ações levadas a cabo como parte das iniciativas do Governo como o Programa de Desenvolvimento territorial, Pronaf, PAA, etc. estão presentes na área estudada. Esses projetos beneficiam a coletividade (por exemplo: um cultivo coletivo ou um espaço de beneficiamento da produção agrícola) em lugar de destinar fundos diretamente às mãos dos beneficiários de forma individualizada. Doadores privados como a Fundação Banco do Brasil – FBB também injetaram recursos em Pão de Açúcar. Em 1998, a FBB repassou recursos ao município (que canalizou os fundos para as associações comunitárias), para construção de duas padarias, uma fábrica de processamento de frutas, um moinho de milho e uma fábrica de cerâmica, tudo pertencente às comunidades.

Finalmente, as remessas são uma fonte intermitente de renda para algumas famílias com parentes residindo e trabalhando fora da comunidade. Essa prática não é totalmente comum, apesar de a maioria ter parentes que moram em cidades maiores como Maceió, Salvador e São Paulo.

Assim, embora a renda produtiva das famílias seja pequena e relativamente pouco frequente ao longo do ano, o volume atual de recursos financeiros que flui nas comunidades estudadas é, de certa forma, grande. Reconhece-se, porém, que a população necessariamente não controla o fluxo desses recursos; dessa maneira, esses recursos não podem ser contabilizados para satisfazer as necessidades financeiras individuais.

Quadro 5: Demanda de Crédito por Área

Demanda por Crédito	Período	
	Semiárido	Agreste
Período de plantio	Abril, maio, junho	Abril, maio, junho
Renovação de estoques (comércio)	Outubro, novembro	Outubro, novembro

Fonte: Elaborado pela autora. Pesquisa de Campo.

Em termos de necessidades financeiras previsíveis, as populações estudadas identificaram os meses de plantação (abril, maio e junho) como os meses que eles sentem a maior necessidade de crédito. Os custos relacionados ao plantio da roça são difíceis de coincidir com os meses secos de verão, e tomar um empréstimo é quase obrigatório para a maioria dos agricultores, cujo montante dependerá da colheita do ano anterior e da possibilidade de ocupar-se em outras atividades geradoras de renda. Para empresários envolvidos em atividades comerciais, os meses de outubro e novembro frequentemente são mais citados como os meses em que mais se necessita de crédito para ampliar ou renovar os estoques para a temporada de férias e festas de fim de ano. Há muita variação, no entanto, nas necessidades de crédito entre os comerciantes, dependendo da atividade desenvolvida.

Além disso, outros acontecimentos, obviamente, encaram riscos financeiros imprevisíveis (doença, morte) que criam a necessidade de liquidez. Para atender a essa necessidade imediata, raramente expressada como uma necessidade explícita de crédito pelas pessoas entrevistadas, a venda do gado ou ainda a procura de um agiota para tomar dinheiro emprestado, mesmo com taxas de juros extorsivos, têm sido comum nestas épocas.

Em face dessas necessidades, as populações entrevistadas estão tomando recursos, principalmente em empréstimos, especialmente do FUNDAF, que tem sido a única das fontes nessa concessão. Tipos de poupanças na forma de gado são sumamente comuns (entretanto não considerada como tal pelas populações estudadas) e poupanças em dinheiro no banco são raras. Porém, a capacidade para

economizar é aparente, como foi manifestado pela popularidade dos consórcios, poupanças giratórias informais e associações de crédito, entre mulheres.

Na região, algumas instituições como o Banco do Brasil (Agência de Pão de Açúcar) e o Banco do Nordeste (Agência de Batalha) operam uma variedade de linhas de crédito do Governo Federal dirigidas aos agricultores, entre elas o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), que, de acordo com Prezotto (2005, p. 15), “foi a maior inovação em termos de política pública voltada para o meio rural brasileiro”. Além do PRONAF, pode-se destacar o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), as várias linhas do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA). O Banco do Brasil também oferece empréstimo pessoal aos seus clientes com recursos próprios e faz financiamentos de veículos, equipamentos de informática e até viagens de turismo. Entretanto, a maioria dos entrevistados não possui contas bancárias e, portanto, pouco tem acesso a essas linhas. Assim como o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste também opera essas mesmas linhas do Governo Federal, com a vantagem sobre o Banco do Brasil por ser o gestor exclusivo dos recursos oriundos do FNE, que corresponde a 1,8% de toda arrecadação nacional de Imposto de Renda. O BNB ainda iniciou recentemente seu programa de microcrédito urbano – o *CrediAmigo* – na cidade de Pão de Açúcar, não sendo, porém, mencionado por qualquer participante de grupo.

O produto de empréstimo que está sendo alcançado por um número mais significativo de pessoas nas áreas estudadas é a linha de crédito do PRONAF B operada pelo Banco do Nordeste. Depois de dois anos esperando a linha de crédito, um número significativo de empréstimos foi concedido com prazo de até dois anos para pagar. A taxa de juros está sendo de 1% ao ano, com um abatimento de 40% do principal, se o pagamento for feito até a data do vencimento. Dessa forma, a taxa cobrada acaba sendo negativa, revelando-se como um dos programas mais subsidiados no Brasil.

Todos aqueles que receberem e reembolsarem os empréstimos, estão aptos teoricamente a um novo crédito. No entanto, a incerteza de ter sua proposta de empréstimo aprovada, o tamanho do empréstimo limitado (R\$ 500,00), o restrito período de desembolso (só uma vez ao ano, quando a chuva chega), e a opção de financiar apenas investimentos fixos são desvantagens enumeradas para esta opção de crédito. Além disso, só um número limitado de empréstimos está

disponível e estes dependem, na maioria dos casos, da elaboração de projetos por parte dos técnicos da extensão rural oficial, normalmente desmotivados e sem efetivas condições de trabalho, em função do completo desaparelhamento que sofreram, nos últimos anos, os órgãos aos quais estes técnicos estão vinculados.

Outras fontes de empréstimos que parecem ser usadas sem muita frequência são os agiotas e amigos, na hora de emergência. As duas associações mais fortes nos municípios e parceiras do FUNDAF – AAGRA e NUDEC – têm também fundos de empréstimos rotativos de pequenos valores para aquisição de bens de consumo.

É importante ressaltar que quase nenhum dos clientes entrevistados tem uma poupança nos bancos. A compra de gado é o modo mais comum para investir o dinheiro das sobras – de forma unânime – a economizar em uma conta bancária. Os entrevistados citam a taxa mais alta de retorno no gado comparado às taxas de juros da poupança paga pelos Bancos, como a motivação principal por trás dessa prática. Além do lucro que pode ser obtido com a venda, o gado pode ser usado para fins produtivos durante o período de investimento. Adquirir bens visíveis, como animais, parece ter uma maior significação social do que uma caderneta de poupança.

O gado também tem o benefício de poder ser convertido em dinheiro rápido no caso de emergências (como doenças). Porém, enquanto vender um animal for uma solução rápida e fácil, tem-se como certo de que nem sempre será o mais benéfico, no longo prazo. Encarado como obrigação de vender o animal antes de alcançar seu peso ideal, o dono é forçado a perder algo. Além disso, enquanto R\$ 50,00 pode bastar para solucionar a emergência, a venda do gado pode resultar em muito mais, deixando o dono forçado a achar algum uso produtivo para o dinheiro, uma situação que muitas vezes pode conduzir a se tomar decisões precipitadas as quais não são sempre as mais benéficas e lucrativas. As numerosas discussões que cercaram este assunto no interior dos grupos entrevistados conduziram novas formas de pensar junto ao pessoal do FUNDAF, passando-se a considerar algumas alternativas descritas abaixo.

Poupanças rotativas e associações de crédito conhecidas localmente como consórcios ou caixas são relativamente comuns, sobretudo entre as mulheres entrevistadas, com uma concentração mais alta de grupos nas comunidades mais povoadas. Os Consórcios são compostos de dez (10) mulheres; cada uma contribui com uma quantia fixa de dinheiro de base regular (semanal, bissetimaneal ou mensal).

Em cada grupo, uma das mulheres recebe o dinheiro total arrecadado, enquanto ainda continua a contribuir com sua parte até o ciclo estar completo e todo mundo ter recebido a “vaquinha” – como elas chamam – uma vez, mediante sorteio. Às vezes, o consórcio se dissolve ao término do ciclo; outras vezes, ele recomeça com os mesmos ou novos sócios. Nas comunidades estudadas, os consórcios são negócios geralmente semanais que envolvem valores de R\$ 20,00 a R\$ 50,00; frequentemente, o pagamento acontece no dia da feira livre, já que acaba sendo o dia em que a maioria sai de casa e normalmente se encontra. Alguns entrevistados estiveram envolvidos em vários consórcios.

Isso é claramente uma forma de poupança e crédito, em que os usuários apreciam a possibilidade de poder economizar e pedir dinheiro emprestado, o que é considerado uma maneira simples e relativamente segura. Os consórcios não envolvem nenhuma papelada ou burocracia, embora exista, neles, o risco de um sócio não pagar a sua parte depois de receber a “vaquinha”, fato que não tem ocorrido em função da pressão exercida pelos integrantes do grupo, mesmo quando algum membro chega a atrasar em alguns dias o seu pagamento. Quando interrogados por que preferem consórcios a bancos, os usuários sublinharam a simplicidade do nível de controle que eles exercem sobre o mecanismo. Também, algumas mulheres declararam que as quantias pequenas que elas contribuem no consórcio não justificam uma viagem ao banco.

Enquanto o funcionamento dos consórcios está baseado no nível de organização social (integração) dos seus membros, sua função social parece ser ultrapassada pela função financeira. Acima de tudo, consórcios oferecem a possibilidade de economizar e pegar empréstimos. Os grupos não se encontram sistematicamente todas as semanas, apenas os sócios dão suas contribuições para o organizador no dia preestabelecido sem mesmo ver os outros integrantes. Igualmente, o processo de coletar o dinheiro acontece sem qualquer formalidade.

Acerca ainda da identidade e visibilidade do cliente FUNDAF, uma amostra de setenta e três (73) pessoas foi escolhida, para estabelecer o perfil desse cliente típico do FUNDAF. Informações em arquivos dos clientes foram colhidas (19 foram aleatoriamente escolhidos e o restante estava participando dos grupos focais), e analisadas. Na amostra constituída, a metade foi de mulheres representando aproximadamente o percentual atual de clientes femininos na pasta de empréstimo

que ficou em 38% no ano passado. Este é também um indicador de que as mulheres estão participando do programa.

A maioria dos clientes é casada, com uma média de 39 anos de idade e 4,2 dependentes por família. A renda média mensal está numa faixa de R\$ 250,00 a R\$ 750,00. Analisando a situação de seus bens, só com os dados dos rebanhos, já que o produto agrícola é fortemente dependente do clima e da disponibilidade de empréstimos, verifica-se que quase um terço não possui qualquer tipo de rebanho. Dos dois terços restantes, o gado foi o mais popular entre os criatórios com 82%; cada família possui pelo menos um animal, e a média fica em torno de cinco. Cavalos e ovelhas vêm em seguida como bens efetivos. Poucos possuem porcos, galinhas e cabras.

O tempo de filiação nas associações do membro mais recente é de nove (9) meses de integração e o mais antigo vinte e um (21) anos. Em média, esses clientes têm quatro anos de sócio: 50% tem três anos e $\frac{3}{4}$ tem cinco anos. Dessa forma, a maioria já fazia parte de alguma associação antes que o FUNDAF fosse lançado oficialmente. Quase 40% estão no primeiro empréstimo, 14% no segundo e o restante estava entre o terceiro e o sexto crédito.

O tamanho do empréstimo comum por ciclo é, de alguma maneira, ambíguo. Como as pessoas esperam, os valores dos empréstimos deveriam aumentar por ciclo, mas esse não é o caso. A quantia do empréstimo comum do primeiro ciclo é R\$ 740,00, chegando a R\$ 830,00 no segundo ciclo. Depois cai substancialmente no terceiro ciclo para R\$ 590,00 e lentamente aumenta até R\$ 810,00 no sexto ciclo. O mesmo quadro surge em se tratando da média dos valores concedidos nos ciclos de empréstimos os quais, com exceção dos primeiros dois ciclos, está caindo abaixo da média no terceiro ciclo para R\$ 350,00 quando então se estabiliza em R\$ 500,00 para os ciclos seguintes.

Se isso é verdade, há implicações operacionais para o FUNDAF, significando que os clientes não podem contar automaticamente com aumentos de incremento em cada novo ciclo. Além disso, pode implicar que, no primeiro ciclo, os clientes superestimam a capacidade de reembolso deles, levando-os a vivenciarem certas dificuldades e a optarem por empréstimos menores nos ciclos subsequentes. O FUNDAF deveria monitorar esse aspecto, já que a média do tamanho dos empréstimos pode cair com o passar do tempo, e, com a renda tão reduzida, fica mais difícil de o programa alcançar a tão perseguida sustentabilidade. Como

esperado, os tamanhos dos empréstimos mais altos foram de R\$ 1.500,00 em todos os ciclos.

Com respeito ao valor dos empréstimos por atividade, aparece o seguinte resultado:

Quadro 6: Média de Empréstimo por Atividade

Atividade	Valor Médio de Empréstimo (R\$)
Pecuária	905,00
Agricultura	354,00
Agropecuária	730,00
Comércio	530,00

Fonte: Elaborado pela autora. Pesquisa de Campo.

Os maiores estão associados à aquisição de gado com o valor de R\$ 905,00, seguidos do comércio com R\$ 530,00. O segundo mais popular, agricultura, está na média de R\$ 354,00. O híbrido agricultura/rebanho ficou por volta de R\$ 730,00. Todos os empréstimos tirados por último, ou pendentes, foram pagos do começo ao meio de 2001. De acordo com o relatório do último balancete, os empréstimos tiveram ou têm um prazo médio de 15 meses para reembolso.

O nível global de satisfação com o FUNDAP parece ser bastante alto. O produto do empréstimo parece estar adaptado relativamente bem às necessidades da maioria das pessoas entrevistadas, tanto nas condições e tamanho dos empréstimos, quanto nos prazos, exigências de acesso e condições de reembolso.

A pesquisa de campo apontou ainda algumas vantagens no acesso ao crédito do FUNDAP:

- acessibilidade – os clientes apreciam a facilidade com que eles podem receber crédito do FUNDAP: nenhuma garantia material, nenhuma exigência de propriedade de terra, pouca burocracia. A única condição imposta pelo FUNDAP é o tempo de filiação mínima de seis (6) meses na associação comunitária, algo que é visto como positivo.

- acesso repetido – poder acessar o crédito repetidamente é uma vantagem identificada pelos clientes, algo que as linhas de crédito do Banco do Brasil e Banco do Nordeste normalmente não oferecem.

- rapidez – mesmo sabendo que os empréstimos podem levar até cinco semanas para serem aprovados e os créditos desembolsados, os clientes geralmente consideram essa demora relativamente curta em comparação aos 3 a 6 meses ocorridos no sistema bancário tradicional.

- disponibilidade – a disponibilidade dos créditos para finalidades diferentes é outra vantagem em cima dos produtos de empréstimos disponíveis do Banco do Brasil ou Banco do Nordeste. Vários clientes sublinharam que, enquanto estes bancos oferecerem um número limitado de empréstimos para atividades específicas e épocas marcadas durante o ano, os clientes do FUNDAF podem escolher a linha de crédito que eles quiserem, para qual finalidade quiserem e quando quiserem.

- controle local – enquanto os clientes necessariamente não expressam sentimentos de propriedade, o FUNDAF é visto como um programa que tem suas raízes na comunidade. Os clientes estão atentos e orgulhosos porque os recursos do FUNDAF são bem usados e reinvestidos na comunidade. *“Com o FUNDAF, o dinheiro é bem aplicado”*. *“É muito envolvido na comunidade, os juros voltam para a comunidade”*. O fato de a pessoa ter que ser um sócio da associação para acessar o FUNDAF, geralmente, é visto como algo positivo que beneficia os clientes e o programa igualmente. É extensamente compreendido que o papel da pressão social para manter o programa é fundamental, e poucas pessoas não consideram isso necessário: *“Tem que pagar, senão vai prejudicar os outros”*. A maioria dos clientes e não clientes também considera importante que sócios novos tenham que esperar seis meses para tomar um empréstimo, de sorte a provar sua “paciência” e mostrar que são confiáveis.

- acompanhamento técnico – as visitas periódicas dos agentes de crédito para verificar como o cliente usou o empréstimo é considerado positivo. É extensamente compreendido que deve ser posto o dinheiro do empréstimo a bom uso, para colher os lucros necessários ao reembolso. Vários dos entrevistados atestam que, sem acompanhamento, a tentação de *“não empregar bem o dinheiro”*

é forte e frequentemente conduz a dificuldades para reembolsá-lo, como foi a experiência das pessoas que tomaram empréstimos do Banco do Brasil.

No decorrer da pesquisa, também registraram-se algumas fraquezas percebidas pelos Clientes. Além das taxas de juros, outras reclamações ao FUNDAF referem-se ao compartilhamento desuniforme entre todos os clientes. Apesar das semelhanças socioeconômicas globais entre as localidades estudadas, há variações naturalmente individuais. Assuntos como prazos do empréstimo e quantias parecem ser mais importantes entre as famílias com renda mais alta e, especialmente, clientes mais velhos, como aqueles em Impoeiras e Caraibinhas.

- Taxa de juros: a taxa de juros é a reclamação número um dos clientes do FUNDAF que comparam as taxas de 2 a 3% ao mês com as taxas negativas cobradas pelo Banco do Brasil e Banco do Nordeste, para empréstimos da linha de crédito do PRONAF ou PROCERA. Em grupos em que este ponto foi discutido extensivamente, bastava uma explicação breve do propósito da taxa de juros e a importância dela para programas não governamentais como o FUNDAF, para que essa reclamação fosse abafada. Além disso, os clientes mostram uma compreensão clara do mecanismo de reinvestimento por trás da taxa de juros. No entanto, qualquer taxa de juros é sempre considerada alta.

- Valores dos empréstimos: enquanto a maioria dos clientes parece satisfeita com o limite de R\$ 1.500,00, alguns dos clientes mais velhos (os que já tomaram quatro ou cinco empréstimos) sentem que o limite deveria ser elevado.

- Prazo dos Empréstimos: uma minoria de clientes considera os prazos de empréstimo e períodos de carência muito curtos, especialmente para a linha de crédito do comércio.

4.2 A IMPORTÂNCIA DE CONSELHOS E LIDERANÇAS

Um dos elementos fundamentais para o funcionamento e consolidação do FUNDAF é a existência de controle social em seu processo de gestão. Esse controle visa muito mais que fiscalizar processos, mas, sobretudo, garantir espaços democráticos entre usuários e gestores do sistema.

Ademais, corrobora para apuração de irregularidades e controle de fraudes e fomenta a participação social e política entre os atores sociais envolvidos. Isso

implica, assim, um clima organizacional com maior transparência, responsabilidade e governança.

Os conselhos e lideranças dessa instituição utilizam mecanismos de controle e fiscalização previstos em seu estatuto e regimentos como: reuniões periódicas com lideranças e o devido registro em atas, exame e apreciação dos documentos contábeis, dentre outros.

Os gestores do FUNDAF cuidam das ações de planejamento, monitoramento e avaliação dos trabalhos do FUNDAF e seu desenvolvimento nas comunidades. Atuam de forma coordenada nas esferas operacionais e deliberativas da entidade, conforme segue abaixo:

- Grupo de Trabalho: uma vez por mês, os técnicos do FUNDAF e colaboradores, reúnem-se para discutir estratégias, desenvolver projetos e propor ações.
- Diretoria Executiva: formada pelo presidente, secretária e seus vices, acompanha as reuniões do grupo de trabalho e monitora a execução dos trabalhos cotidianos da entidade; reúnem-se semanalmente para deliberar e encaminhar os interesses da entidade.
- Conselho Fiscal: fiscaliza o cumprimento das normas e das ações e objetos contratados/pactuados.
- Assembleia Geral: formada por todas as entidades filiadas e com a participação dos parceiros, compõe a rede social; acontece trimestralmente com a finalidade de promover capacitação, transparência e direcionamento para a atuação articulada no formato de rede.
- Auditoria Externa: no intuito de orientar, aprimorar e validar os processos, resultados e informações produzidas, realiza-se uma auditoria independente por ano.

Esses instrumentos possibilitam o aperfeiçoamento de lideranças na capacidade autogestionária, assim como contribui para o exercício de avaliação de resultados e planejamento acerca das atividades práticas do FUNDAF.

No processo de controle, os conselhos e lideranças exercem duas formas de controle: interno e externo. O controle interno é realizado mediante a observância dos seus processos e documentos técnico-administrativos internos, de modo que permita, sob o aspecto financeiro, garantir um ambiente saudável, questionando

legitimidade de despesas e investimentos necessários ao futuro dessa OSCIP. Do ponto de vista sociopolítico, permite a cooperação e ações entre gestores, garantindo uma participação democrática nos processos decisórios.

O controle externo pode ser encontrado nas análises das relações entre organizações sociais e cooperativas associadas ou que pretendem associar-se ao FUNDAF, acessando assim os seus serviços.

O exercício do controle social seja no âmbito externo ou interno visa, principalmente, coibir irresponsabilidade dos gestores, funcionários e usuários ligados ao sistema, assim como busca transparência e publicidade dos atos e, sobretudo, a democratização do poder.

O controle social implica planejamento e ação participativa entre os membros dos conselhos os quais ocorrem, principalmente, nas reuniões da Assembleia Geral do FUNDAF. Esta pode ser considerada um espaço público relevante de discussão e debate ampliado sobre ações práticas executadas, problemas ocorridos ou questões técnico-administrativas pendentes.

Nesse contexto, observa-se um monitoramento e controle de diretrizes e metas estabelecidas, além do controle social e político envolvendo uma análise sistemática das organizações parceiras nos processos, de modo a vincular a atuação dos conselhos a um projeto construído de forma coletiva e solidária. Assim, esses conselheiros atuam numa dimensão mais ampla e complexa, constituindo um canal de formulação de políticas e ações que fomentem o desenvolvimento de comunidades rurais.

No entanto, as dificuldades encontradas pelos conselheiros e lideranças são variadas, abrangendo desde aspectos intrínsecos à responsabilização pela tomada de decisões, mobilização popular, transparência dos atos político-administrativos até à falta de remuneração aos cargos de diretoria. Muitas vezes, os detentores desses cargos são obrigados a afastar-se de suas atividades laborais para encaminhamento de atividades institucionais.

O FUNDAF não é autossuficiente, nem operacional, nem financeiramente, mas alcançou relações respeitáveis que levam em conta a mocidade do programa em um mercado difícil. Atualmente, conta com apoio das instituições parceiras no rateio de despesas comumente feitas para manutenção do sistema. Contudo, o item "Sustentabilidade" deve ser bem pensado e discutido entre gestores e articulado com lideranças comunitárias. Segundo Prezotto (2005, p. 31), esse termo está

associado à longevidade e à viabilidade, permeando uma situação de equilíbrio entre aspectos social, cultural e econômico.

Nesse contexto, verifica-se a importância de um marco legal para as microfinanças, conforme afirma Soares (2008). Esse marco estaria voltado à correção de imperfeições do mercado e de outros fatores que possam prejudicar o alcance dos benefícios decorrentes da competição de livre mercado, possibilitando compensação dos altos custos dos agentes, como o FUNDAF, que não possuem uma escala competitiva.

De acordo com Soares (2008, p. 59):

No caso da indústria financeira, é inegável que os custos de transação pesam bastante para os pequenos. Com um custo de um telefonema, um grande banco pode obter um ganho de milhões de reais. Os custos fixos também são desproporcionais, sobretudo no cumprimento de obrigações legais e exigências formais (trâmites burocráticos).

Não obstante a necessidade de adaptações normativas às especificidades observadas, isso leva a se refletir a questão por intermédio das propostas de Bittencourt (2005) acerca das instituições de microfinanças (IMFs). No geral, elas estão voltadas a um público com dificuldades de acesso ao sistema financeiro formal, e, com isso, buscam a retirada das instituições pertencentes a esse sistema tradicional das camadas mais empobrecidas. Esse fato leva ao dilema de ter que manter uma maior quantidade de clientes com maior renda junto ao FUNDAF e buscar sua autossustentabilidade institucional.

Atualmente, observou-se na pesquisa que o Conselho do FUNDAF hoje conta com participação das lideranças comunitárias, abrangendo parcerias, redes de colaboração e conseqüentemente corroborando para o desenvolvimento de cidadãos mais conscientes do ponto de vista político-social e solidário.

Por conseguinte, esse espaço constitui um instrumento de gestão democrática colegiada, especialmente para o acompanhamento responsável e técnico das ações executadas na comunidade.

Através dos conselhos, é possível organizar a participação efetiva da sociedade nas ações e decisões gerenciais e políticas e, assim, conseguir promover o fortalecimento institucional do FUNDAF, inspirado na construção de políticas articuladas tanto do setor público, como do próprio setor.

Interessante destacar que essa estratégia de participação em conselhos, permite que os sócios sejam protagonistas de seu próprio bem-estar, ao se

apropriarem de conhecimentos e mecanismos intrínsecos à metodologia e à operacionalização do FUNDAF, para a tomada de decisões relevantes para toda a comunidade.

No Brasil, notadamente, após a Constituição Federal de 1988, houve um significativo aumento de conselhos (estaduais e municipais), abrangendo diversos segmentos, como educação, saúde, meio ambiente e desenvolvimento rural. O principal objetivo na instalação desses conselhos foi o de estabelecer uma aproximação mais estreita entre governo e sociedade civil, por meio de canais de participação popular.

Porém, atualmente, ainda existem muitos conflitos no âmbito dos conselhos, especialmente acerca dos processos de tomada de decisões, representações políticas de parceiros e gestores. Na realidade, parte desses obstáculos encontra-se no campo político, nas articulações do poder local, nos aspectos culturais enraizados no indivíduo relacionados a articulações e disputas de poder local, consolidação de espaços territoriais e cumprimento de regras de convivência e solidariedade. No campo socioeconômico, destacam-se aspectos relacionados à formação de competências locais para o planejamento de atividades econômicas, de organização social, de geração de empregos e renda, de inserção nos mercados, dentre outros aspectos (Duarte e Sayago, 2006, p. 205). Estes são procedimentos e processos fundamentais quando se pensa em desenvolvimento da agricultura familiar e processos de gestão por meio de conselhos deliberativos.

O FUNDAF atualmente participa dos Conselhos Estaduais de Agricultura Familiar do Estado de Alagoas e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) e Conselhos Federais desse segmento, como a CIAT (Comissão de Instalações e Ações Territoriais), por exemplo, a qual, no momento, está sendo impulsionado pelo MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário.

A participação das comunidades locais nesses eventos políticos fomenta processos de cidadania e gestão social no território rural. Ademais, abrem-se espaços que visam a busca de soluções acerca de problemas práticos de ordem social, além daqueles relativos à manifestação de opiniões e preferências concernentes a decisões políticas relevantes.

Duarte e Sayago (2006, p. 217), apesar de considerarem um avanço significativo a gestão compartilhada, ocorrida em conselhos, eles consideram algumas questões que causam entraves nos processos de desenvolvimento rurais,

como a criação de CMDRS – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, visando atender às exigências legais do repasse de verbas públicas, em especial do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tornando-se instâncias de decisão apenas sobre o uso de recursos e não momentos de discussão sobre as problemáticas e potencialidades locais.

A experiência prática no desenvolvimento do trabalho de campo também revela que nas reuniões de conselhos, seja do FUNDAF ou mesmo dos CMDRs, no geral, há uma tendência para a baixa capacidade de proposições de inovações, devido a limites de pessoal técnico capacitado e disponível para participar de forma contínua em reuniões desses espaços de representação e conselhos. Além disso, apesar de os conselhos terem princípios democráticos, na prática, acabam sendo impulsionados por conselheiros que tenham maior poder político de convencimento e argumentação. Esse fato acaba causando entraves nos processos de circulação da informação e na socialização dos problemas discutidos para a comunidade.

Por fim, verifica-se que esses tópicos citados demonstram fragilidades que precisam ser superadas no âmbito dos conselhos. Porém, ainda se considera a formação destes de grande relevância do ponto de vista democrático de consolidação do capital social, especialmente, por ser um espaço de acesso e compartilhamento de informações, responsabilidades sociais e sustentabilidade. Assim, mesmo com os distúrbios apresentados, quando bem gerido, o conselho pode ser considerado uma instância deliberativa capaz de promover mudanças substanciais, tanto do ponto de vista institucional, como de desenvolvimento local.

4.3 PONDERAÇÕES INTRÍNSECAS AOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Este estudo teve como objetivo construir dados qualitativos, mediante o levantamento de informações que vão desde a percepção dos parceiros e usuários quanto às ações que o FUNDAF desenvolve nas comunidades até a construção de debates acerca de melhorias no sistema, a partir da ótica dos elementos que compõem o capital social.

O trabalho aliou uma breve revisão de literatura à pesquisa de campo e documental, de modo que permitiu reflexões teórico-práticas relevantes acerca da temática. Assim, pode-se inferir uma interdependência entre o FUNDAF e as

instituições parceiras (cooperativas de crédito de agricultores familiares, federações e associações comunitárias). Desse modo, ao tempo em que as entidades dependem sobremaneira dos seus associados para subsistirem, estes encontram naquelas um meio de acessarem políticas creditícias, com baixo custo e utilizando-se apenas do capital social empreendido, a partir das relações de confiança já estabelecidas nas comunidades. Dessa forma, conseguem, de um modo menos burocratizado, viabilizar suas atividades, e, por conseguinte, remunerarem seu trabalho.

Tendo em vista que o setor de microcrédito rural apresenta-se em expansão, com uma demanda crescente, a opção de trabalhar neste segmento é atrativa. Contudo, Pão de Açúcar caracteriza-se por ser ainda uma região onde os indicadores sociais são baixos, contemplando uma grande quantidade de agricultores familiares descapitalizados, que não apresentam nenhuma garantia real. A possibilidade de acesso ao crédito rural e a outros serviços financeiros pode ser possível, na medida em que estes se organizem e se articulem em instituições formalizadas (cooperativas e associações), de modo que, juntos, entidades e clientes possam enfrentar os ditames do mercado.

Para Elster (1994, p. 175),

As instituições nos afetam de muitas maneiras: forçando-nos ou induzindo-nos a agir de certas maneiras, fazendo-nos financiar atividades pelas quais não pagaríamos de outro modo; capacitando-nos a fazer coisas que não poderíamos fazer de outro modo; por tornar mais difícil fazer coisas do que seria de outro modo; e mudando o contexto das negociações entre partes privadas. Considerarei esses mecanismos nessa ordem.

Esse autor afirma que as instituições afetam o comportamento humano e conseqüentemente o contexto no qual se inserem, à medida que se motivam em busca de resultados comuns por meio de normas a serem seguidas por todos.

Ressalta-se, porém, que algumas informações reveladas na pesquisa de campo apontam para negligência em práticas relevantes para o bom funcionamento do FUNDAF como planejamento, gestão estratégica e controle social, principalmente envolvendo alguns membros da diretoria e parceiros.

No desenvolvimento do trabalho, foi possível trabalhar com a metodologia de grupos focais, de modo que se pudesse obter informações do FUNDAF em menor espaço de tempo, a partir das percepções, comportamentos e atitudes dos sócios e usuários.

Quase todos os grupos foram unânimes em afirmar que a atual taxa de juros praticada pelo FUNDAP é alta, sugerindo a redução dela. Vale salientar, no entanto, que essa reivindicação não possui nenhuma base técnica, e utiliza como referencial os programas de crédito operados pelo Banco do Nordeste e Banco do Brasil, fortemente subsidiados pelo governo federal, os quais chegam a trabalhar com taxas negativas de retorno.

Prazos e teto do financiamento também foram mencionados, mas com pouca expressão. O tempo necessário para a liberação, desde a solicitação até o recebimento do dinheiro, foi apontado como um ponto positivo. Também, nesse ponto, a comparação dos clientes toma como base os prazos dos bancos que, em função do excesso de burocracia, arrastam-se por vários meses. A ausência de burocracia (do ponto de vista de restrição cadastral) no FUNDAP, também foi apontada como ponto positivo.

O modo de concessão de crédito adotado pelo FUNDAP (via cooperativas e associações) é visto como uma ação muito positiva, pois evita possíveis problemas de inadimplência. Além disso, o acompanhamento sistemático realizado pelo Agente de Crédito, que faz que o recurso seja devidamente aplicado, garante o reembolso sem maiores problemas para o cliente, no ato do vencimento.

A ausência de burocracia e a comodidade para efetuar os pagamentos são outros itens fortes apontados pela maioria. Embora em algumas regiões seja perigosa a guarda do recurso na própria comunidade, em função de assaltos, alguns presidentes de associações também relataram haver riscos e transtornos quanto a deslocamentos da comunidade até a sede do FUNDAP, para efetuar os pagamentos de créditos e outras pendências burocráticas.

A discussão desencadeada entre os participantes dos grupos focais forneceu evidências, ao ratificar que os níveis de renda do público-alvo do FUNDAP são muito semelhantes, assim como as atividades desenvolvidas, as quais, na sua maioria, são voltadas para o setor agropecuário. Duas necessidades aparecem como as mais fortes: a primeira diz respeito ao processo de comercialização da safra que hoje se dá individualmente e por intermédio dos intermediários (atravessadores) que levam grande parte do lucro; este poderia ficar nas mãos dos produtores, caso a comercialização fosse feita coletivamente. A segunda, refere-se a um crédito rápido para resolver situações de emergência, principalmente, doença na família. De acordo com os participantes, na maioria das vezes, eles são obrigados a se

desfazem de animais em momento inoportuno (antes de atingir peso ideal) e pela metade do preço, em função da situação de emergência. Essa linha de crédito, pelo que foi coletado, teria teto baixo (máximo R\$ 500,00) de liberação rápida (dois dias) e prazo de retorno pequeno (máximo três meses). Esse crédito, ainda, pode ser utilizado após a segunda concessão, por bons clientes (aqueles que não apresentam maiores problemas quanto à inadimplência).

Outra possibilidade, não muito mencionada, poderia ser a de melhor adequar a linha atual existente para comércio, para atender às necessidades daqueles que trabalham com comércio de animais.

Nas comunidades em que o FUNDAF atua, o consórcio informal aparece como uma das principais formas de poupança nas comunidades atendidas pelo FUNDAF. Praticada quase que em sua totalidade por mulheres, essa atividade financeira movimenta quantias significativas de recursos. Existem mulheres que participam em até cinco grupos ao mesmo tempo. Os aportes de recursos são semanais, em sua maioria, e o objetivo dos “poupadores” é pagar dívidas ou adquirir um determinado bem de necessidade doméstica, em geral. Esses consórcios ocorrem nas comunidades de maior concentração de moradores (povoados), quase não existindo nos sítios como Japão e Soares.

A poupança convencional (de bancos oficiais) não é utilizada na região. Todos afirmaram que preferem reinvestir no negócio ou adquirir um animal a investir em poupança, cujo rendimento não daria sequer para pagar os custos de transporte até à cidade. Os poucos que possuem poupança ou conta corrente abertas em agências bancárias locais o fazem para receber doações de parentes que vivem em outras regiões do país.

Com recursos do PRONAF, o Banco do Brasil e Banco do Nordeste operam linhas de crédito, tanto para o custeio da safra como para aquisição de animais, que se apresentam como bastante atrativas para os produtores, já tendo atendido número significativo na região. Os empréstimos, que possuem o prazo de seis meses para serem reembolsados (para safra) e dois anos (para animais), contam com um rebate de 30% sobre o principal para aqueles que efetuam o pagamento até a data do vencimento, e 1% de juros ao ano.

Esses empréstimos, sem dúvida, representam uma ameaça para o FUNDAF, não só no sentido da concorrência propriamente dita, mas principalmente por reintroduzir vícios antigos gerados por empréstimos fortemente subsidiados e que

deixam a população acomodada e desestimulada a desenvolver sua capacidade empreendedora. Isso pode desaguar também em processos de inadimplência, em função da cultura de facilidades que esses subsídios incutem na cabeça de seus beneficiários, que chegam a simular a perda da safra só para serem beneficiados pelo seguro agrícola.

Entretanto, como esses programas não trabalham em cima de metas de sustentabilidade operacional ou financeira, a sua metodologia e a sua operação também não possuem o ritmo e o empenho que um programa de microfinanças convencional implementa para cumprir suas metas. Essa atitude de negligência cria espaço favorável para especulações, desvios de recursos para a finalidade para a qual foram originalmente tomados, e até perdão da dívida de forma fraudulenta pela falta de um acompanhamento sistemático do programa aos empreendimentos financiados. Contribui-se, assim, ainda mais para que o cliente passe a ser mero beneficiário de um programa de assistência qualquer, cujo compromisso é apenas com o recebimento e não com a aplicação ou o retorno.

Porém, a burocracia ainda é fator restritivo para o acesso a essas linhas de crédito, bem como o controle, exercido unicamente pelas agências bancárias, o que gera desconfiança nos produtores que não sabem ao certo se o crédito será renovado no ano seguinte, o valor, a época da liberação etc.

No FUNDAF, o controle social e o envolvimento efetivo por parte da comunidade se constituem em um diferencial positivo em relação ao Banco. Além disso, outras modificações poderão ser implementadas como diferenciais para compensar a diferença entre as taxas de juros do FUNDAF e as do Banco.

De um modo geral, em todos os grupos, foi possível perceber grau de comprometimento, participação e cooperação dos usuários com o FUNDAF, diferentemente dos programas de crédito convencionais em que o cliente é apenas usuário. Em umas regiões, essa participação é bastante elevada; em outras, é mais incipiente (regiões de atuação mais recente).

Com relação à compreensão que os clientes possuem do programa, no que se refere a sua metodologia, foi identificado um bom nível de entendimento; no entanto, para eles, é muitas vezes difícil explicitar essa compreensão com uma ideia articulada. Apesar de por vezes haver confusão de nomes (FUNDAF, Visão Mundial ou cooperativas), todos eles distinguem a atuação social dessas instituições da

atuação financeira do FUNDAP, mesmo trocando o nome FUNDAP pelo nome de uma dessas instituições.

A organização pelo FUNDAP de fóruns, reuniões de diretoria e Assembleias constitui importantes instrumentos de intervenção dos usuários para promover melhorias para o programa; porém, a expansão desse Fundo, do ponto de vista dos clientes, termina por se entender que essas instâncias, muitas vezes, não são muito representativas. Isso acontece porque, para participar ativamente, as lideranças, precisam se afastar eventualmente de suas atividades laborais, necessárias a sua subsistência, não recebendo nenhuma ajuda de custo ou remuneração pela sua participação na diretoria.

No que se refere a informações relativas a aspectos técnicos, a compreensão ainda se revela muito baixa. Os clientes desconhecem informações importantes, principalmente relacionadas a aspectos contábeis e de gestão, que, muitas vezes, dificultam a tomada de decisões gerenciais. Também não foram identificados, entre eles, conhecimentos como o de capital social, por exemplo. Porém, elementos inerentes a esse capital são observados e se constituem fundamentais para a manutenção e expansão do FUNDAP nas comunidades.

Conclui-se que os resultados deste estudo não podem ser generalizados a outras regiões. Putnam (2000), inclusive, discorre em um de seus trabalhos que, para se ter um nível de solidariedade social, é necessário que se perceba a herança histórico-cultural da região. Contudo, constata-se ser possível a utilização de indicadores de referências para regiões que tenham cultura, valores e condições socioeconômicas semelhantes.

Os depoimentos extraídos nas entrevistas de campo, bem como constatações depreendidas de análise documental da estrutura orgânica, técnica e política que orientam a gestão do FUNDAP contribuíram para que se pudesse identificar os seguintes elementos como catalisadores da produção de Capital Social:

- Tomada de Decisões participativa: os diretores e lideranças vinculadas às parcerias discutem demandas por crédito rural nas comunidades, gestão e controle de metas e inadimplência;
- Solidariedade e Confiança: o agricultor familiar que busque financiar sua atividade econômica deve ter boas referências dadas pelos comunitários, que serão avalistas deste no processo junto ao FUNDAP. Como este não tem garantias

reais a serem oferecidas, os clientes dependem das relações de confiança consolidadas e da solidariedade como instrumento de garantia pelo financiamento;

- Aprovação dos financiamentos: depois de debatidos em Assembleia Geral mensal da associação, os projetos de financiamentos são analisados por um Comitê de Crédito, integrado por membros das Associações e demais instituições parceiras;

- Acompanhamento sistemático: todos os financiamentos concedidos são acompanhados tanto pelo agente de crédito, como pelas instituições e comunidades das quais fazem parte. Dessa forma, a partir de um controle social efetivo, é possível controlar as taxas de inadimplência;

- Rede relações institucionais funcionando a partir de redes sociais de cooperação: a inter-relação institucional, que parte desde as associações comunitárias, passando pelas federações e chegando até as cooperativas, estabelece um outro de nível controle social, mais institucionalizado, que dá sequência ao controle social exercido de um indivíduo para outro, no âmbito de suas comunidades e culmina se manifestando na rede de instituições envolvidas;

- Gestão Democrática da Informação: toda a informação sobre o desempenho das cooperativas, do FUNDAF e dos demais parceiros é tratada coletivamente, assim como o exercício do controle social necessário que orienta a tomada de decisões técnicas para correção de rumos, nos casos em que haja necessidade.

O capital social é constituído por normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais. Entender sua constituição pode levar a sua utilização como mais um recurso em favor do desenvolvimento e da inclusão social, especialmente de comunidades (The National Economic and Social Forum, 2003).

Segundo Marteleto (2001), o acesso à informação, aliado à redução de custos na obtenção e processamento desta, é um dos elementos que contribui para a produção de capital social e também para um de seus resultados. Isso facilita a cooperação entre membros de uma rede, constituindo insumo fundamental que possibilita a produção e reprodução de capital social, desde que tal informação seja gerida democraticamente e envolta por ações de controle social.

Essa questão apontada pela autora coincide com a atuação do FUNDAF nas comunidades em que desenvolve suas atividades, ou seja, os custos de

manutenção e operacionalização do sistema envolvem relações de cooperação e solidariedade entre as Instituições parceiras, incluindo-se, neste item, também, o rateio de custos fixos e variáveis do FUNDAF. O resultado dessa parceria é a possibilidade de acesso a um crédito rural desburocratizado a comunidades rurais pobres.

De acordo com Bitencourt (2001), o crédito rural no Brasil é altamente excludente e seletivo, tanto no meio urbano como no meio rural, dando prioridade principalmente a grandes investidores. Com isso, deixa-se à margem os baixos empreendimentos localizados em pequenos municípios ou em comunidades empobrecidas.

Dada à importância do acesso, tratamento e gestão eficiente e coletiva da informação, o FUNDAF, recentemente, desenvolveu alguns métodos visando facilitar o acesso e a disponibilização das informações de cunho político-gerenciais, contábeis e técnicas aos agricultores que compõem o corpo da assembleia de suas organizações filiadas. O aprimoramento e incorporação de inovações dos métodos existentes irão contribuir para a tomada de decisões gerenciais complexas.

Novas estratégias de divulgação, visando à inserção do programa em novas áreas de abrangência, fazem que a informação, matéria-prima para a construção do capital social, também sejam necessárias, desde que estejam disponíveis facilmente e sejam difundidas dentro de uma estratégia tecnicamente montada e direcionada para a atuação do FUNDAF.

Nessa perspectiva, é indispensável recorrer a melhorias nos ciclos de informação, tanto em níveis gerencias, como de campo, junto à comunidade. Com isso, percebe-se a importância de, em curto ou médio prazo, se investir pesado em capacitação de toda equipe técnica, bem como das diretorias de associações (capacitação para o associativismo).

O resultado deste estudo permitiu ainda inferir a necessidade de investimento técnico em planejamento, gestão estratégica, empreendedorismo, microcrédito, capital e controle social, além de monitoramento e acompanhamento contábil e administrativo. Desse modo, possibilitar-se-á que o FUNDAF seja capaz de atuar de forma efetiva junto aos agricultores, oferecendo suporte ao desenvolvimento das comunidades rurais empobrecidas.

Um dado relevante, analisando-se o ambiente externo do FUNDAF, é a lacuna existente relativa ao crédito rural, para comunidades empobrecidas. A

ausência ou dificuldade de acesso ao crédito, a presença e a atuação marcante da Visão Mundial na localidade foram fatores exógenos relevantes que impulsionaram os processos de relações de confiança e coesão social. O Banco Mundial afirma que os efeitos do capital social só se efetivam por causa da sinergia com os outros recursos.

Acerca das questões dos elementos determinantes, presentes no FUNDAF, que contribuem para a criação de capital social, junto aos agricultores familiares do semiárido alagoano, identificaram-se várias ações político-institucionais citadas por Putnam (2000), assim como ações de cooperação mútua, que constituem fatores relevantes no processo de fortalecimento do capital social como: a) participação ativa política e institucional do FUNDAF em Fóruns e espaços públicos e privados que envolvem debates acerca de políticas públicas sociais, como ASA – Articulação do Semiárido, Câmaras Territoriais (SEAGRI-AL e MDA); b) articulações políticas e reuniões com Governo Municipal, Estadual, Federal e sociedade civil organizada; c) ações diretas de responsabilidade social, como apoio às comunidades através de Bancos Comunitários, Bancos de Sementes e Ferramentas; e d) execução de serviços de consultorias e apoio técnico contábil às Cooperativas de Crédito (COCREAL e COOPERAGRE) de Alagoas.

Ressalta-se, ainda, no estudo, uma sinergia positiva entre as lideranças locais, baseada em interesses afins coletivos (crédito, desenvolvimento rural e alternativas de renda no semiárido), troca de conhecimentos, além de participação política ativa nas comunidades rurais. Esses fatos estão bem pontuados por Bourdieu (1980) que conceitua capital social como um conjunto de recursos potenciais, intrínsecos a uma rede durável de relações, envolvendo ações de conhecimento e reconhecimento mútuo, não necessariamente relacionadas à proximidade geográfica, econômica ou social.

Tomando por base a revisão literária proposta no capítulo 2, diagnosticaram-se muitos conflitos conceituais, acerca de capital social, dificultando, com isso, a determinação de seus elementos fundamentais, que sejam imprescindíveis no seu processo de criação e manutenção.

Por fim, diante dessa dificuldade, verificaram-se, na pesquisa de campo, elementos relevantes intrínsecos ao capital social no FUNDAF. Muitos deles foram citados no decorrer do trabalho como sentimento de pertencimento dos agricultores nos grupos e instituições formalizadas, acesso e compartilhamento de informações,

estruturação de redes de cooperação e de confiança entre os sócios, valores e referências socioculturais e econômicas semelhantes, assim como: proximidade física e geográfica entre os grupos formados (sócios, lideranças, usuários e parceiros), um controle social efetivo, coesão e identificação social, construção conjunta de normas coletivas explícitas e disciplina no tocante ao cumprimento destas, lealdade nos compromissos firmados entre os sócios e entre estes e as instituições parceiras, interação social por meio de participações cívicas na comunidade como eventos religiosos, feiras municipais, audiências públicas, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa do FUNDAF em ampliar seu trabalho para municípios circunvizinhos abre perspectivas de fomento de capital social para outras áreas carentes de políticas e ações de microfinanças. Estas novas áreas, no geral, têm, em comum, situações de pobreza e de injustiças sociais. Elas são marcadas por histórias de uma população que busca alternativas de convivência com o semiárido, assim como visam superar dificuldades típicas do meio rural como falta de oportunidades de trabalho, concentração de renda e altos níveis de pobreza. Ademais, também são frequentes os problemas de ordem ambiental e social, como violência, gerando uma conseqüente diminuição da qualidade de vida da população.

Logo, na busca de superação desses entraves ao desenvolvimento, há alguns anos, o FUNDAF tem expandido sua atuação para outros territórios rurais, atendendo agricultores familiares e suas organizações produtivas agrícolas e não agrícolas que sofrem pela escassez de crédito produtivo.

As linhas oficiais, até existem, mas por razões técnico-metodológicas, muitas vezes, não conseguem fazer que o crédito e outros serviços cheguem até ao agricultor/empreendedor. Assim, o agricultor permanece sem qualquer alternativa de proteção financeira, sem poder fazer uma poupança, um investimento ou até mesmo acessar crédito. Com a criação da COCREAL – Cooperativa de Crédito dos Agricultores Familiares de Alagoas, em Pão de Açúcar, esses serviços financeiros já se encontram disponibilizados aos seus clientes. O FUNDAF, após sua institucionalização como OSCIP, funciona como base de serviços da COCREAL e de outras cooperativas de crédito que foram sendo criadas nos últimos anos. No entanto, o FUNDAF pode também atuar diretamente como uma instituição financeira de ponta, visto ter legitimidade pelo Banco Central para realizar essas operações.

Nesse contexto, observa-se, na aplicação desta pesquisa, que o microcrédito vem funcionando no FUNDAF como um instrumento catalisador nos processos de formação de capital social.

A expansão do microcrédito oferecido pelo FUNDAF para outras regiões depende da forma como será levada a extensão e a construção de uma rede solidária a essas comunidades rurais. Depreende-se, desse aspecto, a importância do atendimento a um público excluído do sistema financeiro tradicional, a partir da consolidação das relações de confiança e proximidade; comprometimento social

com o território e principalmente identificação e reconhecimento mútuo entre o público-alvo a ser envolvido.

O FUNDAF também deverá planejar e se organizar melhor no que diz respeito às formas de acessar recursos governamentais ou privados que possam ser repassados aos seus usuários com taxas satisfatórias, tanto do ponto de vista do cliente, como do ponto de vista de sustentabilidade econômica da organização.

Importa ressaltar que a institucionalização das Cooperativas de Crédito tem proporcionado conflitos internos, visto que estas acessam recursos que antes dependiam do FUNDAF. Atualmente, tanto o FUNDAF quanto cooperativas de crédito estão com convênios firmados com a DESENVOLVE, agência de fomento estruturada pelo Governo do Estado de Alagoas. Com isso, em alguns momentos, elas tornam-se concorrentes e parceiras.

Ficou visível, na pesquisa, a partir das técnicas de observação, a necessidade de o FUNDAF planejar e se organizar melhor, no que diz respeito à sustentabilidade, não só econômica, como ética. No decorrer das entrevistas, percebeu-se a presença de distúrbios típicos de ambientes de trabalho e relativamente comuns em organizações complexas, como individualismo, paternalismo e indisciplina (falta de cumprimento de normas explícitas), principalmente, por parte de membros da Diretoria.

A pesquisa concluiu que o FUNDAF pode ser considerado uma organização propulsora na redução da pobreza, na medida em que alia crédito e capital social, ampliando o acesso a serviços financeiros a pessoas sem recursos próprios, por meio das relações de confiança e solidariedade estabelecidas entre os membros das comunidades empobrecidas.

No entanto, é imprescindível para o FUNDAF estar atento a esses conflitos que podem comprometer os processos já existentes de capital social e controle social já consolidados na cidade de Pão de Açúcar. A manutenção do capital social construído é um desafio constante, visto que, se a comunidade se desmobilizar, perder a identificação ou confiança no trabalho já realizado, poderá gerar um grande entrave a sua expansão e sustentabilidade.

Por fim, em razão de este ser um trabalho de caráter exploratório, lamenta-se o não aprofundamento em diversas questões que parecem ser muito pertinentes. Recomenda-se, pois, para trabalhos futuros, os seguintes apontamentos: reflexão acerca das contribuições do Capital Social para o desenvolvimento local; análise da

replicação da metodologia; discussão acerca da construção de um marco legal para os Bancos Comunitários e Fundos Rotativos solidários, além de temas como Redes de Cooperação e Controle social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Sergio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. **Microfinanças: democratização do crédito no Brasil, a atuação do Banco Central**. 3 ed. rev. e ampl.. Brasília: BCB, 2006.

BAQUERO, Rute V. A. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. In: **Revista Debates**. NUPESAL/UFRGS. n. 1, dez. Poa: UFRGS / Escritos, v.1, 2005.

BANCO MUNDIAL. **What is Social Capital**. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTSOCIALDEVELOPMENT/EXTTOSOCIALCAPITAL/0,contentMDK:20185164~menuPK:418217~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:401015,00.html>> Acesso em: 01 jul. 2011.

BANCO MUNDIAL. **Questionário Integrado para medir Capital Social**. Grupo Temático sobre Capital Social, 2003. Disponível em: <http://www.contentdigital.com.br/textos/comunidades/Questionario%20Integrado%20para%20medir%20Capital%20Social%20Banco%20Mundial.pdf> Acesso em: 6 jul. 2011.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 1990.

BITTENCOURT, Gilson A. Sistema Cresol de cooperativas de crédito rural: uma experiência de economia solidária entre agricultores familiares. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BOURDIEU, Pierre (1980). Le Capital Social: Notes Provisoires. In _____: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 31, jan. 1980, p. 2 - 3. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069 Acesso em: 15 jul. 2011.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT. **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais**. Série Documentos Institucionais 01/2005. Brasília, 2005a.

COLEMAN, J. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**. Universidade de Chicago, vol. 94, Supplement S95 - S120, 1988.

Disponível em: <http://onemvweb.com/sources/sources/social_capital.pdf> Acesso em: 12 jul. 2011.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

DIAS, Claudia Augusto. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 141-158, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Primeiros Passos, 1984.

DUARTE, L. M. G.; SAYAGO, D. 2006. Dinâmicas Associativas da Agricultura Familiar e Funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. In: **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no Meio Rural**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM. Núcleo de Estudos Agrários – NEAGRI. v. 6. n. 24, pp. 205-220.

ELSTER, Jon. **Peças e Engrenagens das Ciências Sociais**. Tradução Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Disponível em: <<http://www.fao.org/corp/publications/es>> Acesso em: 20 jun. 2011.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Revista Bahia Análise & Dados**. Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002.

FUKUYAMA, F. **A grande ruptura**: a natureza humana e a reconstituição da ordem social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994

HIRSCHMAN, Albert. Against parsimony: three ways of complicating some of economics discourse. **The American Economic Review**, v. 74, n. 2, p. 89-96, may 1984. Disponível em: <http://www.regulationbodyofknowledge.org/documents /027.pdf> Acesso em: 20 jun. 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 31 jan. 2013.

JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates; ABRAMOVAY, Ricardo. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista de Administração da USP**. São Paulo, v. 40, n. 1, p.19-33, jan/fev/mar/2005.

MANCIE, Euclides. **Constelação Solidarius**: As fendas do capitalismo e sua superação sistêmica. Passo Fundo: IFIBE, 2008.

MARTELETO, Regina Maria. Análise das redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 30, n. 1, p.71-81, jan./abr. 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Crédito Rural**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas//pronaf>> Acesso em: 31 jan. 2013.

MOREIRA, Herivelto. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NATIONAL ECONOMIC AND SOCIAL FORUM. The policy implications of social capital. Dublin, **Forum Report**, n. 28, 2003. p. 157.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PREZOTTO, Leomar Luiz. **A sustentabilidade da agricultura familiar**. Fundação Konrad Adenauer, Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano-IADH, Fortaleza, 2005.

QUINTELA, Sandra; ARRUDA, Marcos. Economia a partir do coração. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 317-332.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Marden Marques; SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo. **Microfinanças:** o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de Crédito. Brasília: BCB, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de Pesquisa em Administração.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985, p. 21-22.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/>> Acesso em: 20 jan. 2013.

APÊNDICE A – Dados Formais do FUNDAF**Conhecendo o FUNDAF - DADOS DA ORGANIZAÇÃO**

Nome da Entidade	
CNPJ	
Forma jurídica	
Data de Fundação	
Endereço	
Cidade	Estado: CEP:
Telefone/FAX	Celular:
Site	
Email	
Representante legal	
Cargo	
Profissão	
Função no Fundaf	

**APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Diretoria FUNDAF,
parceiros e usuários**

1. O que significa o FUNDAF para você?
2. Como e quando você conheceu o FUNDAF?
3. Desde quando você é sócio? Qual seu papel dentro da instituição?
4. Que motivos levaram você a participar do FUNDAF?
5. O que o motiva a continuar participando?
6. Cite três palavras ou frases que caracterizem a importância do FUNDAF para a comunidade.
7. Por que hoje há tantos agricultores associados ao FUNDAF?
8. Quais os benefícios que o FUNDAF traz para a comunidade?
9. Quais as características que você acredita possuir em comum com os demais membros do FUNDAF?
10. Quais os benefícios que você já obteve participando do FUNDAF?
11. O FUNDAF se expande a partir da cooperação que existe entre as associações comunitárias. Quais aspectos você acredita que facilitam esse processo?
12. Você acredita que houve mudanças na vida de outras pessoas da comunidade, depois da implantação do FUNDAF?
13. O que deveria mudar na atuação do FUNDAF, para atender melhor as suas necessidades e as da comunidade?
14. Qual o cenário atual do FUNDAF?

ANEXO A – ESTATUTO FUND AF

Fundo Para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar

FUNDAF

Capítulo I

Denominação, sede, duração e objetivos

Artigo 1º O Fundo Para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar - FUNDAF é uma associação civil sem fins lucrativos nem econômicos, fundada em 24 de fevereiro de 2007, inscrita no CNPJ sob o nº 08.721.998/0001-25, constituída pela união de entidades, com a finalidade de contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida das famílias brasileiras menos favorecidas, facilitando o desenvolvimento socioeconômico sustentável, através da prestação de serviços microfinanceiros.

Artigo 2º O FUNDAF terá sua sede na Rua Aldemar de Mendonça, s/n, Centro, município de Pão de Açúcar, Estado da Alagoas.

Artigo 3º O prazo de duração do FUNDAF é indeterminado e o exercício social coincidirá com o ano civil.

Artigo 4º A comarca de Pão de Açúcar será o foro jurídico para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências judiciais.

Artigo 5º O FUNDAF será formado por Organizações da Sociedade Civil, legalmente formalizadas, tanto as que assinaram na Ata de constituição, quanto as que ingressarem posteriormente, de acordo com os artigos 9º e 10 adiante transcritos.

Artigo 6º O Objetivo do FUNDAF é:

a) apoiar pequenos empreendimentos e microempresas, dirigidos por pessoas ou grupos de baixa renda, formais e informais, Oscips, cooperativas, inclusive de crédito, concedendo aos seus beneficiários serviços de financiamentos,

assistência técnica, capacitação voltados para atividade microfinanceira, através da organização do processo de recebimento e aplicação de recursos financeiros das agências doadoras e ou financiadoras para as entidades filiadas ou ainda entre elas próprias, bem como disciplinar o uso e controle geral dos recursos em circulação;

- b) experimentação não lucrativa de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de crédito, tendo por base a Metodologia FUNDAF que, tem como principal característica a gestão participativa;
- c) promoção do desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza;
- d) promoção da assistência social, em especial, a inclusão ao mercado de trabalho de pessoas de baixa renda.

§ 1º - Para consecução do seu objetivo, o FUNDAF poderá:

- a) receber doação das filiadas ou de outras agências da cooperação nacional ou internacional;
- b) efetivar empréstimos junto a Fundos Públicos, privados, agentes financeiros de atuação no país ou agências da cooperação nacional e internacional;
- c) alocar os recursos doados e/ou tomadas sob empréstimos nas suas filiadas para aplicação junto aos associados delas;
- d) normatizar o processo de alocação de recursos nas filiadas e destas para os seus associados, criando linhas de créditos, regulamentos, regimentos e outros instrumentos de gestão;
- e) acompanhar e controlar com relatórios todo processo de concessão dos créditos alocados nas filiadas, visando à preservação dos recursos e à garantia de aplicabilidade das normas acordadas, bem como os procedimentos metodológicos;
- f) firmar termos de parceria, convênios e contratos com órgãos, conselhos ou entes públicos e privados, com ou sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiros;
- g) coordenar, promover, realizar ou patrocinar cursos, seminários, conferências, palestras, simpósios, fóruns, congressos ou conclaves nas áreas afins;
- h) planejar e/ou coordenar pesquisas e divulgar seus resultados por qualquer meio;

- i) produzir ou coordenar a produção de publicações técnicas e didáticas relativas ao desenvolvimento econômico e temas afins, bem como editá-las e distribuí-las.

§ 2º - Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e/ou financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Artigo 7º O FUNDAF não distribui entre os seus associados, administradores ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, bonificações, dividendos, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos no exercício de suas atividades, mas os aplica integralmente em território nacional e na consecução do seu fim social.

Artigo 8º No exercício da sua atividade, o FUNDAF observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência e adotará práticas de gestão administrativas necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação nos respectivos processos decisórios e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Artigo 9º A área de abrangência e jurisdição do FUNDAF, será todo território nacional.

Capítulo II

Seção I – da Admissão e Demissão

Artigo 10 São sócios fundadores do FUNDAF as instituições cujos representantes legais assinaram na ata de constituição em 24 de fevereiro de 2007, e sócios efetivos aqueles admitidos em assembleia geral.

Artigo 11 O ingresso de novas Instituições dependerá da indicação formal por três filiadas e aprovação da Assembleia Geral.

Artigo 12 A demissão dar-se-á a pedido da Instituição ou pela definição da Assembleia Geral que obrigatoriamente deliberará sobre o assunto, se a filiada incorrer nas seguintes infrações:

- a) deixar de comparecer às Assembleias por três vezes consecutivas sem apresentar justificativa por escrito;
- b) estiver envolvida em atos ilícitos ao presente estatuto, ou deixar de cumprir com as obrigações perante a entidade;
- c) desrespeitar este Estatuto, bem como as normas e resoluções definidas em Assembleia Geral;
- d) macular a imagem do FUNDAF ou exercer atividade não autorizada utilizando o nome da Instituição.

§ 1º No caso de a filiada faltar a três Assembleias Gerais Ordinárias consecutivas, a diretoria do FUNDAF deverá enviar notificação formal, solicitando que ela substitua seu representante, sob pena de ser colocado em discussão, na Assembleia seguinte, o seu afastamento.

§ 2º Quando for discutido o processo de afastamento de qualquer das filiadas em Assembleia, ela/as deverá/ão ser convocada/s, oficialmente, para, inclusive, exercer o direito de defesa. Entretanto, a ausência não impedirá que a Assembleia delibere pela demissão.

§ 3º A demissão de qualquer das filiadas, seja por solicitação ou decisão da Assembleia, estará condicionada à quitação das suas obrigações para com o FUNDAF.

§ 4º Uma vez demitida, a Organização poderá requerer reintegração ou nova filiação ao FUNDAF cuja decisão ficará por conta da Assembleia Geral.

Seção II

Direitos, Deveres e Responsabilidades

Artigo 13 São direitos das instituições filiadas:

- a) gozar de todas as vantagens e benefícios que vierem a ser concedidos;
- b) votar e ser votado para membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal;

- c) participar das reuniões e Assembleias com direito a voz e um voto;
- d) consultar todos os documentos e livros em qualquer período, desde que solicitado à Diretoria com antecedência mínima de 15 dias;
- e) solicitar, a qualquer tempo, sob o compromisso de sigilo, esclarecimentos e informações sobre as atividades do FUNDAF e propor medidas que julguem necessárias;
- f) convocar, com outras filiadas, de acordo com o Artigo 20 adiante transcrito, Assembleia Geral Extraordinária;
- g) demitir-se do FUNDAF mediante pedido formal, desde que esteja devidamente quite com todas as suas obrigações.

Artigo 14 São deveres das Instituições filiadas:

- a) acatar as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações das Assembleias Gerais;
- b) respeitar os compromissos assumidos pelo FUNDAF, ainda que esteja em desacordo;
- c) contribuir para o progresso da Instituição, zelando pelo seu nome e idoneidade social.

Artigo 15 As filiadas não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelo FUNDAF, salvo aquelas deliberadas em Assembleia Geral e aquelas que a lei permitir.

CAPÍTULO III - DAS RECEITAS E PATRIMÔNIO

Artigo 16 As receitas do FUNDAF serão constituídas por:

- a) contribuições associativas;
- b) doações em espécie, subvenções, bens e/ou direitos de pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- c) bens e direitos provenientes de rendas patrimoniais e/ou atividades exercidas pela Associação;

- d) receitas provenientes dos termos de parceria, contratos e convênios com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- e) rendas eventuais ou extraordinárias oriundas de eventos, cursos ou seminários;
- f) parcerias e convênios com órgãos públicos e privados;
- g) resultados de aplicações financeiras;
- h) receitas operacionais.

Parágrafo Único - As doações com ônus ou encargos deverão ser previamente aprovadas pela Diretoria.

Artigo 17 O patrimônio do FUNDAF será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, títulos, valores, ações e legados que só podem ser utilizados na consecução de seus objetivos institucionais, devendo ser aplicados no território nacional.

Artigo 18 No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica sem fins lucrativos, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social e que detenha a mesma qualificação de Oscip adquirida pelo FUNDAF.

Artigo 19 Na hipótese de a entidade obter e, posteriormente, perder a qualificação de OSCIP federal e estadual, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos, originários de uma Lei ou de outra, durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos das respectivas leis, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

CAPÍTULO IV

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 20 A prestação de contas da Instituição observará no mínimo:

- a) os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

- b) a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Parágrafo único - Todo o resultado financeiro positivo reverterá, necessariamente, em benefício da própria Associação, a ser aplicado em território nacional, ficando vedada qualquer outra destinação.

Capítulo V

Seção I

Dos Órgãos Sociais

Artigo 21 São órgãos sociais do FUNDAF: a Assembleia Geral, a Diretoria e o Conselho Fiscal.

Artigo 22 A Assembleia Geral é o órgão supremo e, dentro dos limites legais com base neste Estatuto, poderá tomar toda e qualquer decisão de interesse da Sociedade, sendo suas deliberações de cumprimento obrigatório, inclusive por parte das filiadas ausentes.

§ 1º - As principais deliberações das Assembleias deverão tomar a forma de Resolução ou Portaria, numeradas sequencialmente, mencionando-se sempre o dia da Assembleia que as originaram.

§ 2º - Compete à Assembleia Geral decidir sobre a extinção ou dissolução da Instituição e destinação dos seus bens.

Artigo 23 A Assembleia Geral deverá reunir-se ordinariamente quatro (04) vezes por ano, sendo uma vez a cada trimestre e extraordinariamente sempre que houver necessidade.

Artigo 24 Apenas o Presidente do FUNDAF poderá convocar as Assembleias Gerais Ordinárias, dirigindo-se diretamente às filiadas por edital e antecedência mínima de 15 dias.

Artigo 25 As Assembleias Gerais Extraordinárias poderão ser convocadas por no mínimo 30% das filiadas, pelo Presidente ou ainda pelo Conselho Fiscal, mediante edital entregue nos endereços das filiadas ou através de fax ou correio eletrônico com 15 dias de antecedência.

Artigo 26 O *quorum* mínimo para instalação da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária será de 2/3 das filiadas legalmente admitidas em primeira convocação, e de 1/3 em segunda convocação, uma hora após a primeira.

Artigo 27 As deliberações das Assembleias Gerais serão por maioria simples e só poderão ser votados os assuntos anunciados nos editais de convocação.

Artigo 28 A coordenação das Assembleias Gerais ficará a cargo do Presidente, ou pessoa por ele designada, salvo nos casos em que a própria Assembleia decida pela substituição do Presidente por dois outros membros presentes ao plenário.

Artigo 29 Todas as reuniões, Assembleias, normas e regimentos do FUNDAF deverão ser registrados em Ata, em livro próprio, assinadas pelos presentes. As Resoluções e Portarias poderão ser assinadas apenas pelo Presidente.

Artigo 30 A Diretoria do FUNDAF será formada por um Presidente e um Secretário que, para exercerem a administração geral da instituição, deverão assinar conjuntamente a celebração de contratos de qualquer natureza, ceder direitos, constituir mandatários e procuradores, movimentar contas bancárias e tudo mais que for necessário para representar a Instituição, em juízo e fora dele.

Parágrafo Único – Deverão ser eleitos junto à Diretoria Efetiva, um Vice-Presidente e um Segundo-Secretário para assumirem os cargos de Presidente e secretário, respectivamente, na ausência ou vacância desses cargos.

Artigo 31 De forma mais específica e complementar, compete ao Presidente, ou na ausência ou falta dele, ao Vice-Presidente:

- a) supervisionar todas as atividades do FUNDAF;
- b) autorizar todo o fluxo de receitas e despesas, zelando pela integridade dos compromissos assumidos com as filiadas, com os doadores e financiadores;
- c) apresentar anualmente o balanço da Instituição na 1ª Assembleia Geral Ordinária no ano subsequente aos exercícios, depois de devidamente analisado e com parecer do Conselho Fiscal.

Artigo 32 De forma mais específica e complementar, cabe ao Secretário, ou na ausência ou falta dele, ao Segundo Secretário:

- a) guardar toda documentação do FUNDAF;
- b) subsidiar as reuniões e Assembleias Gerais com informações do FUNDAF e das filiadas;
- c) formular e emitir relatórios periódicos de todas as operações e ações que envolvem o FUNDAF, ou seja, deste com o relacionamento externo ou deste com as filiadas, garantindo um fluxo de informações atualizadas que apoie as decisões das Assembleias;
- d) acompanhar a execução das ações programadas pelo FUNDAF dentro das filiadas, relatando à Assembleia Geral qualquer irregularidade verificada;
- e) promover eventos de capacitação das filiadas para o aprimoramento na gestão dos recursos do FUNDAF;
- f) organizar a contabilidade do FUNDAF e disponibilizar toda a documentação para as filiadas e Conselho Fiscal.
- g) contratar, pagar e supervisionar a prestação de serviços, seja de caráter temporário ou permanente, de interesses do FUNDAF e mediante aprovação da Assembleia.

Artigo 33 A Diretoria do FUNDAF poderá contratar e/ou nomear um Secretário Executivo, mediante aprovação da Assembleia Geral, para operacionalizar as atribuições do Presidente e ou Secretário por eles delegados na forma de Resolução Conjunta da Diretoria, podendo inclusive abrir e movimentar contas bancárias, desde que em conjunto com o presidente.

§ 1º – as atribuições consignadas ao Secretário Executivo pela Diretoria não exime desta a responsabilidade pelos atos por ele praticado.

§ 2º – O Secretário Executivo que porventura venha a ser contratado e/ou nomeado deverá ter reconhecida capacidade técnica, podendo ser ou não pertencente ao quadro funcional de umas das entidades filiadas, sendo sua remuneração assegurada pela própria afiliada ou diretamente pelo FUNDAF. Para o primeiro caso, o FUNDAF deverá firmar um contrato de parceria.

§ 3º – A Diretoria do FUNDAF e ou Assembleia Geral poderá revogar ou alterar, a qualquer tempo, a Resolução que delega, parcial ou totalmente, as atribuições do Presidente e Secretário ao Secretário Executivo.

Artigo 34 O Presidente e Secretário do FUNDAF, assim como o Vice-Presidente e Segundo Secretário serão escolhidos, eleitos e empossados em Assembleia Geral Ordinária para um mandato de três (3) anos e somente poderão ser reeleitos para o mesmo cargo por uma vez consecutiva.

Artigo 35 O Conselho Fiscal será composto por três representantes titulares e mais três representantes suplentes das filiadas e o processo de eleição, posse, substituição e período do mandato será de um (1) ano.

Artigo 36 O FUNDAF não remunerará seus diretores e membros do Conselho Fiscal no exercício das atividades de administração e fiscalização da instituição, podendo apenas conceder o ressarcimento de despesas e ajuda de custo para alimentação, viagens e estadias.

Artigo 37 O Conselho Fiscal deverá reunir-se, no mínimo, a cada três (3) meses e anualmente deverá apresentar seu parecer do balanço contábil apresentado pela Diretoria, à primeira Assembleia Geral do ano, relativo ao exercício do ano anterior.

Artigo 38 Entre si, os membros do Conselho Fiscal elegerão um Coordenador para relacionar-se mais diretamente com a Diretoria na busca e guarda de documentos a serem fiscalizados, bem como providenciar a lavratura das atas e pareceres.

Artigo 39 A Assembleia Geral será soberana para decidir, a qualquer tempo, a substituição do Presidente, do Secretário ou dos membros do Conselho Fiscal, desde que expressamente convocada para este fim de acordo com artigos 19, 20, 21 e 22.

Capítulo VI

Das Disposições Gerais

Artigo 40 O FUNDAF não distribuirá dividendos de espécie alguma e nem remunerará seus Dirigentes e membros do Conselho Fiscal; no entanto, aplicará integralmente seus resultados financeiros no sustento e ampliação das suas atividades e finalidades sociais, mediante plano de aplicação aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 41 Este Estatuto poderá sofrer alterações, desde que seja feita em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim, devendo as alterações serem incorporadas em nova redação a ser integralmente transcrita na ata da Assembleia que aprovou as modificações.

Artigo 42 A Assembleia Geral é soberana para decidir sobre os casos omissos a este Estatuto.

Artigo 43 Este estatuto passa a vigorar a partir desta data e, para que produza os efeitos legais, deverá ser transcrito integralmente na ata com posterior assinatura dos representantes das filiadas presentes.

Aprovado na Assembleia Geral de 13 de dezembro de 2007.

Diretoria Executiva